

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E  
EDUCAÇÃO

Viviane Fonseca Rodrigues

**A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: estudo de caso do  
acervo das bibliotecas UFU**

Uberlândia

2023

Viviane Fonseca Rodrigues

**A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: estudo de caso do  
acervo das bibliotecas UFU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCE/FACED/UFU) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Área de concentração: Mídias, Educação e Comunicação (MEC).

Orientador: Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Uberlândia

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R696 Rodrigues, Viviane Fonseca, 1985-  
2023 A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: [recurso eletrônico] : estudo de caso do acervo das bibliotecas UFU / Viviane Fonseca Rodrigues. - 2023.

Orientador: Cairo Mohamad Ibrahim Katrib.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.427>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Katrib, Cairo Mohamad Ibrahim ,1971-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.

CDU: 37



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3291-6395/6396 - ppgce@faced.ufu.br - www.ppgce.faced.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Tecnologia, Comunicação e Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, número 07/2023/156, PPGCE				
Data:	Dezessete de agosto de dois mil e vinte e três	Hora de início:	14:35	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	12122TCE017				
Nome do Discente:	Viviane Fonseca Rodrigues				
Título do Trabalho:	A temática étnico-racial no ensino superior: estudo de caso do acervo das bibliotecas UFU				
Área de concentração:	Tecnologia, Comunicação e Educação				
Linha de pesquisa:	Mídias, Educação e Comunicação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	O Lugar da educação para as relações étnico- raciais nos cursos de pedagogia das universidades federais de minas gerais: o que dizem os documentos, as/os docentes formadoras/es e as/os egressas/os				

Reuniu-se por webconferência link: <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/cairo-mohamad-ibrahim-katrib>, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação, assim composta: Professores Doutores: Vanessa Matos dos Santos - UFU; Maria Célia da Silva Gonçalves - FINOM; Cairo Mohamad Ibrahim Katrib - UFU orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

**Aprovada.**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/08/2023, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Matos dos Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/08/2023, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Célia da Silva Gonçalves, Usuário Externo**, em 29/08/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4668551** e o código CRC **F57DEEE3**.

*Dedico este trabalho à minha mãe Roseli – mulher simples, guerreira, que sempre me incentivou a buscar melhores oportunidades de estudos que, por ter priorizado o trabalho, ela não pôde alcançar.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, em primeiro lugar, autor e consumidor da minha fé, pela força e ânimo nos momentos mais difíceis.

À Universidade Federal de Uberlândia, em especial, ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação pela oportunidade de realizar esta formação acadêmica.

Ao professor Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, por me aceitar como sua orientanda e contribuir para que meu sonho se tornasse realidade; por sua compreensão, auxílio e orientação nesta caminhada.

À diretora do SISBI/UFU; à gerência e aos colegas de trabalho da BSUMU/UFU; à coordenação da DIAUS; à coordenação da DIINF; à coordenação da DIAFA e ao CIGPEBIB, que contribuíram direta e indiretamente para concretização desta importante etapa de minha vida.

Aos professores que gentilmente aceitaram o convite para fazer parte da minha banca de qualificação e defesa, indicando caminhos para melhorias e o sucesso deste trabalho.

Enfim, a todos, *MUITO OBRIGADA!*

*“Deleita-te também no Senhor, e Ele te concederá o que  
deseja o teu coração; Entrega o teu caminho  
ao Senhor; confia Nele, e Ele tudo fará”.*  
*(Bíblia Sagrada. Salmos: 37:4-5)*

## RESUMO

O presente trabalho propõe um estudo de caso com base no levantamento da temática racial na Educação Superior, no contexto das bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), referenciado pelo arcabouço jurídico normativo das atuais ações afirmativas vigentes na educação superior, dentre as quais salientamos a Lei n. 10.639 (BRASIL, 2003). Nesse percurso, enfatizamos a importância da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) e do desenvolvimento de ações efetivas que permitam a sua compreensão, principalmente no que tange ao ensino superior, foco desta pesquisa. Este estudo também expõe uma reflexão sobre a implementação da referida lei na UFU, em que se sobressaem as ações afirmativas realizadas pela instituição com essa finalidade. Nesse contexto, apresenta o papel das bibliotecas universitárias como disseminadoras do conhecimento e da produção científica acadêmica, bem como a relevância de seu acervo como ferramentas coadjuvantes para os estudos que abordam as questões raciais. Como proposta metodológica, além da revisão da literatura, foi realizado o levantamento bibliográfico do acervo físico e digital do Sistema de Bibliotecas (SISBI) da UFU na temática das relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira e indígena, com o intuito de demonstrar, por meio de uma análise quanti-qualitativa de quadros e gráficos, as obras existentes neste acervo e a produção de trabalhos acadêmicos relativos à temática, bem como a importância das obras para a comunidade. Na realização do estudo, optamos por uma pesquisa focada nas plataformas de obras físicas e digitais presentes no *website* da instituição. Por fim, entendemos que o levantamento bibliográfico explicitado nesta investigação demonstrou, conforme as análises quanti-qualitativas realizadas, que o acervo físico e digital do Sisbi possui obras que se sobressaem no tocante às relações étnico-raciais, que podem auxiliar as pesquisas dos acadêmicos e pesquisadores sobre o assunto; contudo, especificamente na Biblioteca Setorial do *Campus* Umuarama (BSUMU), há uma certa deficiência destas obras em formato físico, devido à falta de solicitações dos usuários em relação a essa demanda. Isso nos leva a inferir que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) tendem a substituir o acervo físico ou que os cursos de graduação do referido *Campus* podem não inserir a temática racial em suas disciplinas ou práticas pedagógicas. Percebemos que, embora a UFU tenha realizado diversas ações afirmativas com vistas à igualdade racial no âmbito acadêmico, a ERER tem sido implantada de forma morosa e ineficaz nos planos de ensino da universidade, o que não contribui para uma formação discente de cidadãos mais conscientes, críticos e democráticos. Sendo assim, ainda há um longo caminho a ser trilhado para haver a implementação da Lei n. 10.639/2003 de forma efetiva no ambiente acadêmico.

**Palavras-chave:** relações étnico-raciais; ensino superior; bibliotecas UFU.

## ABSTRACT

The present work proposes a case study based on the survey of the racial theme in Higher Education, in the context of the libraries of the Federal University of Uberlândia (UFU), referenced by the normative legal framework of the current affirmative actions in force in higher education, among which we highlight Law no. 10,639 (BRASIL, 2003). In this path, we emphasize the importance of Education for Ethnic-racial Relations (ERER, in Portuguese abbreviation) and the development of effective actions that allow its understanding, mainly with regard to higher education, the focus of this research. This study also exposes a reflection on the implementation of that law at UFU, in which the affirmative actions carried out by the institution for this purpose stand out. In this context, it presents the role of university libraries as disseminators of knowledge and academic scientific production, as well as the relevance of their bibliographic collection as supporting tools for studies that address racial issues. As a methodological proposal, in addition to the literature review, there was a bibliographic survey of the physical and digital collection of the UFU Library System (SISBI) on the theme of ethnic-racial relations and Afro-Brazilian and indigenous culture, with the aim of demonstrating, through a quantitative and qualitative analysis of charts and graphs, the existing works in this collection and the production of academic works related to the theme, as well as the importance of the works for the community. In carrying out the study, we opted for a research focused on the platforms of physical and digital works present on the institution's website. Finally, we understand that the bibliographical survey explained in this investigation demonstrated, according to the quantitative and qualitative analyzes carried out, that Sisbi's physical and digital collection has works that stand out in terms of ethnic-racial relations, which can help the research of academics and researchers on the subject; however, specifically in the Sectoral Library of *Campus* Umuarama (BSUMU), there is a certain deficiency of these works in physical format, due to the lack of requests from users in relation to this demand. This leads us to infer that Digital Information and Communication Technologies (TDICs) tend to replace the physical collection or that the undergraduate courses on the aforementioned *Campus* may not include the racial theme in their disciplines or pedagogical practices. We noticed that, although the UFU has carried out several affirmative actions with a view to racial equality in the academic field, the ERER has been implemented in a slow and ineffective way in the university's teaching plans, which does not contribute to a student formation of more aware citizens, critical and democratic. Therefore, there is still a long way to go before the implementation of Law n. 10.639/2003 effectively in the academic environment.

**Keywords:** ethnic-racial relations; higher education; UFU libraries.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Acervo digital - Serviço de Descoberta (EDS) - Temática 1: <i>Relações étnico-raciais</i> - período: 2017-2022.....	88
Gráfico 2 -	Acervo digital - Serviço de Descoberta (EDS) - Temática 2: <i>Cultura Afro-Brasileira e Indígena</i> - período: 2017-2022.....	89
Gráfico 3 -	Material informacional do RI/UFU - Temática 1: Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais) - “ <i>por área do conhecimento</i> ” - período: 2017-2022.....	91
Gráfico 4 -	Trabalhos do Quadro 13 - Resumo geral da seleção de Teses, Dissertações e TCCs do RI/UFU, “ <i>por curso</i> ”.....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Procedimento de pesquisa: sentença de busca temática.....	33
Quadro 2 -	Ações do Neab/UFU.....	50
Quadro 3 -	Obras do acervo físico das bibliotecas UFU - Temática 1: “ <i>Relações étnico-raciais</i> ”.....	60
Quadro 4 -	Obras do acervo físico das bibliotecas UFU - Temática 2: “ <i>Cultura Afro-brasileira e Indígena</i> ”.....	64
Quadro 5 -	Cursos Técnicos e de Graduação do <i>Campus</i> Umuarama – UFU.....	70
Quadro 6 -	Obras do acervo digital das bibliotecas UFU - MB - Temática 1: “ <i>Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)</i> ”.....	73
Quadro 7 -	Obras do acervo digital das bibliotecas UFU - MB - Temática 2: “ <i>Cultura Afro-brasileira e Indígena</i> ”.....	74
Quadro 8 -	Perfil do usuário das obras mais utilizadas do acervo físico das bibliotecas UFU - Temática 1: “ <i>Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)</i> ”.....	78
Quadro 9 -	Perfil do usuário das obras mais utilizadas do acervo físico das bibliotecas UFU - Temática 2: “ <i>Cultura Afro-brasileira e Indígena</i> ”.....	79
Quadro 10 -	Frequência de utilização das obras do acervo digital - Minha Biblioteca (MB) das bibliotecas UFU - Temática 1: “ <i>Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)</i> ”.....	81
Quadro 11 -	Frequência de utilização das obras do acervo digital - Minha Biblioteca (MB) das bibliotecas UFU - Temática 2: “ <i>Cultura Afro-brasileira e Indígena</i> ”.....	82
Quadro 12 -	Quantitativo de usuários “ativos” das bibliotecas UFU.....	86
Quadro 13 -	Resumo geral da seleção das Teses, Dissertações e TCCs do RI/UFU - Temática: “ <i>Relações étnico-raciais</i> ”.....	92

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BCMON -	Biblioteca Central Santa Mônica
BDTD -	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BSESEBA -	Biblioteca Setorial Escola de Educação Básica
BSFIS -	Biblioteca Setorial Educação Física
BSGLO -	Biblioteca Setorial Glória
BSHCU -	Biblioteca Setorial Hospital de Clínicas
BSMTC -	Biblioteca Setorial Monte Carmelo
BSPAT -	Biblioteca Setorial Patos de Minas
BSPON -	Biblioteca Setorial Pontal - Ituiutaba
BSUMU -	Biblioteca Setorial Umuarama
CCN -	Catálogo Coletivo Nacional
CEER -	Comissão Institucional de Educação das Relações Étnico-raciais
CNE -	Conselho Nacional de Educação
CONGRAD -	Conselho de Graduação
CONSUN -	Conselho Universitário
CP -	Conselho Pleno
CTI -	Centro de Tecnologia da Informação
DIEPAFRO -	Diretoria de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras
DIINF -	Divisão de Informação
EBSCO -	Business Source Complete - Discovery Service
EDS -	Serviço de Descoberta
EEB -	Empréstimo entre Bibliotecas
ERER -	Educação para as Relações Étnico-raciais
MB -	Minha Biblioteca
NEAB -	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
PROGRAD -	Pró-reitoria de Graduação
RI/UFU -	Repositório Institucional da UFU
SIGAMI -	Sistema de Gerenciamento de Aquisição de Material Informacional
SISBI/UFU -	Sistema de Bibliotecas da UFU
TCC -	Trabalho de Conclusão de Curso
TDICs -	Tecnologia Digital da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>CAMINHOS E PERCURSOS: MEMORIAL ACADÊMICO.....</b>	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>EMBASAMENTO CONCEITUAL.....</b>	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI N. 10.639/2003 NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: O CASO UFU.....</b>	<b>36</b>
<b>5.1</b>	<b>A Lei n. 10.639/2003 no contexto da UFU.....</b>	<b>40</b>
<b>5.2</b>	<b>Na contramão institucional: as ações afirmativas em movimento na UFU realizadas pelo Neab.....</b>	<b>49</b>
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>55</b>
<b>6.1</b>	<b>Da pesquisa à temática das relações étnico-raciais no âmbito das bibliotecas UFU.....</b>	<b>55</b>
<b>6.2</b>	<b>A temática das relações étnico-raciais no cenário da BSUMU/UFU.....</b>	<b>59</b>
<b>6.3</b>	<b>A temática das relações étnico-raciais no contexto de utilização dos acervos do Sisbi/UFU.....</b>	<b>78</b>
<b>6.4</b>	<b>A temática racial no âmbito da produção acadêmica da UFU.....</b>	<b>87</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>95</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
	<b>APÊNDICE A – Trabalho de Conclusão de Curso selecionado do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>113</b>
	<b>APÊNDICE B – Dissertação selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>114</b>
	<b>APÊNDICE C – Dissertação 2, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>115</b>
	<b>APÊNDICE D – Tese selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>116</b>
	<b>APÊNDICE E – Dissertação 3, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICE F – Trabalho de Conclusão de Curso 2, selecionado do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>118</b>

<b>APÊNDICE G – Tese 2, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE H – Trabalho de Conclusão de Curso 3, selecionado do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais” .....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE I – Dissertação 4, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE J – Dissertação 5, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”.....</b>	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com as políticas afirmativas de ingresso nas universidades brasileiras, o número de negros (pretos e pardos) tem aumentado significativamente, bem como o acesso aos cursos superiores (Nitahara, 2019). Esse acréscimo ocorreu, sobretudo, após a criação da Lei de Cotas em 2012, em consonância à Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), que visa à construção do ingresso de estudantes de forma mais equânime nas universidades de todo o país, ao se destacar como uma das principais políticas afirmativas no âmbito da educação. Contudo, a permanência dessas pessoas é insatisfatória, o que tem incomodado os pesquisadores que abordam a temática e o movimento negro, em que se evidencia a escassez de políticas institucionais de permanência desses estudantes, mas é nítido que o aumento do ingresso de tal segmento no ensino superior tem contribuído com a movimentação de cenário de reivindicações.

As políticas de ações afirmativas são compreendidas como medidas legais de estabelecimento de critérios voltados ao reconhecimento das diferenças de um dado grupo social que, historicamente, foi (e é) silenciado, e tais ações visam à visibilidade positiva<sup>1</sup> da população negra em diversos espaços da sociedade, entre eles a universidade. São também iniciativas pontuais e por tempo determinado, com reparações que tentam diminuir as desigualdades históricas dos grupos discriminados.

Na visão de Marques (2018), foi necessária a criação de políticas afirmativas para contribuir com o acesso e a permanência da população negra nas universidades, para haver a mudança do perfil dos acadêmicos em vários cursos nos quais ainda prevalece a hegemonia branca. Até mesmo nessas instituições, a luta por reconhecimento é contínua por parte dos pesquisadores e estudantes negros, e cabe às autoridades universitárias fomentar ações para contribuir com uma educação equânime e capaz de reconhecer as diferenças e necessidades de cada um, sem reforçar os estereótipos propriamente ditos. Assim devemos trabalhar, no ambiente universitário, com a visibilidade e a conscientização para ocorrer o ensino das relações étnico-raciais, mais especificamente da cultura

---

<sup>1</sup> As cotas raciais não são as primeiras ações afirmativas a comporem a legislação brasileira. Ao longo da história do nosso país, foram instituídas as seguintes leis:

- a) A Lei 1 de 1837, que proibia negros de estudarem, fossem eles escravizados ou não;
- b) A Lei de Terras de 1850, que proibiu a população negra de acessar as terras enquanto propriedade particular;
- c) A imigração europeia, que levou à substituição da mão de obra negra e à doação de terras para os imigrantes;
- d) A Lei do Boi de 1968, que estabeleceu cotas para agricultores e seus filhos – 30% para o ensino médio e 50% para ensino superior em escolas agrícolas.

afro-brasileira e indígena, além da introdução, no processo formativo continuado, de valores e pertencas identitárias de tais populações compreendidas na dinâmica das diferenças apregoadas pelas políticas públicas vigentes como a Lei n. 10.639/2003.

Sabemos que essa temática, apesar de bastante difundida como processo transformador dos conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico, ainda é pouco valorizada e disseminada na formação dos estudantes. Nesse contexto, destacamos a biblioteca universitária como um lugar onde a temática pode ser fortemente trabalhada e difundida, por ser um local dinâmico e interativo que oferece leitura, estudo e informação por meio de diferentes suportes, com a finalidade de formar leitores e pesquisadores mais conscientes e críticos. Dessa forma, podem ser considerados lugares colaboradores da efetivação da diversidade, de ruptura de concepções errôneas e disseminação da multiplicidade étnica e racial na produção, acesso e disseminação de conhecimentos afrodescendentes (Kern, 2020).

Esses espaços universitários, a partir de 2020, devido à excepcionalidade da pandemia de *Coronavirus Disease* (Doença do Novo Coronavírus – COVID-19), precisaram se reinventar com a adequação e o desenvolvimento de serviços e produtos destinados a atender às necessidades dos usuários; além da difusão de informações à comunidade acadêmica pelo meio virtual. Além do espaço físico, a presença das plataformas digitais permitiu/permite um melhor aproveitamento com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) para oferecer aos usuários o acesso mais facilitado a um acervo multidisciplinar em diferentes áreas e condizente com temáticas específicas como a das relações étnico-raciais. Essas plataformas podem ser utilizadas para contribuir com os docentes, discentes e pesquisadores em suas necessidades acadêmicas, ao incentivarem a conexão com os conhecimentos adquiridos e posteriormente disseminados, com vistas a compreender os conceitos trabalhados, sobretudo, na temática abordada nesta dissertação.

Além disso, as bibliotecas universitárias são consideradas unidades fundamentais no apoio ao ensino, pesquisa e extensão, com importante papel na produção do conhecimento científico, ao atuarem como mediadoras no acesso à informação e auxiliadoras no processo de ensino-aprendizagem nas universidades, pois, além de seu espaço, disponibiliza diversificadas obras que contribuem para os estudos dos discentes e pesquisadores (Andrade, 2007). Logo, tais espaços devem propiciar um acervo cultural, rico e diversificado à comunidade acadêmica, para contemplar as diferentes raças e etnias presentes no ambiente universitário, em especial na temática da História da Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, ao proporcionar a inclusão e a diversidade em seus acervos.

Desse modo, o presente trabalho propõe uma abordagem reflexiva da temática racial rumo à democratização do acesso, com ênfase na Educação Superior. Nesse caminho, trazemos à luz a Lei n. 10.639/2003<sup>2</sup>, que se destaca por suas contribuições para fundamentar e implantar o ensino do referido tema no campo educacional, com vistas a combater o racismo, valorizar a identidade racial e, conseqüentemente, reivindicar o aumento do número de estudantes negros e reconhecer os conhecimentos africanos e afrodescendentes no nível educacional supramencionado.

Também percorremos o arcabouço jurídico normativo das atuais ações afirmativas vigentes na educação superior, guiadas pela Lei de Cotas e por outras políticas afirmativas criadas a partir dos anos 2000, consideradas instrumentos direcionados a concretizar a implementação da Lei n. 10.639/2003. Nesse percurso, enfatizamos a Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) e o desenvolvimento de ações efetivas que permitam um entendimento mais dinâmico e necessário de um processo histórico, cultural e advindo das lutas sociais do movimento negro.

Este estudo reflete, ainda, sobre a implementação da Lei n. 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e enfatiza as ações afirmativas realizadas para tal finalidade. Ademais, discorremos acerca das bibliotecas universitárias como disseminadoras do conhecimento e da produção científica acadêmica, bem como da importância de seu acervo bibliográfico como ferramenta coadjuvante para os estudos atinentes a questões raciais, para evidenciarmos um panorama do levantamento bibliográfico do acervo físico e digital do Sistema de Bibliotecas (SISBI) da UFU, em se tratando da análise dos resultados obtidos no tema das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira.

O caminho escolhido para esse estudo se justifica pelas indagações apresentadas antes do ingresso da pesquisadora no mestrado<sup>3</sup>, em observância à ausência de procura, pelos usuários, por bibliografias relacionadas à temática racial no âmbito da Biblioteca Setorial do *Campus* Umuarama da UFU (BSUMU), o que nos fez refletir sobre como as questões raciais foram incorporadas ao ambiente educacional e se a Lei n. 10.639/2003 tem cumprido seu papel como amparo legal para estabelecer de fato a implantação do tema nas instituições de ensino. Esse caminho nos levou a realizar esta pesquisa de levantamento de fontes bibliográficas e sua respectiva utilização a partir da Lei n. 10.639/2003, com o recorte para a biblioteca setorial do referido *Campus*.

---

<sup>2</sup> Optamos em destacar a Lei n. 10.639/2003, apesar de ter sido alterada pela Lei n. 11.645/2008, que trata das questões raciais afrodescendentes e indígenas, pois compreendemos que as questões raciais africanas e afro-brasileiras ainda não foram, de fato, efetivadas com a obrigatoriedade dessa lei.

<sup>3</sup> Conforme descrito no memorial acadêmico deste trabalho.

Nesse ínterim, dialogamos com Barbosa (2017), Resende (2022) e Silva (2021), que nos ajudaram a pensar a questão racial à luz da Lei n. 10.639/2003, bem como Santana (2021) e Duarte (2014), que enfatizam as ações afirmativas voltadas à temática; Paula e Faleiros (2020), que salientam a importância do tema nos currículos dos cursos de licenciatura; Santos e Domingues (2016), que sinalizam o despreparo dos docentes universitários para trabalhar tais aspectos em sala de aula, o que também ocorre na UFU; Aquino e Santana (2013), e Gil (2008), que argumentam sobre a relevância dos acervos das bibliotecas para viabilizar o acesso à história, memória e saberes produzidos por diferentes grupos sociais, como os povos negros, o que auxilia em pesquisas de diferentes tipos, entre eles o estudo de caso, como demonstra Yin (2001), o que pode acarretar mais conhecimentos, em especial, os da temática racial no ambiente acadêmico.

Em se tratando da biblioteca universitária e da importância da temática das relações étnico-raciais, devemos investigar como esse espaço pode ser aproveitado, em conformidade ao uso do acervo físico e das TDICs adquiridas para oferecer aos usuários um acervo bibliográfico condizente à cultura africana, afro-brasileira e indígena, para assessorar os universitários em seus estudos durante a trajetória acadêmica. Isso poderá contribuir para a compreensão de tais temas que poderiam ser trabalhados nos diferentes cursos e disciplinas ofertados pelas universidades, tendo em vista que o tema não é desenvolvido apenas em sala de aula, como também vivenciado no dia a dia da vida acadêmica e se faz presente nas relações interpessoais da vida social e profissional.

Desse modo, estabelecemos a seguinte problemática: o acervo físico e digital do Sisbi/UFU tem contribuído para os estudos da comunidade acadêmica dos cursos de graduação do *Campus* Umuarama, em se tratando da aquisição de conhecimentos sobre as relações étnico-raciais?

Com o intuito de responder a essa questão, optamos por:

- Compreender como ocorreu a efetivação da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) na UFU, após a criação da Lei n. 10.639/03.
- Quantificar o acervo informacional físico e eletrônico do Sisbi/UFU acerca da temática das relações étnico-raciais e averiguar quais obras possuem maior demanda de uso.
- Analisar o acervo informacional físico do Sisbi/UFU voltados à temática das relações étnico-raciais e verificar se as obras têm sido utilizadas por discentes dos cursos superiores localizados no *Campus* Umuarama.

- Analisar a temática das relações étnico-raciais e a respectiva abordagem na produção acadêmica da UFU.

Este estudo se justifica academicamente pela necessidade de um levantamento que demonstra as coleções atinentes à temática das relações étnico-raciais existentes no acervo físico e digital do Sisbi/UFU, a fim de promover a disseminação e a disponibilidade de obras. Isso evidencia a importância da produção de conhecimento da comunidade acadêmica para incentivar e auxiliar na ampliação do uso e acesso a essas fontes informacionais.

Além disso, defendemos a pesquisa social e cientificamente por construir um processo de compreensão da nossa realidade acadêmica. Demonstramos aos estudantes a necessidade de efetivação de um ambiente pedagógico e multicultural capaz de proporcionar ferramentas que acrescentam, à sua formação crítica, subsídios para o fortalecimento de questões acerca das relações étnico-raciais, principalmente no que se refere à cultura africana e afro-brasileira e indígena, como forma de conscientização e respeito às diferenças e de conjectura com a temática no entendimento de conhecimentos produzidos nos cursos de formação.

Nesse prisma, propomos um estudo de caso com foco no mapeamento do acervo étnico-racial das bibliotecas da UFU, em especial da BSUMU. Nosso diferencial nos leva a investigar se o Sisbi/UFU compreende a necessidade da democratização das obras, a fim de verificarmos se há um acervo físico e digital na temática das relações étnico-raciais que contribui de forma eficiente para os estudos da comunidade acadêmica e, em especial, dos docentes, discentes e pesquisadores dos cursos de graduação localizados no *Campus* Umuarama da UFU; e constatar se a temática tem sido relevante para os cursos de graduação do referido *Campus*.

Assim, esta investigação tem o papel social de contribuir com a comunidade acadêmica e a BSUMU, no sentido de apresentar aos usuários as possibilidades de material existente em seu acervo sobre a temática racial, ao analisarmos o acesso às obras de referências e incentivarmos sua rotatividade.

Este estudo traz a seguinte organização: na introdução apresentamos a temática e expomos a problemática, os objetivos específicos e a justificativa; na seção 2, destacamos a trajetória de vida da pesquisadora, com alguns fragmentos sob o formato de memorial, no qual narramos o percurso e a motivação para chegar à proposta da pesquisa; na 3, há o arcabouço teórico norteador; na 4, detalhamos a metodologia empregada no trabalho; na 5, refletimos sobre a implementação da Lei n. 10.639/2003 no âmbito das instituições de ensino superior e, mais especificamente na UFU, destacamos o papel das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Raciais referendadas por meio da Resolução CNE/CP n. 1/2004 e do

Parecer CNE/CP n. 3/2004, ambas do Conselho Nacional de Educação, como balizadores das orientações necessárias à implementação da Lei 10.639/2003 e do combate ao racismo, que nos proporcionaram percorrer caminhos de entendimento desse processo com base na formação inicial de professores e nas ações afirmativas realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e pela Diretoria de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras (DIEPAFRO), os quais realizam a interlocução no combate ao racismo e visam promover movimentos de reflexão e mudanças no ambiente universitário.

Na seção 6, inserimo-nos nas relações étnico-raciais no âmbito das bibliotecas universitárias, na tentativa de compreender o papel desses setores e sua importância como auxiliares e disseminadores do conhecimento, cujas bibliografias podem contribuir com a produção acadêmica e os estudos atinentes à referida temática. Aqui realizamos um levantamento bibliográfico das obras presentes no acervo físico e digital do Sisbi/UFU, com o intuito de quantificar os materiais relativos ao tema estudado e à sua frequência de utilização, além de analisarmos qualitativamente algumas teses, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do Repositório Institucional (RI) da UFU, para evidenciarmos a produção acadêmica da UFU sobre o assunto. Por fim, apresentamos as considerações finais, em que analisamos os resultados obtidos e sintetizamos o alcance dos objetivos específicos.

## 2 CAMINHOS E PERCURSOS: MEMORIAL ACADÊMICO

Desde a infância, minha<sup>4</sup> mãe me incentivou a estudar, pois, infelizmente, ela não teve as mesmas oportunidades por ter priorizado o trabalho desde cedo; então, ensinava o melhor para mim, com vistas a não passar por situações negativas e diversas limitações vivenciadas por ela no percurso de sua vida. Assim, com o incentivo dela e a minha persistência, consegui finalizar o Ensino Médio.

Após um período sem estudar e com a influência de uma amiga, refleti sobre a possibilidade de cursar o Ensino Superior. Assim, realizei a graduação em Ciências Biológicas e, desde o último ano de faculdade, comecei a exercer a função docente em uma escola de Ensino Fundamental e Médio. Foi uma grande experiência em que, inicialmente, trabalhei como estagiária e, algum tempo depois, fui contratada para ministrar aulas de fato.

Tal experiência me fez refletir acerca da necessidade de aprofundar os estudos e fazer uma especialização, por ter atuado profissionalmente na área da educação. Dessa maneira, realizei uma pós-graduação com êxito em Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), tendo atuado concomitantemente nesse nível de ensino na escola onde trabalhava.

Posteriormente à especialização, não realizei outros estudos. Apesar do desejo em cursar uma pós-graduação em nível de mestrado, me esbarrava nas dificuldades a serem enfrentadas em um processo de seleção, sobretudo por não ter produzido um projeto de pesquisa. Nesse ínterim, consegui uma vaga de técnico-administrativo no concurso da UFU; logo, passei a fazer parte da instituição e realizei um dos meus sonhos.

A trajetória profissional na UFU começou em 2015, ao tomar posse no referido cargo e exercê-lo no Instituto de Economia (IE) localizado no *Campus* Santa Mônica. Após um ano, pedi transferência para o Sisbi/UFU em 2016, pois a função e o tipo de público se relacionavam ao meu perfil. Nos primeiros anos, o trabalho foi mais centrado no setor de referências e nos serviços internos da BSUMU. Porém, alguns anos depois, o referido departamento e o setor de atendimento ao usuário foram unificados e passei a responder ao público universitário (alunos, docentes e técnicos).

Paralelamente ao trabalho permanecia o desejo de cursar o mestrado, preferencialmente na UFU. Mas, como estudar nessa instituição aparentemente parecia um sonho inalcançável, resolvi tentar o processo de seleção do mestrado do Programa de

---

<sup>4</sup> Utilizaremos a primeira pessoa do singular para falar sobre a trajetória pessoal e profissional. Em outras partes do texto, empregaremos predominantemente a primeira pessoa do plural.

Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) ofertado pelo IFTM em Uberaba/MG, em que consegui me classificar, mas, infelizmente, não passei nas vagas, o que me deixou bem triste e frustrada.

Algum tempo depois, a UFU lançou o edital do Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação (PPGCE/FACED) e, por conseguinte, realizei o processo de seleção. A fase de elaboração do projeto foi uma das dificuldades encontradas nesse cenário, pois nunca havia feito um trabalho mais elaborado e conforme as normas estabelecidas. Então, o sacrifício foi correspondido, pois consegui ser aprovada e ingressar na turma 2021/2.

No trabalho realizado no contexto do ambiente acadêmico e diante das demandas constantes no atendimento ao público universitário, percebi que parte desta comunidade desconhecia os serviços fornecidos pelo Sisbi/UFU aos usuários e as bibliografias das diferentes áreas que compõem o acervo. Isso é exemplificado pelos estudantes que chegam até ao final da trajetória acadêmica sem procurar materiais ou outros serviços disponibilizados pela biblioteca.

Assim, após ingressar no PPGCE/FACED/UFU, discutir tais inquietações com o meu orientador, Prof. Dr. Cairo Mohamed Ibrahim Katrib. Inicialmente, a pesquisa se voltaria ao público dos cursos de graduação da Faced, por abranger cursos da área da educação na qual, inclusive, havia atuado como docente de Ensino Fundamental e Médio antes de passar no concurso da UFU.

Contudo, essa pesquisa seria mais abrangente; por conseguinte, optamos pelo recorte da temática das relações étnico-raciais, devido à sua relevância nos ambientes social e acadêmico; dialogamos diretamente com a linha de pesquisa escolhida; e facilitamos a coleta de dados *a posteriori*. Além disso, tencionamos compreender a importância da temática racial, em especial no âmbito do Sisbi/UFU, ao investigarmos algumas indagações que surgiram até mesmo antes do ingresso na pós-graduação, como:

a) Os docentes e discentes da UFU têm conhecimento de todos os materiais disponíveis no acervo do Sisbi, os quais podem auxiliá-los em seus estudos durante a permanência na universidade? Se não, o que tem causado o desconhecimento por parte dessas pessoas?

b) O acervo físico e digital do Sisbi/UFU tem contribuído efetivamente para os estudos da comunidade acadêmica?

c) Qual a importância do acervo físico e eletrônico para os docentes e discentes da universidade? Ações têm sido realizadas para promover maior disseminação,

conhecimento, utilização e aproveitamento do material disponibilizado pelo Sisbi/UFU aos discentes e docentes da instituição?

Diante dessas indagações, surgiu o desejo da realização desta pesquisa, em que levantamos as bibliografias existentes no Sisbi/UFU que abordam as relações étnico-raciais, tanto do acervo de livros físicos quanto os digitais, a fim de buscar respostas para os questionamentos anteriores e refletir se tais materiais são relevantes para atuar como coadjuvantes durante a trajetória acadêmica dos docentes, discentes e pesquisadores da UFU, em se tratando dos estudos relativos ao assunto em tela. De maneira mais específica, focamos nos cursos de graduação de licenciaturas existentes no *Campus* Umuarama da UFU e realizamos o levantamento do banco de teses, dissertações e TCCs para analisar a produção acadêmica.

Dessa forma, foi possível evidenciar a importância da temática nos acervos físico e digital disponibilizados pelo Sisbi/UFU para o público universitário, ao investigarmos a sua utilização e o papel das bibliotecas universitárias. Com isso, refletimos se, na atualidade, as bibliotecas físicas perderão espaço para o acervo digital impulsionado pelas TDICs.

### 3 EMBASAMENTO CONCEITUAL

A temática das relações étnico-raciais na educação superior tem despertado interesse de inúmeros pesquisadores; logo, houve um aumento considerável de produções com essa abordagem e que estão disponibilizadas em diferentes formatos. Neste estudo, nosso foco central é entender como tem sido realizada a procura pelo acervo físico e digital das relações étnico-raciais nas bibliotecas universitárias, em especial na UFU.

Além da análise quantitativa, é necessária a revisão de literatura advinda da legislação alusiva às relações étnico-raciais, importante arcabouço jurídico normativo que direciona e estabelece o cumprimento da temática na educação. Sabemos que a lei é um dispositivo legal para o estabelecimento de ações que interferem no conjunto de políticas públicas e na respectiva efetivação; por conseguinte, o caminho aqui trilhado visa entender as políticas públicas e discussões acadêmicas acerca das ações afirmativas, a partir de um recorte iniciado nos anos 2000 para compreender a inserção do tema nas universidades e a difusão de acervo temático nas/pelas bibliotecas universitárias.

Partimos de uma legislação que referenda a discussão étnico-racial inserida no currículo escolar, tanto na educação básica quanto no Ensino Superior – este último, porém, é o foco da nossa investigação. Nesse sentido, destacamos principalmente a Lei n. 10.639/2003, o Parecer n. 3/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana como endossadores legais para os conteúdos da EREER serem inseridos e trabalhados de forma efetiva nos cursos de graduação das universidades brasileiras.

Apesar desse caminho legal, devemos enfatizar a busca pela igualdade e o combate ao racismo provocados pela legislação em tela. Por isso, vale priorizar o entendimento do processo como possibilidade de estabelecer a educação pautada na equidade, considerada uma das “principais lutas políticas da população negra em prol da educação ao longo dos séculos”, como afirma Gomes (2011, p. 12), pois entendemos que tal percurso poderá levar ao alcance de um processo educativo mais democrático e antirracista.

Além das leis referendadas, este estudo aborda as Leis n. 11.645/2008, 12.711/2012 e alguns pareceres e resoluções internas da UFU que nos permitiram compreender a introdução de ações afirmativas focadas nas relações étnico-raciais no ambiente acadêmico. Também citamos alguns autores que nos ajudaram a pensar o tema, como Barbosa (2017), Gil (2008),

Gonçalves e Katrib (2018), Paula e Faleiros (2020), Resende (2022), Santana (2021), Santos e Domingues (2016), Silva (2021) e Yin (2001).

Barbosa (2017), Resende (2022) e Silva (2021) sublinham a importância da Lei n. 10.639/2003 para o âmbito da educação, cuja finalidade é proporcionar o reconhecimento e a valorização da identidade, cultura e história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira, além de suas contribuições para a reconstrução histórico-cultural e o combate às práticas racistas em nosso país.

Para Gonçalves e Katrib (2018, p. 7), a Lei n. 10.639/2003 é considerada “um grande ‘guarda-chuva’ que atende ao disposto na legislação, regulamentando as ações de implementação da temática étnico-racial em diferentes perspectivas e situações”. Percebemos que, apesar de sua importância, ela não é a “salvadora da pátria” destinada a resolver os problemas de cunho racial e discriminatório enfrentados até a contemporaneidade pela população negra e afrodescendente, pois apenas direciona o caminho em busca da equidade e da igualdade – ainda há várias ações a serem realizadas para alcançar esse objetivo.

Entendemos que as ações afirmativas podem subsidiar a aproximação a tais propósitos e ao que se pretende alcançar de fato. Santana (2021) expõe que as ações afirmativas atuam como um instrumento de políticas públicas que objetivam à inserção social de determinados grupos excluídos, a exemplo da população negra, o que demonstra um reflexo da estrutura social excludente e discriminatória em diversos setores da sociedade. Tais iniciativas visam promover a reparação/compensação das desigualdades praticadas ao longo da história, bem como o combate à discriminação racial e ao próprio racismo<sup>5</sup>.

No campo das legislações, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana é o documento que mais destaca a importância das ações afirmativas no âmbito da educação superior. Contudo, as Diretrizes Curriculares estabelecidas no Parecer CNE/CP n. 3/2004 direcionam as Instituições de Ensino Superior (IES) para a inclusão dos conteúdos nas disciplinas e em atividades curriculares dos cursos ministrados, em se tratando da educação das relações étnico-raciais, dos conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra. É notório afirmar que o ensino superior brasileiro apresenta ainda certa resistência em se valer da implementação de tais

---

<sup>5</sup> Segundo Munanga (1998), o termo “racismo” foi criado por volta de 1920 e, enquanto conceito e realidade, foi objeto de diversas leituras e interpretações polêmicas, por ser uma tendência na qual as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. Para maior aprofundamento, consultar: MUNANGA, Kabengele. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói, EDUFF-RJ, 1998. p. 43-5.

diretrizes, como afirmam Santos e Domingues (2016) e Gonçalves e Katrib (2018, p. 6), dado que as IES “não conseguiram nos últimos anos, inserir as temáticas ligadas à diversidade étnico-racial em seus variados cursos, mas apesar disso, tem permitido maior abertura para o diálogo referente às questões raciais”.

Paula e Faleiros (2020) ressaltam a imprescindibilidade da criação de disciplinas voltadas à educação das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de licenciatura. As autoras afirmam ainda que, na efetivação curricular, as obras literárias são essenciais para propiciar um estudo mais aprofundado sobre a temática. Aqui notamos que as bibliografias desempenham um papel significativo no auxílio do conhecimento, em que a biblioteca universitária pode ser a fonte proporcionadora desse aprendizado.

Para Gil (2008, p. 60), a biblioteca pode ser vista como um campo de coleta de dados, no qual os recursos fornecidos podem compor uma considerável parte dos estudos realizados pelos educandos. Isso se aplica não somente a pesquisas caracterizadas como bibliográficas ou documentais, mas também a outros delineamentos, pois, independentemente do tipo de investigação, é imprescindível a consulta de material publicado que contribui sobremaneira para os conhecimentos científico e técnico.

Nesse quesito, entendemos que a biblioteca universitária fornece uma gama de materiais como teses, dissertações, TCCs, periódicos, obras de referência, anais de encontros e obras literárias, científicas e documentais – alguns desses, inclusive, se inserem nos ambientes físico e digital, além de haver o auxílio a pesquisas em bases de dados e normas acadêmicas. Infelizmente, ainda há universitários que desconhecem os serviços gratuitos oferecidos aos usuários das bibliotecas e, tampouco, acessam o acervo de tais espaços, o que corresponde a uma das motivações para a realização deste trabalho, como explicitado no memorial acadêmico.

Serviços bibliotecários podem também assessorar no aprofundamento dos estudos acerca da temática racial, pois há obras físicas e digitais, além de trabalhos acadêmicos, que disponibilizam conhecimentos sobre a história do povo negro e suas importantes conquistas.

Desse modo, Santos (2005) salienta que as políticas públicas constantes nas leis são consideradas um relevante marco legal consolidado com a contribuição do movimento negro junto ao governo brasileiro em diferentes momentos da história. Dentre elas, a mais relevante foi a criação da Lei n. 10.639 em 2003 que incluiu, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira para reconhecer a luta dos negros no Brasil, a cultura desses povos em nosso país e o negro na formação da

sociedade nacional, o que resgata suas contribuições nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do país (Brasil, 2003).

Contudo, após ser estabelecida a obrigatoriedade nos currículos das escolas brasileiras públicas e particulares de Ensino Fundamental e Médio, a Lei n. 10.639/2003 foi alterada pela Lei n. 11.645/2008<sup>6</sup>, a qual instituiu a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial das redes de ensino. Tais aparatos modificaram ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), cujas premissas possibilitaram a introdução da cultura afro-brasileira de forma mais abrangente no ambiente educacional com costumes, tradições, música, crenças, comidas típicas, entre outros aspectos.

Notamos que a Lei n. 10.639/2003 visa promover a igualdade racial na área da educação brasileira, o que sugere um papel ativo que almeja alcançar todos os níveis escolares, inclusive as IES, para haver uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural do país. Entretanto, isso não ocorreu de fato, pois, inicialmente, o Ensino Superior não se responsabilizou e as iniciativas foram desenvolvidas apenas na educação básica, em que houve resistência na adesão e implantação em seus planos de ensino, como veremos mais detalhadamente na seção 4 desta investigação.

Com a Lei n. 10.639/2003, a educação precisou reestruturar as matrizes curriculares para atender à legislação, cujo propósito legal é a igualdade compreendida como princípio da universalidade, para todos serem regidos pelas mesmas regras, direitos e deveres. Outro viés é defendido pelo movimento negro, para quem a legislação deve produzir e ser balizada no princípio da equidade, o qual reconhece que não somos todos iguais e que há a necessidade de ajustar o “desequilíbrio” para fortalecer a democracia racial e elevar uma cultura mais viva e diversa que atuaria no combate às desigualdades e na inibição da discriminação e do preconceito racial que, muitas vezes, começa nos primórdios da escolarização e se intensifica nas universidades. Abreu e Mattos (2008) elucidam que:

a divulgação das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” trouxe aos profissionais de história, professores e pesquisadores, novos desafios”. [...] os Parâmetros curriculares nacionais” (PCNs) como as “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” têm hoje força de lei e representam uma vontade de democratização e correção de desigualdades históricas na sociedade brasileira (Abreu; Mattos, 2008, p. 11).

---

<sup>6</sup> A Lei n. 11.645/2008 altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Mais informações em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm).

Nesses termos, a Lei n. 10.639/2003, complementada pela Lei n. 11.645/2008, é vista como uma grande conquista do movimento negro para os diversos povos e etnias existentes no Brasil. A primeira vislumbrava a possibilidade de uma educação mais igualitária para valorizar a diversidade das relações étnico-raciais e reconhecer seus direitos constitucionais e humanos, além de haver mudanças na imagem escravista do negro do período do Brasil colonial e na falta de valorização do povo negro para sociedade, ao prezar a diversidade de cultura e etnias e combater o racismo, o preconceito e a discriminação (Alves, 2017).

Apesar de ambas as leis enfatizarem perceptivelmente a necessidade da busca pela “igualdade racial” em todos os âmbitos da educação, é importante frisar que para podermos alcançar esse objetivo, se faz necessário buscar primeiramente a “equidade racial” como já pontuamos acima, onde todos independente de raça, cor ou etnia, poderão obter oportunidades iguais no campo educacional, social e profissional, tendo o reconhecimento de suas habilidades e conhecimentos, fazendo-se valer por sua meritocracia.

Além das leis referendadas acima, em 2012 foi criada a Lei de Cotas (Lei n. 12.711) que estabelece, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a reserva de vagas aos estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda, autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Soares (2014, p. 3) alega que “o sistema de cotas é uma forma de reparar uma dívida histórica que o Brasil possui com a população negra, que apesar de ser a metade da população brasileira, ainda se encontra em situação de desvantagem econômica e social”, tendo em vista que esse segmento da população, em sua maior parte, não possui uma educação de qualidade, o que gera conflitos de oportunidades no mercado de trabalho.

De fato, as cotas correspondem a uma ação afirmativa benéfica que também corresponde a um “grande guarda-chuva”, pois visam ampliar a adesão à educação superior da população marginalizada econômica e racialmente, a exemplo do recorte apresentado para estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda pretos e pardos, além dos indígenas. É notório que isso permite a igualdade de oportunidades à população negra no ambiente universitário, bem como otimiza o nível de escolaridade e eleva os conhecimentos, com vistas ao crescimento profissional.

Segundo Marques (2018), houve um significativo avanço no aumento da população negra e indígena nas universidades a partir da implantação da Lei n. 12.711/12, devido à busca pela garantia da igualdade de direitos e da minimização das desigualdades raciais na educação superior. Concomitantemente, a Lei n. 10.558/2021 criou o Programa Diversidade na Universidade, com o intuito de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior a pessoas pertencentes aos grupos socialmente desfavorecidos,

especialmente dos afrodescendentes e indígenas. Objetiva-se, ainda, reconhecer a importância da herança negra na cultura brasileira e valorizar a diversidade de culturas e etnias que embasam a sociedade.

Enquanto política de ação afirmativa, as cotas necessitam prioritariamente ser pensadas para estabelecer a equidade racial em nosso país para, a partir de então, levar à tão almejada igualdade nos diversos níveis da sociedade. Tais iniciativas são consideravelmente relevantes principalmente nas IES, pois podem contribuir com a redução da desigualdade social e combater o racismo e a discriminação no ambiente educacional. Duarte (2014) define as políticas de ações afirmativas como:

[...] soluções de caráter temporário, tomadas pelo Estado ou pela iniciativa privada, cujo intuito primordial é o de corrigir e compensar distorções históricas ou mesmo atuais, causadas por motivos escusos que foram se acumulando com o decorrer do tempo e acabaram por prejudicar certo grupo específico, seja por critérios de raça, etnia, religião, gênero, etc. (Duarte, 2014, p. 5).

Por seu turno, Katrib e Santos (2020) argumentam que as ações afirmativas referentes à inclusão e permanência da população negra, em especial aquelas voltadas a pretos e pardos, têm sido alvo de inúmeras discussões e reflexões nas instituições acadêmicas, com vistas a propostas que contribuam para o processo reivindicativo de acesso da população negra nas universidades. Há, pois, diversos desafios a serem enfrentados para assegurar efetivamente a equidade e a permanência de tal segmento da população no referido ambiente.

A seguir, abordamos o caminho de implantação da Lei n. 10.639/2003 na educação superior, com foco nas ações e contribuições da UFU para a efetivação desse aspecto no contexto acadêmico.

## 4 METODOLOGIA

Aqui apresentamos a metodologia e os procedimentos utilizados para realizar a coleta dos dados e o recorte de análise e das fontes informacionais nas quais foram obtidas as informações que permitiram estruturar esta investigação. Visamos responder à problemática anteriormente indicada e atender aos objetivos específicos propostos, em que o estudo possui caráter exploratório e natureza quantitativa-qualitativa, com técnica de pesquisa bibliográfica e de levantamento de arcabouço jurídico normativo, o que corresponde a aspectos essenciais para o estudo de caso realizado.

Para Gil (2008, p. 46), a pesquisa do tipo exploratória é caracterizada pela abordagem investigativa e de compreensão do assunto abordado, com o “objetivo [de] proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, constituindo a primeira etapa de uma investigação, e apresenta uma menor rigidez no planejamento, podendo envolver o levantamento bibliográfico ou documental”. Desse modo, há o desenvolvimento e a compreensão do tema estudado, ao realizarmos as buscas a partir de dados de fontes primárias e secundárias.

Quanto à natureza quantitativa-qualitativa, Villaverde *et al.* (2021, p. 34) salienta que “os dados numéricos fornecidos pela pesquisa quantitativa e as análises e reflexões obtidas por meio de uma pesquisa qualitativa, [...] enriquece as análises e discussões finais, na medida que fornece um diagnóstico estrutural e processual dos fenômenos de forma simultânea”. Sendo assim, ambas se complementam quando são trabalhadas conjuntamente no mesmo estudo.

Sob o viés dialógico, salientamos que o estudo de caso como aspecto metodológico, segundo Yin (2001, p. 25), pode ser utilizado como uma importante estratégia de pesquisa em diversas situações, ao contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos “fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Yin (2015, p. 8) também referenda que “o estudo de caso favorece compreender os fenômenos sociais complexos, ou seja, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”, com a intenção de entender um fenômeno ainda pouco investigado, o que possibilita a construção de hipóteses e estudos futuros.

Para entrecruzar o levantamento dos dados aos propósitos contidos nos objetivos específicos e elucidar a apuração da problemática construída, realizamos um levantamento quantitativo das bibliografias existentes no acervo físico do Sisbi/UFU, em conformidade à temática das relações étnico-raciais, bem como das obras relativas à cultura afro-brasileira e

indígena. Tais aspectos são expostos em quadros, ao demonstrarmos os títulos das obras, os respectivos autores, os anos de publicação e a localização física, cujos dados foram obtidos por meio do catálogo de buscas ao acervo disponível no *website* das bibliotecas da universidade.

Realizamos também uma pesquisa de frequência de utilização de tais obras pelos usuários do Sisbi/UFU, em que os dados foram arrolados por meio do *software* gerenciador Sophia. Consultamos os títulos com a solicitação e a posterior autorização, por meio do processo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)<sup>7</sup>, juntamente à Divisão de Informação (DIINF) do referido sistema, a qual é responsável por gestacionar a parte de tecnologias da informação de toda a rede de bibliotecas da UFU.

Além disso, obtivemos dados por meio de levantamento bibliográfico das obras existentes no acervo digital do Sisbi/UFU, mais especificamente na plataforma de livros digitais Minha Biblioteca (MB), disponibilizada aos universitários pela UFU por meio da assinatura anual, com vistas a contribuir com os estudos da comunidade acadêmica. Nesse contexto, procuramos por obras digitais (*e-books*) que contemplam as relações étnico-raciais e a cultura afro-brasileira e indígena; em seguida, os resultados obtidos foram tabulados em formato de quadro, para evidenciarmos o título da obra, o ano, os autores, os cursos ou assuntos relacionados e o endereço eletrônico; e quantificamos a frequência de uso das obras digitais na temática, cujos dados específicos foram solicitados junto à Diinf/Sisbi/UFU, que faz a gestão da plataforma digital de *e-books*.

Outra forma de coleta de dados foi a busca realizada na plataforma de Serviço de Descoberta (EDS) disponibilizada pelo Sisbi/UFU, que faz uma busca integrada no acervo e nas bases de dados por palavra-chave, descritores ou assunto pesquisado – aqui são apresentadas as possibilidades de obras e outros materiais disponíveis. Assim, inserimos os termos “relações étnico-raciais ou etnicorraciais” e “cultura afro-brasileira e indígena”, além de uma busca mais focada em áreas específicas do conhecimento, com as respectivas quantificações, análise e tabulação dos resultados em formato de gráfico.

Na terceira etapa de coleta de dados, realizamos o levantamento no RI do Sisbi/UFU, com o intuito de verificar teses, dissertações e TCCs voltados às relações étnico-raciais e consolidar uma análise qualitativa e a posterior tabulação dos dez principais trabalhos escolhidos, indexados no repositório. Também ilustramos os respectivos cursos por meio de

---

<sup>7</sup> Sistema que permite a gestão e o processamento eletrônico de documentos, expedientes e processos administrativos sem a utilização de papel, cujo acesso ocorre pela Internet. O próprio sistema gerencia o nível de acesso das unidades e dos usuários envolvidos. Para mais informações, acesse: <https://ufu.br/sei>.

um gráfico, com o intuito de analisar a importância da temática na produção acadêmica e científica da universidade.

Nesse prisma, outro procedimento metodológico foi a técnica de pesquisa bibliográfica, que contribuiu para a realização das leituras e a coleta de dados especificada anteriormente, por propiciar a compreensão e o engajamento do contexto racial ora trabalhado. Menezes *et al.* (2019, p. 34) explanam que, na pesquisa bibliográfica, é possível implementar uma grande variedade de materiais, sendo eles “elaborados como livros, artigos científicos, impressos diversos ou, ainda, textos extraídos da internet, uma pesquisa dessa natureza pode anteceder outra, mais descritiva ou explicativa, valendo-se de um aprofundamento na área (ou no tema) que se deseja pesquisar”.

A pesquisa bibliográfica nos permitiu alicerçar o estudo e ocorreu por meio de levantamentos bibliográficos sobre a temática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Google Scholar e no RI/UFU. Com isso, pretendemos averiguar os trabalhos relacionados com o papel das bibliotecas na efetivação das relações étnico-raciais no Ensino Superior e compreender a significação das obras para esses espaços e na formação acadêmica. Para isso, procuramos pelas seguintes palavras-chaves: “relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)”, “bibliotecas universitárias”, “ensino superior (ou universidade); “efetivação da lei 10.639/03”.

Frisamos que o portal de periódicos da Capes é uma “biblioteca digital de acesso à informação científica e tecnológica produzida em âmbito mundial. Atende instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa, planejamento e desenvolvimento, para as quais disponibiliza um acervo de periódicos em texto integral, bases de dados, patentes, monografias e outros recursos” (Corrêa *et al.*, 2008 p. 1); a BDTD é um “repositório de Teses e Dissertações das Instituições de Ensino Brasileiras, a qual oportuniza à comunidade científica divulgar suas produções realizadas tanto em nível nacional, quanto internacional” (Costa *et al.*, 2013, p. 62); e o “Google Scholar é um subconjunto do maior índice de pesquisa do Google, que consiste em artigos de periódicos de texto completo, relatórios técnicos, pré-impressões, teses, livros e outros documentos, incluindo páginas da Web selecionadas consideradas “acadêmicas”, disponibilizando conteúdo, e textos completos de todos os principais editores” (Vine, 2006, p. 1). Convém salientar que tais bases de dados nos auxiliaram nos levantamentos, como verificamos a seguir, e, para obter êxito nos resultados obtidos, aplicamos sentenças específicas às palavras-chaves de busca:

**Quadro 1 - Procedimento de pesquisa: sentença de busca temática**

<p><b>Sentenças de buscas gerais:</b></p> <p>1- (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (biblioteca universitária);  2- (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (biblioteca universitária) AND (efetivação);  3- (relações étnico-raciais) OR (relações etnicorraciais) AND (ensino superior) OR (universidade) AND (biblioteca).</p>	
<p><b>Base de dados:</b></p>	<p><b>Sentenças de buscas específicas:</b></p>
<p><b>Portal de Periódicos da Capes</b></p>	<p><b>Sentença de busca 1 - (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (biblioteca universitária)</b>  Obtenção de 60 resultados, com a aplicação do filtro para o período dos últimos cinco anos retornou apenas 22 resultados).</p> <p><b>Sentença de busca 2 - (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (biblioteca universitária) AND (efetivação) –</b>  Acréscimo da palavra-chave “efetivação” com a obtenção de nenhum resultado.</p> <p><b>Sentença de busca 3 - (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (ensino superior) OR (universidade) AND (biblioteca universitária)</b>  Foram encontrados 29 resultados, ao aplicarmos o filtro para o período dos últimos cinco anos (retorno de apenas oito resultados).</p>
<p><b>BDTD</b></p>	<p><b>Sentença de busca 1 - (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (biblioteca)</b>  Retorno de 26 resultados – ao filtrarmos o período dos últimos cinco anos, obtivemos oito resultados e, ao acrescentarmos na sentença de busca as palavras-chave “universitária”, conseguimos somente um resultado, relativo a uma biblioteca de escola pública municipal, e não de universidade.</p> <p><b>Sentença de busca 2 - (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (efetivação) AND (biblioteca) -</b> Ao acrescentar a palavra-chave: “efetivação” na sentença de busca,  Retorno de apenas um resultado – esse trabalho, em nenhum momento, mencionava a biblioteca em sua pesquisa, por analisar diferentes percepções de qualidade social nas vozes do Estado, das famílias, de professoras e gestoras escolares atuantes em creches públicas municipais na região leste da capital paulista.</p> <p><b>Sentença de busca 3 - (relações étnico-raciais) OR (relações etnicorraciais) AND (ensino superior) OR (universidade)</b>  Obtivemos 54 resultados e, ao aplicarmos o filtro por período nos últimos cinco anos, retornaram 18 resultados; ao adicionarmos a palavra-chave “biblioteca”, apenas oito resultados; e, com a adição da palavra “universitária” à sentença, não encontramos registros.</p>

Google Scholar	<p><b>Sentença de busca 1 - (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (biblioteca universitária)</b> Retornaram aproximadamente 2.670 resultados e, ao aplicarmos o filtro para o período dos últimos cinco anos, cerca de 1.650 resultados.</p> <p><b>Sentença de busca 2 - (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (efetivação) AND (biblioteca universitária)</b> Obtivemos em torno de 1.560 resultados e, ao aplicarmos o filtro para o período dos últimos cinco anos, 955 resultados.</p> <p><b>Sentença de busca 3 - (relações étnico-raciais OR relações etnicorraciais) AND (ensino superior) OR (universidade) AND (biblioteca universitária)</b> Retornaram aproximadamente 1.640 resultados e, ao aplicarmos o filtro para o período dos últimos cinco anos, 1.030 resultados.</p>
----------------	---

Fonte: A autora.

Nos resultados obtidos com as sentenças de buscas, em se tratando do Portal de Periódicos da Capes, cuja palavra-chave central para localizar os trabalhos foi “relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)”, visamos identificar a conexão entre o papel das bibliotecas e a efetivação da temática. Enquanto isso, na leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves, notamos que a maioria não trazia em seu conteúdo um estudo com a inclusão das bibliotecas, mesmo com a inserção desse termo na busca. Os resultados escassos, apesar de tratarem de questões étnico-raciais nos ensinos básico e superior, não mencionavam a significação das bibliotecas nesse processo e, tampouco, das bibliotecas universitárias – quando raramente um ou outro trabalho mencionava tal expressão, o trabalho tratava apenas desse setor no ensino básico.

Em relação aos resultados obtidos na BDTD, ao lermos os seus títulos, resumos e palavras-chaves, verificamos que a maioria também não trazia em seu conteúdo um estudo acerca das bibliotecas. Apesar de a palavra-chave “biblioteca” estar expressa em todas as sentenças de buscas, esta raramente apareceu nos resultados que, por seu turno, tratavam, em maior grau, de questões raciais como formação docente, cotas no ensino superior e outras formas. Um ou outro trabalho mencionava tal setor, mas, assim como na plataforma anterior, se tratava apenas de bibliotecas do ensino básico.

No Google Scholar esse levantamento temático por meio de sentenças de buscas específicas, nos propiciou observar que os trabalhos em sua maioria abordam a temática racial na formação docente nos dois níveis de ensino, também a questão das cotas no ensino superior, bem como outras formas de reflexão das questões raciais como as práticas pedagógicas antirracistas voltadas para as escolas de ensino básico. Por outro lado, ainda, a temática racial e a correlação com o papel das bibliotecas apareceram apenas para o ensino básico, raramente um ou outro abordou a temática racial na educação superior no contexto das bibliotecas universitárias, apesar dos expressivos resultados retornados nas plataformas de

busca. Contudo, foi nesta plataforma que conseguimos obter a maior parte dos trabalhos que se encaixaram melhor para compor a estrutura e reflexão do estudo proposto.

Ademais, a pesquisa documental foi necessária a este estudo, uma vez que nos permitiu maior compreensão do assunto em diversas nuances interpretativas. Ela é definida por Marconi e Lakatos (2002, p. 62) como “[...] a fonte de coleta de dados que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo em importante fonte de pesquisa, sejam elas extraídas de espaço digital como as Legislações, os pareceres e as resoluções”, cujos documentos foram importantes para compor o trabalho para referendar a temática trabalhada. No arcabouço jurídico normativo se sobressaem a legislação e seus desdobramentos para a implementação da temática racial na educação nacional e as legislações específicas aplicadas na UFU, como a Lei n. 10.639/2003, o Parecer n. 3/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, atas, resoluções e portarias que instituíram sistemas alternativos de ingresso, dentre outros.

Para Villaverde *et al.* (2021, p. 93), a técnica de análise dos dados é uma das fases mais relevantes da pesquisa, pois, nesse momento, os dados obtidos passam por uma análise específica – qualitativa ou quantitativa (como salientado anteriormente) – para apresentar os resultados que permitem uma possível conclusão do estudo. Tais análises foram realizadas nas etapas de levantamento bibliográfico do acervo físico e digital, bem como dos trabalhos pesquisados no RI/UFU.

No tocante ao local, escolhemos a BSUMU da UFU como foco do estudo, em virtude de a pesquisadora atuar no local como servidora. Especificamente, pode-se salientar que o lócus do trabalho foi o acervo geral do Sisbi, tendo em vista que a investigação foi realizada por meio de consulta ao acervo geral das bibliotecas da referida instituição, em detrimento à própria unidade da BSUMU. Isso se deve ao fato de o nosso recorte da pesquisa e da estrutura organizacional do acervo na universidade constar bibliotecas que se conectam também de modo virtual no acesso ao acervo por parte da comunidade acadêmica e externa.

Após a apresentação metodológica, vale salientar que a análise dos dados arrolados ocorreu a partir das impressões e reflexões tecidas mediante o entendimento do referencial teórico-conceitual que fundamenta o presente trabalho.

## **5 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI N. 10.639/2003 NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: O CASO UFU**

Nesse processo dialógico, utilizamos as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Raciais referendadas por meio do Parecer CNE/CP n. 3/2004 e da Resolução CNE/CP n. 1/2004, que abarcam as orientações necessárias à implementação da Lei n. 10.639/2003 e no combate ao racismo, bem como as instruções para compreendermos esse processo nas IES. Isso é feito em consonância às reflexões realizadas até aqui, com destaque às ações afirmativas realizadas na UFU por intermédio do Neab e da Diepafro, espaços destinados ao combate ao racismo e à promoção da equidade no ambiente universitário.

A criação da Lei n. 10.639/2003 se sobressai em termos de políticas públicas relevantes nas últimas décadas, ao ser considerada uma das maiores conquistas do movimento negro, principalmente no âmbito da educação. Sob esse viés, podemos afirmar que a referida lei é uma legislação provocativa, por gerar mudanças de olhares, conscientizar, problematizar, causar desconfortos, conflitos, embates e propiciar a visibilidade positiva às questões étnico-raciais. Ela abarca histórias e lutas como uma estratégia poderosa para combater o racismo e propiciar, à sociedade brasileira, a oportunidade de reverter visões equivocadas da história, da cultura, do papel social e econômico desempenhado pelo povo preto na trajetória desenvolvimentista do Brasil.

Especialmente no contexto educacional, a referida lei não impacta somente no contexto da educação básica, pois se torna importante também na educação superior. Há vários equívocos nessa conjuntura, como as diferentes formas de recepção e interpretação, o que levou a fixar inicialmente a responsabilidade de tal implementação apenas no ensino básico em detrimento à educação superior. Existem investimentos escassos na formação inicial e continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais por parte dos governos municipal, estadual e federal, assim como a falta de (ou poucas) ações afirmativas nas IES que visem à promoção da equidade racial. Todavia, a obrigatoriedade para aplicar essa regulamentação na educação superior não é diferente, pois se considera rigorosamente o que está disposto no texto, com o complemento de diretrizes e planos que referendam a aplicabilidade nessa modalidade educacional, seja nos cursos de licenciatura ou bacharelado.

Tanto as diretrizes quanto a Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Educação explicitam a necessidade de que o ensino superior insira a EREER em seu processo formativo, em especial nos cursos de licenciatura. Porém, essa temática é vagamente abordada no âmbito

universitário, exceto quando é de interesse do docente ou do estudante pesquisar e conhecer melhor o tema, como pode ser notado na UFU.

Conforme a Resolução n. 1 do CNE destaca no § 1º do artigo 1º, “as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes” (Conselho Nacional de Educação, 2004b, p. 31). Como destacamos na apresentação deste estudo, devemos compreender a existência de um arcabouço jurídico normativo em aplicação e que precisa ser seguido pelas instâncias superiores.

Subsequentemente à implementação da Lei n. 10.639/2003, foram publicados o Parecer CNE/CP n. 3/2004 e a Resolução CNE/CP n. 1/2004, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O referido parecer referenda a inclusão das questões raciais na matriz curricular dos cursos de graduação para as universidades inserirem os conteúdos de educação das relações étnico-raciais, de conhecimentos de matriz africana ou que se relacionam à população negra nas disciplinas ou em atividades curriculares nos cursos, mas com respeito à autonomia de cada estabelecimento de ensino superior, como explicita o Artigo 7º:

Art. 7º. As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer (Conselho Nacional de Educação, 2004a, p. 20).

O Parecer CNE/CP n. 3/2004 e a Resolução CNE/CP n. 1/2004 representam algumas das principais políticas curriculares, por referendarem a importância de se reconhecer a contribuição dos povos africanos e de seus descendentes que nasceram no Brasil para a formação cultural da nação brasileira, ao reafirmar a necessidade de reparações necessárias diante das discriminações e exclusões sociais sofridas há vários séculos. Como medida compensatória, salienta-se o protagonismo dos povos africanos no desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país.

O Parecer CNE/CP n. 3 (Conselho Nacional de Educação, 2004a, p. 3) enfatiza “o reconhecimento da adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino”. Nesse caso, cada discente autodeclarado

negro não pode ser discriminado por sua cor ou raça, precisa ter igualdade de oportunidades que lhe permitam o acesso a bens culturais, econômicos, sociais e educacionais em conformidade de condições.

Se porventura a legislação aborda a diversidade e sua valorização, destacamos mais uma vez a imprescindibilidade de garantir a equidade, com o mesmo direito de oportunidades aos negros e pardos, pois, em uma sociedade que historicamente lançou mão da miscigenação para referendar a igualdade, sabemos que, no tocante às oportunidades, o silenciamento dos afrodescendentes é preponderante e não há as mesmas oportunidades das ditas maiorias brancas em relação aos negros (pretos e pardos). Entendemos, pois, que a universidade precisa recuperar as rédeas desse processo e fomentar o protagonismo negro na construção e ressignificação dos conhecimentos produzidos.

Em outras palavras, as IES, como responsáveis pela educação superior, que produzem conhecimento e são formadoras de identidades culturais e sociais em diversas áreas do ensino, precisam se atentar e se comprometer de forma mais específica com as questões raciais, como define Silva (2003):

[...] dispõe-se a universidade, não a considerar as diferenças raciais, à pluralidade cultural como um fim em si, mas como uma forma de assumir a responsabilidade de educar para novas relações raciais e sociais, de produzir conhecimentos apartados de uma única visão de mundo, de ciência, como um processo político de negociação que projeta uma sociedade justa (Silva, 2003, p. 49).

Assim, os sistemas e estabelecimentos de ensino são orientados pela referida política curricular para inserir, em seus programas, uma educação voltada às relações étnico-raciais que possam promover a “divulgação, respeito e valorização da cultura e história dos africanos escravizados no Brasil, dos seus descendentes, relacionando-as às histórias e culturas dos africanos do Continente”, salienta Silva (2006).

Para alcançar exitosos objetivos, de acordo com o Parecer CNE/CP n. 3/2004, as IES deverão produzir uma prática pedagógica atuante na construção de estratégias educacionais orientadas pelos princípios de igualdade racial. É preciso considerar o ser humano um sujeito de direitos e valores que pode trabalhar em defesa de uma sociedade acadêmica mais igualitária, ao defrontar o racismo e se posicionar contra toda e qualquer forma de discriminação.

Todavia, tais ações ainda não ocorrem de forma eficaz e efetiva na maioria dos estabelecimentos de ensino. Passos (2012) arrazoia que a desigualdade racial no Brasil está associada à falta de equidade social e profissional que permeia o povo negro, o que

impossibilita a igualdade de oportunidades em diversas áreas; por sua vez, a falta de equidade reflete também na desigualdade educacional, ao ocasionar evasão, reprovação e disparidades na relação entre professor e aluno, como destacamos alhures.

Outro fator que corrobora esse quadro educacional é a falta de interesse dos docentes para tratar as questões raciais em sala de aula. Santos e Domingues (2016) salientam que parte dos docentes ainda permanece arraigada em um ensino tradicionalista que não colabora para o desenvolvimento da EREER e, conseqüentemente, faz o discente não obter importantes conhecimentos que poderiam levá-lo a uma vida social, cultural e profissional mais equânime.

Evidentemente, há a necessidade de mudanças nesse cenário. Para isso, a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, juntamente com o Parecer CNE/CP n. 3/2004 e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, buscam, em comum, estabelecer uma educação plural e inclusiva, ao orientarem a instituição e a implementação de um conjunto de regras e medidas para ações efetivas que objetivam à correção de injustiças, à eliminação de discriminações raciais e à promoção da inclusão social e cultural a todas as raças e etnias presentes no sistema educacional de ensino brasileiro. Com isso, pode-se assegurar o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, bem como o igual direito às histórias e culturas da diversidade de povos que constituem a nossa nação.

Esses documentos também trazem à luz a necessidade de compreender as lutas históricas e políticas realizadas pelo povo negro desde a “abolição” da escravatura até as conquistas vigentes, e que diversos esforços são essenciais para o efetivo reconhecimento do seu espaço sociocultural e a valorização de sua identidade nos tempos atuais. Complementarmente, eles foram aprovados no âmbito do CNE e possuem papel fundamental na regulamentação e institucionalização da Lei n. 10.639/2003, em especial a Resolução n. 1/2004. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a legislação proporcionaram a alteração da LDB, justamente para fazer valer a aplicabilidade imediata.

A relevância da temática demandou ações colaborativas entre conselhos, sistemas educacionais, fóruns de educação, pesquisadores do tema nas IES, bem como a grande experiência do movimento negro brasileiro para consolidar ações caracterizadas como marcos legais (Brasil, 2013). Nesse caso, tomamos a UFU como contexto para a reflexão ora promovida, conforme o subtópico a seguir.

### 5.1 A Lei n. 10.639/2003 no contexto da UFU

A Lei n. 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todos os níveis da educação brasileira. Tal legislação foi fundamental para compensar as desigualdades historicamente impostas às várias gerações afro-brasileiras estabelecidas em todo o país, mas, no âmbito do Ensino Superior e por algum tempo, ainda não havia aderido às diretrizes da lei, ao responsabilizar apenas a rede de educação básica. Por essa razão, muitas universidades do Brasil, ainda na contemporaneidade, não têm tratado a implantação desse aparato legislativo com a devida atenção, como salientam Ferreira e Silva (2007):

A História e Cultura Afro-Brasileira quando não invisibilizada tem sido folclorizada e estereotipada nos conteúdos didáticos. As cumplicidades são enrustidas, porém fáceis de adivinhar – quantas pós-graduações em Educação e nas humanas em geral a incorporam como linhas de pesquisa? No país com a segunda maior população negra do mundo há em todo o Brasil pouquíssimos cursos de especialização Lato Sensu em História da África, fora a iniciativa de alguns professores, não há seriedade e consistência no tratamento dessa temática em nenhuma das grandes universidades públicas e muito menos das privadas (Ferreira; Silva, 2007, p. 9).

Com o escopo de orientar o processo de implementação da Lei n. 10.639/2003 nos sistemas de ensino, foi criado o Parecer CNE n. 3/2004, o qual apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) ao estabelecer que as IES que trabalham com a formação de professores deverão incluir a discussão das questões raciais nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. Elas devem incluí-las de forma objetiva no planejamento pedagógico e nos planos de ensino, bem como os procedimentos para sua consecução, com o intuito de combater o racismo e a discriminação racial, além de reconhecer e valorizar as histórias e a cultura afro-brasileira e africana no ambiente universitário.

Entretanto, as diretrizes estabelecidas no Parecer CNE n. 3/2004, bem como a Lei n. 10.639/2003, inicialmente não obtiveram aceitação no processo de implantação em algumas universidades brasileiras. Houve entraves para sua efetivação e, a princípio, se eximiam dessa obrigatoriedade para as DCN serem abordadas apenas em outros níveis de ensino, como diagnosticada Santos Júnior (2011):

Quanto à implementação da lei, havia e há dificuldades. No início se escutava três não: não tem dinheiro, não tem professores e não tem bibliografia. [...] a cobrança (da Lei 10639/03) se realizou mais no ensino médio e fundamental, e a universidade ficou de fora, achando que não tinha obrigação de entrar nessa luta de produção de conhecimento, apesar da Resolução 01/2004 e o Parecer 03/2004, que determina a

inclusão dos conteúdos no currículo pedagógico das faculdades (Santos Júnior, 2011 apud Santos; Domingues, 2016, p. 14).

Conforme o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, as IES são estabelecimentos fundamentais e responsáveis pela elaboração, execução e avaliação dos cursos e programas que oferecem, assim como de seus projetos institucionais, projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensino articulados à temática étnico-racial. Por isso, as seguintes ações são fundamentais para a educação superior:

a) Adotar a política de cotas raciais e outras ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros, negras e indígenas ao ensino superior; b) Ampliar a oferta de vagas na educação superior, possibilitando maior acesso dos jovens, em especial dos afrodescendentes, a esse nível de ensino; c) Fomentar o apoio técnico para a formação de professores/as e outros profissionais de ensino que atuam na escola de educação básica, considerando todos os níveis e modalidades de ensino, para a Educação das Relações Étnico-Raciais; d) Implementar as orientações do Parecer CNE/CP n. 03/2004 e da Resolução CNE/CP n. 01/2004, no que se refere à inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais e temáticas que dizem respeito aos afro-brasileiros entre as IES que oferecem cursos de licenciatura; e) Construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais para todos os cursos de graduação; f) Incluir os conteúdos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente e articular cada uma delas à pesquisa e à extensão, de acordo com as características das IES (Brasil, 2013, p. 53).

Diante do exposto e para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais ocorrer de forma efetiva, as IES devem se envolver continuamente na promoção de pesquisas e processos educativos norteados por valores e conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com vistas à ampliação e ao fortalecimento de bases teóricas e pedagógicas para a formação de profissionais e educadores que dominem conteúdos de ensino das relações étnico-raciais e que se comprometam com as causas raciais. Eles precisam atuar na construção de políticas institucionais antirracistas e valorativas de todas as raças e etnias para, ao transmitir o conhecimento, promover novos comportamentos e atitudes que combatam a falta de respeito, a intolerância e a discriminação no meio acadêmico.

Mesmo diante da relevância das diretrizes que orientam as ações necessárias à implantação da Lei n. 10.639/2003, com a intenção de abordar as desigualdades sociais e culturais impostas de maneira secular à população negra, observou-se resistência das IES na inclusão da temática racial, como ressalta Gomes (2008, p. 6), que “as universidades têm sido um dos espaços mais resistentes”, e isso ocorre, sobretudo, nos cursos de licenciatura.

Tal situação de resistência não foi diferente também no âmbito da UFU, pois, nas palavras de Santos e Domingues (2016, p. 7), a instituição “não considerou relevante a discussão e implementação da Lei n. 10.639/2003 durante muito tempo. Após a aprovação da referida Lei e do Parecer CNE/CP 003/04, a questão racial na instituição [...] passou a ter maior destaque”. Tal resistência se deve, principalmente, à formação continuada de professores, “além de grande parte dos docentes permanecerem arraigados em uma tradição conteudista, cujas formação e atuação se concentram em um formato de cultura liberalista” que não prioriza as Políticas Públicas de Igualdades Raciais (Santos; Domingues, 2016, p. 9).

As mudanças de postura começaram a acontecer no meio acadêmico da UFU após a aprovação do Parecer CNE/CP n. 3/2004. Elas não se apresentaram de maneira rápida e simples, e sim de forma gradativa e a partir de uma pequena parte do corpo docente que se interessava pelas causas raciais e que foi auxiliada pelo movimento negro que sempre se fez presente na luta contra as desigualdades (Santos; Domingues, 2016).

Algumas universidades optaram pela concretização de programas de formação continuada de professores e comunidade, sob a modalidade extensionista, enquanto outras entendiam que, naquele momento, era preciso pensar o escopo citado no Parecer CNE/CP n. 3/2004 para propor ações afirmativas reparadoras, em especial para atender às prerrogativas de uma educação antirracista, o que estaria implicitamente associado às formas de ingresso a universidades. A UFU, ao se espelhar em iniciativas de outras instituições, optou por ambos os caminhos; logo, os programas de formação inicial e continuada de professores, diante da obrigatoriedade do Parecer CNE n. 3/2004, precisaram considerar a inserção do ensino de história, cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial e no plano de ensino dos cursos ofertados.

Além disso, a UFU adotou o Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (PAIES). Na sexta reunião realizada em 2003, o Conselho de Graduação (CONGRAD) aprovou o edital e as normas referentes às respectivas etapas por meio da Resolução n. 4, em que se tratava de um programa seccionado em três etapas que permitiu, aos alunos do Ensino Médio, o ingresso aos cursos do Ensino Superior. Essa implantação ocorreu em parceria com Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e assistiu aos educandos provenientes das redes estaduais, municipais e particulares do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e das regiões próximas (Universidade Federal de Uberlândia, 1997).

Oliveira (2006, p. 81) afirma que a instituição do PAIES como novo modelo de acesso às universidades proporcionou uma aproximação do Ensino Médio com o Superior, ao apresentar um caráter diagnosticador em vista do “objetivo de tomar uma decisão seja para

aprovar ou reprovar o aluno e ou re/orientar o processo de ensino”. Esse programa era dividido em três etapas, em que o aluno matriculado regularmente no Ensino Médio fazia uma avaliação referente aos conteúdos programáticos trabalhados em cada ano (três no total), mas, se fosse reprovado no primeiro ano, era excluído e zerava o subprograma. Assim, aqueles que realizaram as etapas do PAIES no período de 2002 a 2004 conseguiram ingressar nas graduações da UFU em 2005, e, concomitantemente, o processo de seleção pelo tradicional vestibular também permanecia presente e ocorria uma vez ao ano (Universidade Federal de Uberlândia, 2003).

Constatou-se que o PAIES não promovia plenamente a inclusão de alunos de todas as classes sociais na universidade. Gomes (2009) pontua que “[...] o número de alunos que estudaram o tempo todo em escolas particulares e que ingressaram na UFU por meio do Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (PAIES), correspondente ao programa de 2003-2005, subiu para 69,95%”; logo, essa porcentagem é superior à quantidade de estudantes que ingressaram no mesmo período por meio do vestibular da UFU.

Segundo a autora, tais dados indicam que os estudantes da rede particular de ensino foram os maiores beneficiados com as vagas remanescentes dos cursos de graduação da UFU. Esse fator excludente pode ser verificado nos dados fornecidos pela Comissão Permanente do Vestibular (COPEV) da UFU em 2008, onde relata que um percentual de 75,24% de ingressantes através do programa PAIES vieram de escolas particulares, enquanto que apenas 25,4% eram provenientes de escolas públicas, no período de 2005 à 2008 (Gomes, 2009, p. 99).

Diante disso, o Conselho Universitário-CONSUN da UFU, no ano de 2008, através da Resolução n. 19/2008a, extinguiu o PAIES e instituiu o PAAES - Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior, que estabeleceu 25% das vagas de cada curso de graduação exclusivas para alunos que cursaram os quatro anos no ensino fundamental e três anos em escolas públicas, com foco voltado para a inclusão social, com o intuito de democratizar as formas de ingresso nas IES, através da Resolução n. 20/2008b do CONSUN-UFU. A forma avaliativa do PAAES continuou sob os moldes avaliativos do PAIES, onde o aluno continua a ser avaliado ao final de cada série do Ensino Médio. A Resolução justifica a criação do PAAES, destacando-se os seguintes aspectos em seu Artigo 1º:

Considerando os alarmantes índices de exclusão social e as dificuldades enfrentadas pela maioria dos estudantes da escola pública para acesso na UFU; Considerando que muitos alunos da escola pública se auto excluem do processo seletivo para

ingresso na UFU por se considerarem despreparados para enfrentar o desafio; Considerando a necessidade de estabelecer políticas que viabilizem o aumento dos níveis de inclusão social, democratização do acesso e permanência no ensino superior da UFU; Considerando a urgência de implementação de ações efetivas voltadas para o resgate e a melhoria da qualidade da escola pública, permitindo que esta seja capaz de promover ensino de qualidade, formar novas gerações dotadas de capacidade de análise e de crítica, senso de responsabilidade e iniciativa para execução da emancipação social e econômica da sociedade brasileira (Universidade Federal de Uberlândia, 2008b).

Todavia, a adesão a esse novo programa não se mostrou tão inclusivo no qual se almejava, pois não havia nenhum benefício que favorecesse a inclusão racial como a reserva de vagas para pessoas negras, pardas e indígenas. Dessa forma, em 2013, o Conselho Universitário - CONSUN, decidiu após votação no Conselho de Graduação - CONGRAD, da Universidade Federal de Uberlândia, extinguir o PAAES e aderir ao Sistema de Cotas Sociais e Raciais, instituída pela Lei nº 12.711/2012 e regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que garante a reserva de 50% das vagas por curso e turno em todas as universidades e institutos federais de ensino superior do país a alunos oriundos integralmente do ensino médio em escolas públicas. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) seriam subdivididas: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Tais casos, faz-se necessário considerar o percentual mínimo proporcional ao da soma de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população do estado em que se encontra a instituição, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2012).

Entretanto, a extinção do PAAES gerou descontentamento aos alunos das escolas da rede pública de Uberlândia, e fizeram então uma mobilização em frente ao prédio da Reitoria da UFU protestando contra o fim do programa nos dias em que ocorreram as sessões de votação, porém não obtiveram sucesso. No entanto, os alunos que já estavam participando do PAAES referentes aos subprogramas 2010/2013 e 2011/2014 não foram prejudicados, apenas tiveram alguns ajustes necessários conforme ocorriam as mudanças e a finalização gradativa do programa, porém não permitindo novas inscrições (Conselho [...], 2012).

A implantação da Lei de Cotas na UFU desencadeou uma série de questionamentos e debates internos à UFU, cujas reivindicações de uma pequena parcela de docentes e do movimento negro ocorreram desde 2003 até 2012, quando se adotou definitivamente a implantação das cotas raciais. Silva (2017) assegura que também houve reivindicações opostas às cotas, as quais puderam ser “evidenciadas em atas, portarias e resoluções,

indicando oposições a esse processo que custou a ser desencadeado, e tais já ocorreriam no período em que ainda vigorava os programas PAIES e PAAES” – tal situação pode ser verificada na Ata da 4ª Reunião do Conselho Universitário (CONSUN) de 2003.

Elisio (2018, p. 27) corrobora os dizeres do Consun, ao citar que a temática das cotas raciais foi bastante conflituosa. Apesar disso, durante a 5ª reunião do Consun no mesmo ano, aprovou-se por unanimidade “a constituição de uma Comissão para desenvolver estudos sobre as políticas a serem adotadas para aumentar os níveis de inclusão social e de democratização ao ensino superior na UFU, nomeados pela portaria R n. 836 de 29 de agosto”.

Assim, a Lei de Cotas foi implementada na UFU a partir do ano letivo de 2013, após ter sido aprovada pelo Consun por meio da Resolução n. 25, de 20 de novembro de 2012, que efetivou a reserva de vagas nos cursos de graduação e, posteriormente, nos programas de pós-graduação e em diversas iniciativas aplicadas pela universidade, como processos seletivos, concursos de docentes e técnicos-administrativos, Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e vestibulares.

De fato, a questão das cotas raciais é considerada polêmica, pois há opiniões controversas. Para Munanga (2001), a adoção do sistema destinado a esse aspecto é relevante porque permite a inclusão de negros nas IES do país e representa um instrumento modificador que busca reparar o processo de exclusão social da população negra na ascensão à educação superior. Entretanto, “vozes contrárias à implantação das cotas raciais partem do pressuposto de que o estudante cotista entraria na universidade sem possuir mérito acadêmico” (Barbosa, 2009, p. 12).

Infere-se que a meritocracia está incluída nessa conjuntura, pois a vaga pretendida pelo estudante somente poderá ser ocupada se ele for aprovado na avaliação de conhecimentos e atingir a meta de notas estabelecida, ou seja, a questão das cotas raciais permite uma equanimidade maior; logo, a reserva das vagas pode contribuir com a redução da desigualdade de oportunidades aos candidatos afrodescendentes para acessarem as inúmeras IES públicas do país.

Para garantir a aplicação adequada da política pública de reserva de cotas e atender ao recorte racial para estudantes pretos, pardos e indígenas, determinada pela Lei n. 12.711/2012, a Secretária de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no uso de suas atribuições, criou a Portaria Normativa n. 4, de 6 de abril de 2018, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação nas universidades federais do Brasil, ao atuarem como instrumento complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins

de preenchimento das vagas reservadas nos processos de seleção e concursos públicos federais, nos termos da Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014.

A UFU, em 2017, também instituiu a Comissão de Heteroidentificação, com a finalidade de atuar na verificação e “evitar o desvio do principal objetivo que é direcionar a Lei de Cotas aos reais sujeitos de direito a sua assistência, e solucionar problemas apresentados em sua implementação ao longo dos últimos anos, barrando as possíveis fraudes no processo de destinação de vagas” (Universidade Federal de Uberlândia, 2021). Tem-se em vista a incorreta autodeclaração ao se inscreverem nos processos de seleção, para impedir prejuízos maiores na execução desta política pública voltada à população afro-brasileira e afrodescendente.

Em 2018, a Resolução SEI n. 12/2018, do Conselho de Graduação (CONGRAD) da UFU, estabelece e regulamenta os critérios a serem aplicados pela Comissão de Heteroidentificação no que tange aos candidatos Pretos, Pardos e Indígenas (PPIs) nos processos seletivos de ingresso na UFU. Nesse caso, a instituição passou a atuar como a estrutura de um órgão colegiado composto por membros da comunidade acadêmica da universidade (discentes, docentes e técnicos), indicados pelo Neab e pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFU, para atender preferencialmente ao critério de diversidade (Universidade Federal de Uberlândia, 2018a, p. 2).

Além do sistema de cotas a UFU adotou, em seus processos seletivos, o SiSU criado, instituído e regulamentado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010, como uma nova forma de ingresso ao Ensino Superior em diversas instituições públicas do país (Brasil, 2010). Tal seleção consiste na inscrição do candidato em uma página eletrônica específica do sistema do MEC, na qual a principal exigência é ter realizado o Enem do ano anterior (a partir de 2009) sem zerar a prova de redação, com a possibilidade de escolher até duas opções de cursos entre as vagas ofertadas e/ou concorrer às de ampla concorrência e reservadas de acordo com a Lei de Cotas.

Instituições participantes têm autonomia para decidir a nota mínima exigida para os candidatos poderem realizar as inscrições em diversas graduações, cujas “notas de corte” funcionam como referência no momento da inscrição. Após esse procedimento, o sistema faz a seleção automática dos candidatos melhor classificados em cada curso, de acordo com os critérios supracitados (Brasil, 2010).

A Lei de Cotas não é meramente racial, pois apresenta um recorte social, econômico e sub-recorte racial. Desse modo, não há no país uma política de ingresso específica para o

povo negro, e sim a Lei de Cotas de caráter socioeconômico que oportuniza o recorte social a uma parte das vagas.

Tal assertiva desconstrói a ideia de que as cotas deveriam ser para todas as ditas minorias, pois atende primeiramente o recorte social e econômico para depois evidenciar o racial. A Lei de Cotas estabelece que:

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 3º. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016).

Art. 4º. As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita* (Brasil, 2012).

Em 2010, a UFU aderiu parcialmente ao SiSU, ao disponibilizar algumas vagas de poucos cursos, com o intuito apenas de completar o preenchimento das vagas remanescentes de acordo com Resolução n. 21/2010 do Congrad. No entanto, em 2012, definiu-se que o SiSU seria adotado de forma integral para preencher as vagas disponibilizadas às graduações no primeiro semestre do mesmo ano, exceto aos cursos que exigem Certificação em Habilidades Específicas. No segundo semestre, continuava-se com a prevalência de um processo seletivo próprio (vestibular), como informa a Resolução n. 9/2012 do Congrad (Universidade Federal de Uberlândia, 2012).

Outra importante atividade que apregoa uma possível implementação da Lei n. 10.639/2003 na UFU foi a Resolução n. 4/2014 do Congrad, que estabeleceu a inclusão nos Projetos Pedagógicos da Educação Básica, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior da UFU, o conteúdo e as atividades curriculares concernentes à Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena, tanto nos cursos presenciais como a distância. Essa resolução reforçou o que havia sido estabelecido pela Portaria R nº 1.132, de 20 de outubro de 2010, que trata do desenvolvimento de ações que se destinam a incluir, nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) da UFU, atividades e conteúdos e relacionados à educação das relações étnico-raciais.

Para orientar tal inclusão, a Resolução n. 4/2014 indica os seguintes princípios:

- I - consciência política e histórica da diversidade dos grupos étnico-raciais distintos, com cultura e história próprias;
- II - fortalecimento de identidades e de direitos, ampliando o acesso a informações sobre a diversidade do País; e
- III - ações educativas de combate ao racismo e às discriminações, reconhecendo a participação dos diferentes grupos sociais e étnico-raciais na construção da nação brasileira (Universidade Federal de Uberlândia, 2014, p.1).

Nesses termos, para consolidar a implantação da Lei n. 10.639/2003 e cumprir as diretrizes citadas no Parecer CNE n. 3/2004, a UFU estabeleceu também a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da Resolução SEI n. 13/2018 do Consun, composta por princípios, diretrizes e metas para a implantação, o aprimoramento e a difusão de ações institucionais que visam enfrentar, combater e superar as práticas racistas e discriminatórias na universidade. Assim, para alcançar este objetivo, a UFU se comprometeu a criar, nas áreas acadêmica e administrativa, “condições legais, materiais, pedagógicas e outras necessárias para a promoção da produção e difusão de conhecimentos que contribuam para a construção de uma sociedade justa, promotora da igualdade e de equidade de direitos” (Universidade Federal de Uberlândia, 2018b, p. 2).

Dessa forma, para efetivar a realização da Política de Educação das Relações Étnico-raciais, estabeleceram-se no documento algumas metas como:

- I - adequação, inserção, desenvolvimento e acompanhamento dos conteúdos da educação das relações Étnico-Raciais e das histórias Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas em todos os currículos da Educação Básica, da Educação Profissional Técnica e da Educação Superior da UFU;
- II - realização anual de encontro com caráter reflexivo e avaliativo sobre a Política Institucional de Educação das Relações Étnico-Raciais com Resolução ampla divulgação e aberto à participação de toda a comunidade;
- III - financiamento de projetos no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão que promovam abordagens da temática de modo a assegurar a produção, circulação e visibilidade dos conhecimentos, tradições, patrimônio e memórias das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas;
- IV - promoção de ações permanentes que visem à educação das relações Étnico-Raciais nas mais diversas áreas acadêmicas e administrativas;
- V - inclusão da temática Étnico-Racial em atividades formativas direcionadas aos servidores públicos com vistas à pontuação para progressão da carreira;
- VI - estabelecimento de agenda de campanha anual de caráter formativo para sensibilização da comunidade acadêmica contra o racismo e demais práticas discriminatórias; e
- VII - valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais no que se refere à sua promoção e reconhecimento no âmbito acadêmico (Universidade Federal de Uberlândia, 2018b, p. 6).

Com o intuito de consolidar essas políticas, criou-se a Comissão Institucional de Educação das Relações Étnico-Raciais (CEER), composta por 22 integrantes, com a função de supervisionar as ações e os programas de educação étnico-racial, no que tange ao cumprimento da referida política, ao fazer cumprir as legislações da UFU e propor alterações necessárias, bem como criar possíveis “canais de comunicação que venham a assegurar o acesso às informações e a participação democrática em todas as etapas da gestão das políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais” (Universidade Federal de Uberlândia, 2018b, p. 6). Apesar da constituição da comissão, os trabalhos não surtiram um efeito eficaz, o que também ocorreu com a comissão da Prograd que atuou de 2013 a 2017 para articular, por meio de orientação de temas e conteúdos, a inserção da temática racial nos planos de disciplinas dos docentes de diferentes áreas.

Evidentemente, a UFU tem se esforçado para promover a igualdade racial no ambiente acadêmico. De modo geral, no que se diz respeito à implementação da Lei n. 10.639/2003 nas IES, as universidades, além do sistema de cotas sociais, têm apresentado diversas propostas de programas de ações afirmativas. Tais iniciativas se caracterizam por contemplar programas com atividades que venham a favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a obterem igualdade de oportunidades, a exemplo da comunidade negra no espaço acadêmico e na sociedade, advinda de uma exclusão secular, e seguiram com o combate às desigualdades sociais, com vistas à garantia de direitos, à valorização e ao reconhecimento da identidade cultural, bem como ao respeito à diversidade e à construção de uma democracia universitária mais sólida.

Com vistas a promover as ações afirmativas acima referendadas, diversos programas e atividades têm sido realizados pelo Neab/UFU, como veremos a seguir.

## **5.2 Na contramão institucional: as ações afirmativas em movimento na UFU realizadas pelo Neab**

Políticas públicas promovidas pela UFU são abordadas de maneira incipiente no campo das relações étnico-raciais, cujas ações afirmativas realizadas têm incorporado temáticas raciais de forma oficial, como podemos observar nos PPCs e em eventos promovidos pela universidade, o que nos leva a deduzir que não é necessária somente a regulamentação oficial e institucional, como também ações políticas para efetivar a legislação vigente. Às vezes, tal fato ocorre não pelo empenho da gestão, mas por profissionais que se

unem para referendar o cumprimento de uma política pública e, quando ela não é concretizada, tomam para si a responsabilidade de sua movimentação.

Assim, para abarcar os objetivos propostos pela Política de Educação das Relações Étnico-Raciais da UFU anteriormente citados e concretizar os pressupostos do Parecer CNE n. 3/2004, o Neab foi criado em 17 de março de 2006 por meio da Portaria R n. 277, sob a coordenação do professor Guimes Rodrigues Filho, fruto dos debates realizados com a gestão superior desde o início dos anos 2000.

Apesar de ter sido regulamentado somente em 2011, devido a questões legais, o Neab atua na UFU desde o período anterior a 2006 e com outras perspectivas, promovendo a formação continuada de docentes da rede pública de Educação Básica em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), ao abordar eixos da temática racial e realizar ações e programas que objetivam ao cumprimento das Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008 (Rodrigues Filho, 2014, p. 1).

Em sua trajetória, o Neab desenvolveu projetos de formação docente, organizou e realizou eventos importantes, como pode ser observado a seguir:

#### **Quadro 2 - Ações do Neab/UFU**

<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
Programa de Formação Continuada com Docentes do Ensino Básico	2006
Anais do II Seminário Racismo e Educação & I Seminário de Gênero, Raça e Etnia	2006 a 2012
Semana de Estudos Afro-brasileiros na Graduação	2007
I Curso de Especialização em História e Cultura Afro-brasileira e Africana da UFU (UNIAFRO)	2008
I Curso de Formação Inicial em História e Cultura Afro-brasileira e Africana para Graduandos das Licenciaturas da UFU (UNIAFRO)	2009
Parceria com os movimentos sociais negros na criação do Fórum de Promoção da Igualdade Racial de Uberlândia	2009
Seminário Nacional de Avaliação da Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais	2010

Curso de Educação das Relações Étnico-raciais para profissionais da Educação Básica e subprojetos de História e Cultura Afro-brasileira no <i>Campus</i> Santa Mônica e a Diversidade Cultural no <i>Campus</i> Pontal por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Capes	2010
Projeto “A Cor da Cultura” como curso de capacitação para professores da rede pública de ensino	2010
Seminário do Consórcio dos NEABs por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC	2010
Parceria com os movimentos sociais negros na criação do Conselho Municipal de Igualdade Racial e a Lei Municipal n. 11.145	2012
I Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar	2014
Chamada para apresentação de artigos sobre educação das relações étnico-raciais	2014
Programa de Formação Acadêmica de Estudantes Biculturais em Estudos Africanos e Afro-americanos para o nível de graduação	2017
Palestra “Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros”	2017
Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE) “Reexistência Intelectual Negra e Ancestral: 18 Anos de Enfrentamento”, em parceria com a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e o Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS)	2018
Debate e estudos sobre resistências, ativismos e empoderamento de negras e negros	2018
Encontro do Grupo de Estudos sobre Violência Institucional (GREVI)	2018
Curso de Formação em História e Cultura Africana e Afro-brasileira (voltado a comunidades universitárias e não universitárias)	2021
III Encontro de Formação para as Comissões de Heteroidentificação	2021
I <i>Workshop</i> em Procedimentos em Heteroidentificação, em parceria com a Diepafro e a Prograd	2021

Fonte: A autora<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Retirado dos *websites* oficiais do Neab e Diepafro. Mais informações em: <http://www.neab.ufu.br/> e <http://www.diepafro.ufu.br/>

As ações do Neab/UFU não se restringem à lista acima, uma vez que realiza produções artísticas, científicas e culturais no ambiente acadêmico e em outros espaços como as escolas públicas da educação básica. Nestas últimas, são fornecidas orientações sobre a aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003, no combate ao racismo institucional, dentre outros.

Diante desse cenário, inferimos que o Neab/UFU visa atuar constantemente na promoção da igualdade racial, com base na Lei n. 10.639/2003, ao ofertar cursos de extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação *lato sensu*; deter e intensificar as principais atividades desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; e cumprir funções que deveriam ser da gestão superior. Com a criação da Diepafro em 2020 (Resolução 01/2020 do CONSUN), ela passou a concentrar as demandas raciais da universidade no âmbito institucional, mas, por excelência, o núcleo enfrenta diretamente a instituição para que as demandas raciais sejam vistas não como políticas de gestão, mas como política institucional de fato.

Um exemplo desses embates é a atuação/luta para implementar políticas afirmativas de ingresso de pretos e pardos nos cursos de graduação e pós-graduação, com a respectiva efetivação das cotas raciais concretizada pela Lei n. 12.711; expandir as políticas de ingresso por meio do cumprimento efetivo das cotas para concursos públicos de técnicos-administrativos e docentes; implementar a Lei n. 10.639/2003 na graduação; e obter o reconhecimento institucional com a alocação do núcleo e a criação da Diepafro. Por um lado, essa diretoria passou a realizar tarefas burocráticas juntamente ao Gabinete do Reitor, em uma tentativa de amenizar as demandas da instituição no tocante às questões raciais. Por outro lado, o Neab continuou com as reivindicações para a efetivação das políticas públicas nacionais e institucionais, ao se inserir nas comissões de heteroidentificação de concursos públicos, processos seletivos e vestibulares; atender demandas formativas da UFU e da comunidade externa; acompanhar ações e atividades atinentes à temática nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação; e prezar pela sua autonomia, ao ser capaz de sobreviver e reivindicar mudanças sem focar nas questões institucionais de uma diretoria.

Frente a essa dinâmica, reiteramos que a Diepafro é um órgão administrativo da UFU que pretende contribuir para a discussão e efetivação de ações referentes à temática étnico-racial em espaços internos e externos à universidade. As atividades estão centradas na efetivação de políticas, programas, projetos, convênios, parcerias, cursos e atividades para fortalecer ações afirmativas e práticas educativas para as relações étnico-raciais na instituição e direcionadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão, o que denota o atendimento a comunidade interna e externa. A equipe da Diepafro também atua em distintas comissões e presta assessoria nos processos seletivos com reserva de cotas raciais da universidade, com o

propósito de aplicar a Lei de Cotas (negros/pardos) e realizar a formação inicial e continuada de professores na temática racial para a educação básica e o Ensino Superior, em conformidade à Lei n. 10.639/2003 (Universidade Federal de Uberlândia, 2020a).

Nesse contexto, a Diepafro objetiva ampliar as parcerias com programas, convênios, projetos, políticas, cursos, atividades e ações afirmativas para a população negra, com a atuação em diversos movimentos por intermédio de pesquisadores, docentes, técnicos e discentes da UFU. Como dito anteriormente, o diálogo com o movimento negro foi iniciado pelo Neab na primeira década do século XXI, cujas ações foram imprescindíveis para estender o foco em ensino, pesquisa e extensão dos estudos afro-brasileiros e de ações afirmativas em favor da população afrodescendente. Com sede na Reitoria do Campus Santa Mônica, mas as atividades também são realizadas em todos os campi da UFU e à comunidade externa (Universidade Federal de Uberlândia, 2020a).

As atividades desenvolvidas pelo Neab e Diepafro demonstram que a UFU tem direcionado um olhar mais atento para as questões raciais na universidade. Entretanto, cumpre afirmar que a conscientização sobre o combate ao racismo não é somente um problema de estrutura pedagógica nas instituições de ensino, por ser de responsabilidade social. Os sujeitos precisam atuar de maneira dominante em relação a atitudes empenhadas na erradicação do racismo para validar a implementação da lei supracitada.

Mesmo com as mudanças relativas à EREER no meio acadêmico, elas ainda não podem ser consideradas satisfatórias para alcançar as perspectivas propostas na referida legislação. De acordo com a Resolução CNE/CP n. 1/2004, é preciso rever posturas e praticar ações de consciência política e histórica da diversidade, com vistas ao fortalecimento e à valorização de identidades e direitos, em consonância a “práticas pedagógicas” que permitam a formação de cidadãos cientes sobre a pluralidade, a erradicação do racismo e a consolidação da democracia brasileira.

Nas “práticas pedagógicas” também destacadas na Resolução CNE/CP n. 1/2004, é preciso incorporar a temática racial não somente no currículo acadêmico, devido à possibilidade de abordagem de diversas formas. Para Gonçalves e Katrib (2018, p. 8), ela pode ser trabalhada no ambiente acadêmico independentemente da obrigatoriedade de uma política acadêmica institucionalizada, mas o docente deve se interessar por atividades que englobam discussões formativas, grupos de estudos, rodas de conversa, seminários, entre outros, o que contribui para a conscientização e a mudança de postura dos estudantes em formação acadêmica.

Se, no âmbito da UFU, a Diepafro e o Neab relacionam a temática racial e o combate ao racismo dentro e fora da instituição, outras instâncias administrativas, como o setor de bibliotecas, pode ser um aliado para efetivar uma educação antirracista, uma vez que concentra um acervo físico e digital que pode se tornar uma ferramenta efetiva para a democratização do acesso ao tema. Assim, o Sisbi se insere nas práticas pedagógicas antirracistas ao disponibilizar obras e outros materiais que podem auxiliar os acadêmicos nas atividades e no acesso à (in)formação, além de promover um ambiente propício aos estudos.

Apresentar a relação de referências bibliográficas é também uma forma de visibilizar o acervo da universidade a pesquisadores e simpatizantes do tema e convencer aqueles que usam do discurso da falta de acesso à informação. No âmbito local da instituição, há o acesso imediato aos materiais, como destacaremos na próxima seção.

## 6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção descreve o papel da biblioteca no ambiente universitário, em que se sobressai a função disseminadora de informação e de conhecimento à comunidade acadêmica e científica, bem como o auxílio nos processos de ensino, pesquisa e extensão. Também atua como um importante meio de promoção da diversidade étnica e cultural, que busca preservar memórias históricas por meio do acervo físico e digital, em especial a do povo negro, cuja temática racial é foco desta pesquisa. Além disso, buscamos apresentar um panorama do levantamento bibliográfico do acervo físico e digital do Sisbi/UFU, ao analisarmos os resultados obtidos por meio da pesquisa e do levantamento, com foco na temática das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena. Visamos perceber se os acervos podem suprir as necessidades acadêmicas e cumprir o que referenda a legislação em torno das referidas questões.

No levantamento se destaca a frequência de utilização das obras de ambos os acervos e o perfil dos usuários em relação aos exemplares físicos que se sobressaíram em relação à temática. Primamos em apresentar e analisar alguns dos principais trabalhos acadêmicos indexados no banco de teses e dissertações do RI/UFU que mais se relacionam às relações étnico-raciais, com o intuito de identificar a quantidade de abordagens e a relevância do assunto para os trabalhos produzidos no meio acadêmico<sup>9</sup>.

### 6.1 Da pesquisa à temática das relações étnico-raciais no âmbito das bibliotecas UFU

Partimos do pressuposto assegurado por Andrade (2007) de que as bibliotecas são espaços de preservação de documentos históricos, memórias e obras literárias, mas também são consideradas por Alcântara e Bernardino (2013) como um local de disseminação de informações, que proporciona aprendizagem e conhecimento à sociedade.

Em se tratando do âmbito universitário, as bibliotecas possuem a função de armazenar e divulgar a produção intelectual dos discentes e docentes da universidade e contribuir com a produção científica no país, bem como servir à comunidade acadêmica. Elas facilitam o acesso à informação e oferecem serviços que contribuem com as necessidades acadêmicas e

---

<sup>9</sup> As buscas das obras sobre a temática racial foram realizadas por meio do catálogo de busca Sophia (obras físicas); na plataforma Minha biblioteca (*e-books*); e os trabalhos acadêmicos foram pesquisados no RI/UFU. Vale ressaltar que todos estão presentes no *website* oficial do Sisbi/UFU. Mais informações em: [www.bibliotecas.ufu.br](http://www.bibliotecas.ufu.br).

os interesses advindos dos usuários, o que auxilia na relação de ensino-aprendizagem dos acadêmicos durante o percurso na universidade (Leite, 2009).

Com o intuito de contribuir com os estudos discentes e disseminar a informação, a UFU instituiu a biblioteca em 1976, com a junção dos acervos bibliográficos de oito faculdades isoladas de Uberlândia. Em 1989, foi criado oficialmente o Sisbi/UFU, que passou a centralizar as atividades de aquisição e processamento técnico do acervo (Cunha *et al.*, 2014, p. 8).

Nos dias atuais, o Sisbi/UFU é composto por nove bibliotecas setoriais, das quais cinco se encontram em Uberlândia, nos *Campi* Santa Mônica, Umuarama, Educação Física e Glória, além do Hospital de Clínicas (especializada) e da Escola de Educação Básica (ESEBA) (biblioteca escolar infantil); e há outras três: Bibliotecas Setoriais Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. Destas, a Biblioteca do *Campus* Santa Mônica (BCMON) é denominada central porque reúne os setores internos que executam os serviços de aquisição, preparo, seleção, catalogação, classificação e tratamento do material informacional adquirido na composição do acervo do Sisbi/UFU; e concentra a equipe que gerencia o sistema, a qual é composta por bibliotecários, técnicos, terceirizados e estagiários. Esse quadro de funcionários está presente também nas outras bibliotecas, onde atendem a comunidade acadêmica da UFU e a comunidade externa de Uberlândia e região (França, 2015).

Cada biblioteca setorial é responsável pelo acervo do material bibliográfico referente aos cursos das faculdades e institutos presentes em seus respectivos *campi*. A maior delas, BSUMU, foi “inaugurada em 12 de novembro de 1991” (Universidade Federal de Uberlândia, 2023, p.7), e compõe o acervo relacionado aos cursos de Biomedicina, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia e Psicologia, além dos cursos ofertados pela Escola Técnica de Saúde (ESTES).

O espaço físico do Sisbi/UFU é constituído por áreas para estudo individual; salas para estudos em grupo; ambientes especializados como as ilhas de pesquisa para acesso às bibliografias do acervo, bases de dados, periódicos eletrônicos e outros *websites* científicos; sala de reserva; espaço para *notebooks*; salas de coleções especiais e de estudo 24 horas; *hall* de exposições; e anfiteatro. Ademais, disponibiliza serviços à comunidade acadêmica, como empréstimo, devolução e renovação de materiais informacionais; pesquisa em base local; digitalização de parte dos documentos de interesse; Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos deficientes visuais; serviços de comutação bibliográfica, que consiste na solicitação de artigos ou cópias de documentos de outras bibliotecas do Brasil e até mesmo do exterior por meio de uma rede de bibliotecas participantes do Catálogo Coletivo Nacional

(CCN), cujo acesso público reúne informações sobre as coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponíveis nas bibliotecas brasileiras; e serviço de Empréstimo entre Bibliotecas (EEB) em todo o país. Para os acadêmicos, são disponibilizados serviços de treinamentos como normalização de trabalhos acadêmicos, RI, elaboração de ficha catalográfica, visita orientada, gerenciadores de referências e pesquisas em bases de dados e portais de periódicos eletrônicos como o Portal Capes, entre outros que se destacam por serem frequentemente solicitados (Universidade Federal de Uberlândia, 2023).

Convém salientar que o acervo do Sisbi/UFU é formado por materiais informacionais adquiridos em compras, doações e/ou permutas, como os livros impressos e eletrônicos, além de outros tipos como “CDs, DVDs, partituras, peças teatrais, normas técnicas, discos de vinil, catálogos de arte, fitas cassete além de algumas coleções especiais de autores e pesquisadores renomados, bibliófilos e personalidades”. O acervo impresso é de “aproximadamente 158.470 títulos e 348.200 exemplares nas diversas áreas do conhecimento” e, em outros formatos (não impressos/digitais), há “6 mil títulos e de 7 mil exemplares” (Universidade Federal de Uberlândia, 2020b).

Esse complexo de bibliotecas tem papel fundamental na promoção do acesso à informação por meio de produtos, serviços e difusão das produções científicas da instituição, o que contribui sobremaneira para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desde 1994, tem implementado a automação de serviços para melhor atender a comunidade acadêmica e, com essa finalidade, adquiriu *softwares* gerenciadores como o Virtua utilizado anteriormente e, nos dias atuais, há o Sophia, que permite o envio eletrônico de notificações e o recibo de empréstimo de obras por e-mail, além de gerenciar dados cadastrais dos usuários, dados estatísticos de acesso à biblioteca e empréstimo de obras (França, 2015).

Há ainda outras formas de automação como o Sistema de Gerenciamento de Aquisição de Material Informacional (SIGAMI), desenvolvido de forma local em conjunto com o Centro de Tecnologia da Informação (CTI) da UFU em 2010, para a aquisição de obras do acervo; os sistemas de autoempréstimo e de autodevolução; a disponibilidade do *scanner* planetário para utilização dos usuários; o empréstimo de eletrônicos como *notebooks*, *netbooks*, *tablets* e *e-readers*; as tecnologias assistivas; o acervo virtual de *e-books* e bases de dados; os computadores com internet para pesquisas e rede sem fio; a produção de identidade funcional integrada com vários serviços da UFU, inclusive aos da biblioteca; e os equipamentos de segurança com tecnologias e mídias sociais utilizadas para a divulgação de novas aquisições e

outras informações importantes, com vistas a realizar um contato direto com a comunidade acadêmica (França, 2015).

De fato, tais aparatos eletrônicos trouxeram benefícios com a inovação dos serviços prestados pela biblioteca aos usuários do sistema. França (2015, p. 177) afirma que, para os funcionários, a necessidade de adaptação trouxe maior flexibilidade e conhecimento, ao passo que, para os acadêmicos, “possibilitou um atendimento mais personalizado, diminuição do tempo de espera e sua maior independência e autonomia”.

O conhecimento proporcionado com a automação dos serviços presentes nas bibliotecas da UFU permite o resgate de informações em diversas áreas do conhecimento, cujos saberes podem ser socioculturais ou científicos, a exemplo das relações étnico-raciais que precisam estar presentes no ambiente universitário. Nesses termos, as bibliotecas devem possibilitar a representação, a organização, a visibilidade e o acesso facilitado, por se tratar da história, da memória e dos saberes produzidos por diferentes grupos sociais como negros, indígenas, quilombolas, entre outros que possuem riqueza cultural, em especial a dos povos negros, cuja ancestralidade africana e afrodescendente contribui desde primórdios da colonização até o período contemporâneo com a formação e o crescimento do país em diferentes esferas (Aquino; Santana, 2013, p. 5).

Como os planos de ensino sofreram alterações com a Lei n. 10.639/2003, as novas diretrizes curriculares impactaram na composição do acervo das bibliotecas universitárias sobre a temática racial, o que denota a necessidade de um suporte bibliográfico condizente e adequado para perpassar informações e conhecimentos aos acadêmicos. Salientamos que a obtenção de obras segue o fluxo das demandas indicadas por docentes enviadas à biblioteca, em que nem sempre ocorrem solicitações de aquisição de acervo relativo à temática abordada nesta investigação.

Portanto, a proposta desenvolvida neste estudo diz respeito a um levantamento bibliográfico com destaque à temática racial no acervo físico e digital das bibliotecas da UFU. Pretendemos mapear e analisar a produção acadêmica de trabalhos sobre o referido assunto, cujo local de estudo escolhido foi a BSUMU, devido à constante observação da pesquisadora, em seu ambiente de trabalho, de usuários do Sisbi que pareciam desconhecer as obras físicas constantes no acervo, principalmente sobre a temática racial; as plataformas e obras disponíveis de modo eletrônico; e algumas ferramentas importantes que facilitam as pesquisas acadêmicas.

Em observância aos recursos físicos e virtuais disponíveis nas bibliotecas da UFU, optamos por focar nas relações étnico-raciais e nas obras presentes no acervo geral do Sisbi

analisadas especificamente no *Campus* Umuarama. Tentamos compreender o processo de procura e acesso à temática na UFU por meio de suas bibliotecas; refletir sobre os impactos do acesso (ou não) na efetivação de ações afirmativas no espaço acadêmico, em especial na graduação, bem como a utilização e a rotatividade do material; e analisar alguns trabalhos indexados no RI/UFU referentes à temática.

## **6.2 A temática das relações étnico-raciais no cenário da BSUMU/UFU**

O MEC, por meio da Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015, estabeleceu as DCN para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduandos, segunda licenciatura e formação continuada), que definem princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento e nos processos de avaliação e regulação das instituições de educação que as ofertam nesse contexto (Conselho Nacional de Educação, 2015, p. 2).

No Art. 22, tal resolução determinou que os cursos de formação de professores que se encontravam em funcionamento deveriam se adaptar às diretrizes no prazo de dois anos, a contar da data da publicação, mas esse prazo se extinguiu com a criação do Parecer CNE/CP n. 10/2017, que o ampliou para três anos a partir da publicação do referido aparato legislativo de 2015. A partir disso, os cursos de graduação das IES precisaram se adequar às diretrizes estabelecidas nas resoluções referendadas acima, em que a UFU e os docentes deveriam ajustar os planejamentos de ensino para trabalhar a temática racial em sala de aula e em todo o ambiente universitário. Desse modo, seria possível contribuir com a conscientização e a inclusão da diversidade na educação, com vistas a uma formação discente universitária antirracista e democrática (Silva, 2021).

Uma série de modificações precisaram ser implementadas, como a aquisição de um acervo temático para responder aos pressupostos da legislação vigente. Com isso, as bibliotecas universitárias, atuantes diretamente na disponibilização, disseminação, recuperação e preservação de informações, passaram a inserir referenciais acerca das relações étnico-raciais para cumprir as diretrizes do arcabouço jurídico normativo, atender a comunidade acadêmica e proporcionar o acesso ao conhecimento diversificado.

De acordo com Aquino e Santana (2013, p. 1), percebeu-se “a necessidade de priorizar a participação positiva de grupos que durante muito tempo são vistos como minorias, [...] respondendo na prática às demandas da diversidade cultural adequadamente”. Assim,

reiteramos que as bibliotecas precisam focar na temática racial, adequar os acervos e espaços para o público que frequenta esse ambiente e disseminar o conhecimento da histórica trajetória de lutas do povo negro.

Para Andrade (2007), as bibliotecas possuem o papel de guardiãs de obras que trazem a memória histórica de povos de diferentes raças e etnias, a exemplo dos negros, cujos registros se caracterizam como uma forma de manter viva a cultura afrocêntrica<sup>10</sup>. Os inúmeros exemplares podem ser considerados auxiliares no processo de ensino-aprendizagem dos discentes e importantes fontes de informações para os pesquisadores da área, ao atuarem como coadjuvantes do conhecimento no percurso acadêmico (Alcântara; Bernardino, 2013).

Com o intuito de responder ao primeiro objetivo específico deste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico para destacar as obras existentes no acervo físico e digital do Sisbi/UFU, relacionadas à temática das relações étnico-raciais. Em um primeiro momento, primamos apenas pelo levantamento atinente ao acervo físico do referido sistema, cujas obras existentes e sua frequência de utilização estão elencadas no Quadro 3:

**Quadro 3 - Obras do acervo físico das bibliotecas UFU - Temática 1: “Relações étnico-raciais”**

<b>OBRAS - ACERVO FÍSICO - TEMÁTICA 1: “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS”</b>				
<b>Título da obra</b>	<b>Autor/ano</b>	<b>Curso/ Assunto</b>	<b>Biblioteca</b>	<b>Quantidade de vezes que a obra foi emprestada</b>
"Nós" do Brasil: estudos das relações étnico-raciais	Alencar, Rosiane Rodrigues Cavalcanti de. 2013	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental Assuntos: Identidade social - Brasil, Brasil - Relações étnicas	ESB - ESEBA - 1 exemplar	3 vezes
A Lei nº 10.639/2003: pesquisas e debates	Coelho, Wilma de Nazaré Baía [et al.] (Orgs). 2014	Curso de Pedagogia, Curso de Química Industrial, Curso de Educação Física Assuntos: Sociologia educacional, Educação - Aspectos sociais, História - Estudo e ensino, Professores - Formação - Brasil, Cultura afro-brasileira, África - História, Brasil - Relações raciais, Brasil - Educação, Brasil. [Lei n. 10639, de 9 de janeiro de 2003]	MON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	11 vezes

<sup>10</sup> O termo afrocêntrica está relacionado ao conceito de afrocentricidade, relativo a “uma afirmação do lugar de sujeito dos africanos dentro de sua própria história e experiências, sendo ao mesmo tempo uma rejeição da marginalidade e da alteridade, frequentemente expressas nos paradigmas comuns da dominação conceitual europeia” (Asante, 2016, p. 2).

De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil	Barbosa, Lucia Maria de Assunção; Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves; Silvério, Valter Roberto (Orgs). 2003	Curso de História, Curso de Administração - Ituiutaba, Curso de Ciências Biológicas - Ituiutaba, Curso de Matemática - Ituiutaba Assuntos: Relações raciais, Negros - Brasil - Identidade racial, Racismo - Brasil, Relações raciais	PON - PONTAL - 6 exemplares	17 vezes
Educação das relações étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica	Rocha, Rosa Margarida de Carvalho. 2007	Curso de Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações - Patos de Minas Assuntos: Relações étnicas - Educação, Discriminação na educação - Brasil, Brasil - Relações étnicas, Currículos - Planejamento	PAT - PATOS DE MINAS - 4 exemplares	00 vezes
Educação e diversidade na Amazônia / 2. ed.	Coelho, Wilma Baía. 2015	Curso de Pedagogia Assuntos: Sociologia educacional, Educação multicultural, Cultura afro-brasileira, Pluralismo cultural, Relações raciais, Educação - Aspectos sociais, Professores - Formação - Brasil	MON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	5 vezes
Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectivas para o Brasil	Filho, Guimes Rodrigues; Bernardes, Vânia Aparecida Martins; Nascimento, João Gabriel do (Orgs). 2012	Cursos: História, Engenharia Mecatrônica, Ciências Sociais, Geologia, Engenharia de Computação, Ciências Sociais, Administração, Ciências Contábeis, Gestão da Informação, Psicologia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Ciência da Computação, Curso de Ciências Biológicas Assuntos: Programas de ação afirmativa, Educação multicultural, Racismo - Brasil, Negros - Educação - Brasil, Negros - Brasil - Identidade racial	GLO - GLORIA - 2 exemplares; MON - SANTA MÔNICA - 4 exemplares; PON - PONTAL - 2 exemplares	00 vezes
Estudos étnico-raciais	Schleumer, Fabiana; Oliveira, Oséias de (Orgs). 2009	Curso de Engenharia Mecatrônica - Uberlândia Assuntos: Educação multicultural, Educação - Brasil - Estudos interculturais, Negros - Educação - Brasil, Negros - Identidade racial, Índios da América do Sul - Educação - Paraná, Índios da América do Sul - Brasil - Identidade étnica, Escravidão - História	MON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	19 vezes
Estudos sobre relações étnico-raciais e educação no Brasil	Coelho, Wilma de Nazaré Baía; Oliveira, Julvan Moreira de (Orgs). 2016	Curso de Filosofia Assuntos: Educação - Aspectos sociais, Pluralismo cultural - Brasil, Cultura afro-brasileira, Professores - Formação - Brasil, Brasil - Relações raciais - Aspectos sociais	MON - SANTA MÔNICA - 7 exemplares	00 vezes

Novos estudos em relações étnico-raciais: sociabilidade e políticas públicas	Farias, Patrícia Silveira de; Pinheiro, Márcia Leitão (Org). 2014	Assuntos: Relações raciais, Sociologia, Políticas públicas - Brasil, Brasil - Relações étnicas, Brasil - Relações raciais	MTC - MONTE CARMELO - 4 exemplares	00 vezes
Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2006	Curso de Pedagogia. Curso de Educação Física Curso de Ciências Sociais Curso de Ciência da Computação Assuntos: Negros - Educação, Sociologia educacional - Brasil, Discriminação na educação - Brasil, Educação multicultural, Brasil - Relações étnicas, Brasil - Relações raciais	MON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares PON - PONTAL - 1 exemplar	40 vezes
Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	Ministério da Educação. 2013	Curso de Pedagogia. Curso de Letras: Inglês (EAD) Assuntos: Educação inclusiva, Educação e Estado - Brasil, Políticas públicas - Brasil, Relações étnicas, Negros - Brasil - História, Cultura Afro-Brasileira	MON - SANTA MÔNICA - 5 exemplares;	1 vez
Psicologia e relações étnico-raciais: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo	Mäder, Bruno Jardini (Org.). 2016	Curso de Psicologia Assuntos: Psicologia social, Racismo, Aspectos psicológicos, Relações raciais	UMU - UMUARAMA - 1 exemplar	0 vezes
Relações étnico-raciais e educação no Brasil	Fonseca, Marcus Vinícius; Silva, Carolina Mostaro Neves da; Fernandes, Alexsandra Borges (Orgs.). 2011	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Curso de Sistemas de Informação Curso de Sistemas de Informação	ESB - ESEBA - 2 exemplares MTC - MONTE CARMELO - 2 exemplares	35 vezes
Relações étnico-raciais em contexto escolar: fundamentos, representações e ações	Barbosa, Lucia Maria de Assunção (Org.). 2011	Curso de História Assuntos: Educação, Relações raciais, Conflito de cultura, Discriminação racial, Grupos étnicos, Relações étnicas, Índios	MON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	64 vezes
Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas	Ferreira, Aparecida de Jesus (Org.). 2014	Curso de Letras Assuntos: Relações humanas, Negros - Condições sociais - Brasil, Identidade de gênero - Brasil, Papel sexual - Brasil, Brasil - Relações raciais, Negros - Identidade racial - Brasil	MON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	3 vezes
Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo	Müller, Tânia Mara Pedroso; Coelho, Wilma de Nazaré Baía; Ferreira, Paulo Antônio Barbosa (Orgs). 2015	Curso de Pedagogia Assuntos: Sociologia educacional, Cultura afro-brasileira, Currículos - Avaliação, Pluralismo cultural, Educação - Aspectos sociais, História - Estudo e ensino, Professores - Formação - Brasil, Brasil - Relações raciais	MON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	11 vezes

Olhares sobre a (in)diversidade = formar-se professor de ciências a partir de uma perspectiva de educação em direitos humanos	Oliveira, Roberto Dalmo Varallo Lima de; Queiroz, Glória Regina Pessoa Campello (Orgs.). 2015	Assuntos: Professores - Formação, Ciência - Estudo e ensino, Educação multicultural, Direitos humanos, Diferenças individuais.	PON - PONTAL - 2 exemplares	00 vezes
---	---	--	-----------------------------	----------

Fonte: A autora.

Nos resultados do levantamento constante no Quadro 3, a plataforma utilizada foi o catálogo de buscas Sophia, disponibilizado pelo Sisbi/UFU aos usuários para a consulta das obras e de outros tipos de materiais (periódicos, partituras, DVDs, CDs, normas técnicas, entre outros) constantes no acervo. Ele permite aplicar filtros de buscas como unidade de biblioteca, autor, formato, assunto, idioma, ano de publicação e, ainda, ordenação dos resultados por relevância, autor e título, tipo de material, entre outros. Há a possibilidade de verificar o histórico de pesquisa e os documentos emprestados; criar listas bibliográficas personalizadas; e integrar com as mídias sociais por meio de uma ferramenta para compartilhar referências bibliográficas diretamente pelo Twitter e outras plataformas (Universidade Federal de Uberlândia, 2022a).

Ao realizar buscas no campo “Consulta ao acervo (Login)” retornam diferentes tipos de materiais disponíveis no acervo, de acordo com o tema ou a palavra-chave de interesse. Nesta primeira busca, utilizamos *Relações étnico-raciais ou etnicorraciais* (Temática 1), no entanto, conseguimos resultados somente com o termo específico: “*Relações étnico-raciais*”, filtramos apenas obras impressas/físicas do acervo, cujos resultados listaram 17 títulos de livros (56 exemplares ao todo). Obtivemos também os dados bibliográficos como autor, ano e classificação/número de chamada – este último, inclusive, permite a localização da obra física nas estantes da biblioteca a qual pertencem. Também verificamos os “assuntos” relacionados com a obra, que são indexados pelos bibliotecários no momento da catalogação quando ela é adquirida pela biblioteca; e os cursos relacionados a esse material, elemento indexado pela biblioteca de acordo com as fichas de disciplinas dos cursos que as indicam, e enviadas pelas coordenações às bibliotecas dos respectivos *campi*.

As obras presentes no acervo físico e conforme a “Temática 1” estão distribuídas entre a BCMON e as outras Bibliotecas Setoriais de outros *campi* da UFU. A maioria está localizada na primeira delas, o que se deve ao fato de a maioria dos cursos que as indicam se encontrarem neste mesmo *Campus*, e as licenciaturas parecem ser o público-alvo para a utilização mais efetiva das obras, pois os docentes as indicam para trabalhos diversos e leituras. Entretanto, no Quadro 3, há apenas uma obra localizada na BSUMU sobre o tema, cuja frequência de uso é igual a zero, ou seja, não houve demanda de empréstimo para esse

título. Além disso, podemos constatar que se relaciona com o curso de Psicologia ofertado nesse *Campus*, o que nos leva a deduzir que a obra foi solicitada por algum docente e adquirida *a posteriori*, mas é possível que não havia sido indicada para nenhuma atividade/leitura nas disciplinas do referido curso.

Ressaltamos que inserção das obras indicadas nas fichas de disciplina dos cursos da UFU são vinculadas manualmente no Sophia por meio do Sisbi, e ocorre somente mediante a solicitação das coordenações das graduações dos respectivos *campi* e a disponibilização das fichas atualizadas pelo MEC, mas após a pandemia, poucos cursos fizeram a atualização juntamente às bibliotecas, o que nos leva a inferir que os dados disponíveis não estão totalmente atualizados.

Na mesma plataforma, foi realizada a segunda busca por meio das palavras-chaves: *Cultura Afro-brasileira e Indígena* (Temática 2), mas, com esses termos específicos, retornaram-se apenas quatro obras impressas, o que nos levou a realizar novamente a busca com o desmembramento dos termos para obter melhores resultados. Ao refazermos as buscas, utilizamos as palavras-chave: “*Cultura Afro-brasileira*” e, além de outros materiais, foram obtidos 50 títulos de obras impressas, dos quais três se repetiram e, como haviam sido contabilizados no Quadro 3, quando foi feita a busca pela temática 1, não foram recolocadas no Quadro 4 subseqüente:

**Quadro 4 - Obras do acervo físico das bibliotecas UFU - Temática 2: “*Cultura Afro-brasileira e Indígena*”**

<b>OBRAS - ACERVO FÍSICO - TEMÁTICA 2: “CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA”</b>				
<b>TÍTULO DA OBRA</b>	<b>AUTOR/ANO</b>	<b>CURSO/ASSUNTO</b>	<b>BIBLIOTEC A</b>	<b>Quantidade de vezes que a obra foi emprestada</b>
Educar para a convivência na diversidade: desafio à formação de professores	Kronbauer, Selenir; Corrêa Gonçalves; Ströher, Marga Janete (Orgs.). 2009	Curso de Filosofia, Curso de Pedagogia, Curso de Ciências Biológicas - Ituiutaba Assuntos: Educação multicultural, Pluralismo cultural, Pluralismo religioso, Professores - Formação, Multiculturalismo, Ensino religioso - Estudo e ensino	BCMON - SANTA MÔNICA - 8 exemplares PON - PONTAL - 2 exemplares	9 vezes
Literatura e cultura afro-brasileira e indígena	Mendes, Algemira de Macedo [et al.]. 2013	Curso de Letras Assuntos: Literatura brasileira - História e crítica, Negros - Brasil - Literatura, Índios - Brasil - Literatura	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	3 vezes

Músicas africanas e indígenas no Brasil	Tugny, Rosângela; Pereira de, Queiroz; Ruben Caixeta de (Orgs). 2006.	Curso de História, Curso de Artes Visuais - Uberlândia, Curso de Ciências Sociais - Uberlândia, Curso de Ciências Sociais - Uberlândia Assuntos: Etnomusicologia, Música afro-brasileira, Índios da América do Sul - Brasil - Canções e música	BCMON - SANTA MÔNICA - 6 exemplares PON - PONTAL - 6 exemplares	10 vezes
A musicológica Kamayurá: para uma antropologia da comunicação no Alto-Xingu. 2. ed.	Bastos, Rafael José de Menezes. 1999	Curso de Artes Visuais - Uberlândia, Curso de Ciências Sociais - Licenciatura - Uberlândia, Curso de Ciências Sociais - Bacharelado - Uberlândia Assuntos: Etnomusicologia, Índios Kamayura - Brasil - Música, Índios da América do Sul - Brasil - Arte, Índios da América do Sul - Brasil - Canções e música, Folclore indígena	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	15 vezes
A musicológica Kamayurá: para uma antropologia da comunicação no Alto-Xingu	Bastos, Rafael José de Menezes. 1978	Curso de Ciências Sociais - Licenciatura - Uberlândia, Curso de Ciências Sociais - Bacharelado - Uberlândia Assuntos: Etnomusicologia, Índios Kamayura - Brasil - Música, Índios Kamayura - Canções e música, Índios da América do Sul - Brasil - Arte, Índios da América do Sul - Brasil - Canções e música, Folclore indígena	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	01 vez
Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena [manuscrito]: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de história iniciantes (Mato Grosso, Brasil)	Cerezer, Osvaldo Mariotto. 2015	Curso de Doutorado em Educação Assuntos: Brasil - Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, Brasil - Lei n. 11.645, de 10 março de 2008, Educação - Teses, Professores de história - Formação - Mato Grosso - Teses, Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino - Teses.	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	0 vezes
A África está em nós: história e cultura afro-brasileira	Benjamin, Roberto; Emerson Câmara. 2006	Curso de História, Curso de Ciências Contábeis - Uberlândia, Curso de Química - Ituiutaba Assuntos: África - História, África - Civilização, Brasil - Civilização - Influências africanas, Brasil - Relações - África - História, África - Relações - Brasil - História	BSPON - PONTAL - 5 exemplares	16 vezes
A herança africana no Brasil e no Caribe: The african heritage in Brazil and the Caribbean	Cardim, Carlos Henrique; Dias Filho, Rubens Gama; 2011	Curso de Ciências Sociais Assuntos: Cultura afro-brasileira - Caribe, África - Civilização - Brasil - Caribe	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	3 vezes
A matriz africana no mundo	Nascimento, Elisa Larkin; Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira (Selo Negro). 2008	Curso de Química, Curso de Engenharia Química, Curso de Ciências Contábeis - Uberlândia, Curso de Química Industrial - Uberlândia Assuntos: Civilização antiga, Cultura - África, Cultura afro-brasileira, África - Civilização, África - História	BCMON - SANTA MÔNICA - 24 exemplares	7 vezes
Abecedário afro de poesia	Tangi, Fernando. 2012	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental Assuntos:	BSESB - ESEBA - 1 exemplar	0 vezes

		Poesia infantojuvenil brasileira, Negros - Identidade racial - Poesia infantojuvenil brasileira, Cultura afro-brasileira - Vocabulários, glossários, etc - Literatura infantojuvenil		
Africanidades e brasilidades no currículo da educação básica: compartilhando reflexões, experiências e práticas	Rocha, Rosa Margarida de Carvalho; Santana, Patrícia Maria de Souza (Orgs.). 2018	Curso de História, Curso de Ciências Sociais Assuntos: Cultura afro-brasileira, Intelectuais negros, Negros - Identidade racial	BCMON - SANTA MÔNICA - 5 exemplares BSPON - PONTAL - 5 exemplares	0 vezes
Alfabeto negro: a valorização do povo negro no cotidiano da vida escolar	Rocha, Rosa Margarida de Carvalho; Agostinho, Cristina (Autor); Raquel, Ana. 2021	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental Assuntos: Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino (Ensino fundamental) - Alfabeto, Leitura - Estudo e ensino - Estudo e ensino (Ensino fundamental) - Alfabeto, Negros - Usos e costumes - Estudo e ensino (Ensino fundamental), Negros - Brasil - Identidade racial - Estudo e ensino (Ensino fundamental), Educação - Estudo e ensino - Alfabeto	BSESB - ESEBA - 1 exemplar	02 vezes
Alfabeto negro: a valorização do povo negro no cotidiano da vida escolar: Manual do professor	Rocha, Rosa Margarida de Carvalho; Agostinho, Cristina (Autor); Raquel, Ana. 2000	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental Assuntos: Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino (Ensino fundamental), Leitura - Estudo e ensino - Estudo e ensino (Ensino fundamental), Negros - Usos e costumes - Estudo e ensino (Ensino fundamental), Negros - Brasil - Identidade racial - Estudo e ensino (Ensino fundamental)	BSESB - ESEBA - 1 exemplar	0 vezes
Almanaque brasilidades: um inventário do Brasil popular	Simas, Luiz Antonio. 2018	Curso de História Assuntos: Curiosidades e maravilhas - Brasil, Brasil - Civilização - Miscelânea	BCMON - SANTA MÔNICA - 6 exemplares	0 vezes
Artes do corpo: memória afro-brasileira	Silva, Vagner Gonçalves da. 2004	Curso de Artes Visuais - Uberlândia, Curso de Ciências Sociais - Licenciatura - Uberlândia, Curso de Ciências Sociais - Bacharelado - Uberlândia Assuntos: Negros - Brasil - Identidade racial, Negros - Brasil - Identidade racial, Arte negra - Brasil, Artistas negros - Brasil, Brasil - Civilização - Influências africanas, Brasil - Cultura popular	BCMON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares	14 vezes
Bahia de todos os Santos (as) e Quilombos: texto para reflexão com o/a professor/a	Barbosa, Paulo Corrêa; Schumacher, Schuma (Autor). 2012	Curso de Filosofia, Curso de Pedagogia Assuntos: Negros - Brasil - Identidade racial, Quilombos, Bahia - História, Cultura afro-brasileira	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	02 vezes
Cultura afro-brasileira na escola: o congado em sala de aula	Brasileiro, Jeremias. 2009	Curso de Pedagogia Assuntos: Congadas - Minas Gerais, Festas populares - Minas Gerais, Cultos afro-brasileiros, Antropologia	BCMON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares BSPON -	25 vezes

		educacional	PONTAL - 1 exemplar	
Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais	Felinto, Renata. 2012	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Assuntos: Cultura afro-brasileira, Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino, Cultura afro-brasileira - História, Negros - Identidade racial.	BSESB - ESEBA - 4 exemplares	0 vezes
Educação, história e cultura da África e afro-brasileira: teorias e experiências	Paula, Benjamin Xavier de; Perón, Cristina Mary Ribeiro. 2008	Assuntos: Discriminação na educação - Brasil, África - História	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	33 vezes
Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)	Fraga Filho, Walter. 2006	Curso de História Assuntos: Escravos - Bahia - História, Escravos - Emancipação - Bahia, Escravos fugitivos, Escravos libertos, Recôncavo (BA) - Condições sociais	BSPON - PONTAL - 5 exemplares	0 vezes
Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910) / 2. ed.	Fraga, Walter. 2014	Curso de História Assuntos: Escravos - Bahia - História, Escravos - Emancipação - Bahia, Escravos fugitivos, Escravos libertos, Recôncavo (BA) - Condições sociais	BCMON - SANTA MÔNICA - 4 exemplares	0 vezes
Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira	Portuguez, Anderson Pereira. 2015	Curso de Geografia, Curso de Serviço Social - Ituiutaba, Curso de Ciências Sociais, Curso de Ciências Contábeis - Uberlândia Assuntos: Cultura afro-brasileira, Religião e geografia, Religião e cultura	BCMON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares BSPON - PONTAL - 10 exemplares	0 vezes
História e cultura afro-brasileira / 2. ed.	Mattos, Regiane Augusto de. 2012	Curso de História Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Biblioteca ESEBA: Alfabetização e ensino fundamental. Assuntos: Negros - Brasil - História, África - Civilização, Brasil - Civilização - Influências africanas.	BCMON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares BSESB - ESEBA - 2 exemplares	0 vezes
Inventário Nacional de Referências Culturais Terreiros do Distrito Federal e Entorno	Bessoni, Giorge (Coord.); Ramassote, Rodrigo Martins (Coord.). 2012	Curso de Ciências Sociais Assuntos: Cultura afro-brasileira - Aspectos religiosos, Cultos afro-brasileiros, Religião e cultura	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	00 vezes
Literatura, história e cultura afro-brasileira e africana: memória, identidade, ensino e construções literárias: volume 1	Ferreira, Elio Bezerra Filho; Feliciano José. 2013	Curso de Letras, Curso de Relações Internacionais Assuntos: Literatura - História e crítica, Literatura brasileira - História e crítica, Literatura africana - História e crítica, Diáspora africana	BCMON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares	06 vezes
Literatura, história e cultura afro-brasileira e africana: memória, identidade, ensino e construções literárias, V.2	Mendes, Algemira de Macedo; Ferreira, Elio; Costa, Margareth Torres de Alencar. 2013	Curso de Letras Assuntos: Literatura - História e crítica, Literatura brasileira - História e crítica, Literatura africana - História e crítica, Diáspora africana	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	05 vezes
Literatura, história e cultura africana e afro-brasileira	Silveira, Regina da Costa da;	Curso de Letras Assuntos:	BCMON - SANTA	01 vezes

nas escolas: redes de possibilidades para o cumprimento da legislação. Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008	Costa, Rosilene Silva da. 2014	Cultura afro-brasileira, Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino, Educação - Aspectos sociais, Literatura - Estudo e ensino, História - Estudo e ensino	MÔNICA - 1 exemplar	
Uma história da cultura afro-brasileira	Fraga, Walter Albuquerque; Wlamyra Ribeiro de. 2009	Curso de História Assuntos: Escravidão - Brasil - Condições dos escravos, Africanos - Brasil - História, Brasil - Civilização - Influências africanas, Brasil - Cultura popular	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar BSPON - PONTAL - 1 exemplar	03 vezes
Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica	Amâncio, Iris Maria da Costa; Gomes, Nilma Lino; Jorge, Mirian Lúcia dos Santos. 2008	Curso de Letras, Curso de Relações Internacionais Assuntos: Prática de ensino, Discriminação na educação, Literatura africana (Português) - História e crítica - Teses, Programas de ação afirmativa na educação	BCMON - SANTA MÔNICA - 6 exemplares	22 vezes
Negritudes e africanidades na América Latina e no Caribe	Congresso dos/as Pesquisadores/as Negros/as (COPENE) (10.: 2018: Uberlândia); Loango, Anny Ocoró (Org.); Cordeiro, Maria José de Jesus Alves (Org.). 2018	Curso de História, Curso de Ciências Sociais Assuntos: Cultura afro-brasileira, Intelectuais negros, Negros - Identidade racial	BCMON - SANTA MÔNICA - 5 exemplares BSPON - PONTAL - 5 exemplares	00
Negros na Amazônia acreana	Fernandes, Jorge (Jorge Fernandes da Silva). 2012	Curso de História Assuntos: Negros - Acre, Negros - Acre - História, Cultura afro-brasileira - História, Negros - Acre - Estatística	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	00
Negros, cultura e vida urbana: estudos etnográficos sobre o Congado	Clemente, Claudelir Corrêa (Org.); Silva, José Carlos Gomes da (Antropólogo: Brasil) (Org.). 2013	Curso de História Assuntos: Congadas - Minas Gerais, Cultura - Aspectos sociais, Cultura afro-brasileira, Cultura afro-brasileira - Uberlândia, Negros - Uberlândia, Negros - Congadas - Uberlândia	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	01
O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras	Silva, Vagner Gonçalves da. 2000	Curso de Ciências Sociais - Licenciatura - Uberlândia, Curso de Ciências Sociais - Bacharelado - Uberlândia Assuntos: Religião e sociologia, Cultos afro-brasileiros, Etnologia	BCMON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares	17 vezes
O corpo como texto: Clara Nunes e a performance da fé	Paula, Emerson de. 2021	Curso de Mestrado Profissional em Artes: Artes do corpo e educação Assuntos: Nunes, Clara, Religião - Influências africanas, Performance (Arte), Cultura afro-brasileira	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	04
O mundo de pernas para o ar = a capoeira no Brasil / 2. Ed	Reis, Leticia Vidor de Sousa. 2000	Curso de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Sociais Assuntos: Capoeira - Brasil - História, Linguagem corporal, Brasil - Cultura popular	BCMON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares	42 vezes

O negro no mercado de trabalho / 2. ed	Projeto Especial de Qualificação Social e Profissional da População Afro-brasileira; Fundação Cultural Palmares. 2005	Curso de Ciências Sociais Assuntos: Negros - Brasil - Condições sociais, Negros - Emprego - Brasil	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	01
O que há de África em nós	Albuquerque, Wlamyra Ribeiro de; Fraga, Walter. 2013	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Biblioteca ESEBA: Alfabetização e ensino fundamental. Assuntos: Literatura infantojuvenil brasileira, Cultura afro-brasileira - Literatura infantojuvenil brasileira, África - Literatura infantojuvenil brasileira	BSESB - ESEBA - 6 exemplares	09
Olhos d'água	Evaristo, Conceição. c2014	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental Assuntos: Contos brasileiros, Negras - Contos brasileiros, Mães e filhas - Contos brasileiros, Negros - Brasil - Condições sociais - Contos brasileiros	BSESB - ESEBA - 4 exemplares	00
Os herdeiros da noite: fragmentos do imaginário negro	Araújo, Emanuel [et al.]. 1995	Curso de Artes Visuais - Uberlândia Assuntos: Arte negra, Arte negra - Brasil - Exposições, Negros na arte, Cultura afro-brasileira	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	00
Os nove pentes d'África	Silva, Cidinha da; Ferraz, Iléa. 2015	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental Assuntos: Literatura infantojuvenil brasileira, Cultura afro-brasileira - Literatura infantojuvenil brasileira, Negros - Identidade racial - Literatura infantojuvenil brasileira, África - Usos e costumes - Literatura infantojuvenil brasileira	BSESB - ESEBA - 2 exemplares	00
Patrimônio e cultura afro-brasileira: memória, identidade e reconhecimento	Felipe, Delton, Aparecido (Org.); Oliveira, Otair Fernandes de (Org.); Escobar, Giane Vargas (Org.). 2018	Curso de História, Curso de Ciências Sociais Assuntos: Cultura afro-brasileira, Intelectuais negros, Negros - Identidade racial	BCMON - SANTA MÔNICA - 5 exemplares BSPON - PONTAL - 5 exemplares	00
Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros / 2. ed.	Simas, Luiz Antonio. 2019	Curso de História Assuntos: Ensaio brasileiro, Samba, Candomblé, Umbanda, Cultura afro-brasileira	BCMON - SANTA MÔNICA - 3 exemplares	00
Pérolas negras: primeiros fios: experiências artísticas e culturais nos fluxos entre África e Brasil /	Conduru, Roberto. 2013	Curso de Artes Visuais - Uberlândia Assuntos: Arte - Brasil, Cultura afro-brasileira, Candomblé	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	04
Relatos de experiência: PNAIC Paraíba	Faria, Evangelina Maria Brito de [et al.] (Orgs.). 2014	Curso de Letras Assuntos: Letramento, Cultura afro-brasileira, Alfabetização	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	00
Religiões negras no Brasil: da escravidão à pós-emancipação	Costa, Valéria Gomes (Org.); Gomes, Flávio dos Santos (Org.).	Curso de História Assuntos: Religião e sociologia, Candomblé -	BCMON - SANTA MÔNICA - 4	03

	2016	Brasil - História, Cultos afro-brasileiros - História, Negros - Religião, Negros - Brasil - Religião - História, Xangô (Orixá)	exemplares	
Teatro das origens: estudos das performances afro-ameríndias	Ligiéro, Zeca. 2019	Curso de Mestrado em Artes Cênicas Assuntos: Teatro - Brasil - História, Artes cênicas - Brasil, Teatro e sociedade - Brasil - História, Negros no teatro - Brasil - História	BCMON - SANTA MÔNICA - 2 exemplares	00
Territórios: artistas afrodescendentes no acervo da Pinacoteca = Territories: afro-descendant artists in the Pinacoteca's Collection	Pinacoteca do Estado (SP); Chiarelli, Tadeu. 2016	Curso de Artes Visuais - Uberlândia. Assuntos: Arte brasileira, Cultura afro-brasileira, Arte e história, Curatela	BCMON - SANTA MÔNICA - 1 exemplar	05
Yoté: o jogo da nossa história	Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2008	Curso de Educação Infantil e Ensino Fundamental Assuntos: Jogos educativos, Negros - Brasil - História - Jogos, Cultura afro-brasileira - Jogos	BSESB - ESEBA - 3 exemplares	00

Fonte: A autora.

No Quadro 4, apuramos uma quantidade maior das obras relacionadas à temática “Cultura Afro-brasileira e Indígena”, sendo um total de 179 exemplares, que em sua maioria também se encontram fisicamente na BCMON, enquanto nenhum exemplar foi localizado na BSUMU. É notável que quase todas as obras referentes à “Temática 1” e a “Temática 2” estão ausentes na BSUMU, o que nos leva a deduzir que os cursos lotados neste *Campus* podem não ter inserido a questão racial nas suas fichas de disciplinas ou nos conteúdos programáticos ou, ainda, têm utilizado outras fontes além da biblioteca para indicar aos estudantes nas atividades formativas. Diante disso, precisamos questionar sobre tal situação com a seguinte questão reflexiva: a temática racial tem, de fato, tem relevância para os cursos alocados no *Campus* Umuarama da UFU?

#### Quadro 5 - Cursos Técnicos e de Graduação do *Campus* Umuarama - UFU

CURSOS	
Biomedicina	Instituto de Ciências Biomédicas - ICBIM
Biotecnologia	Instituto de Biotecnologia - IBTEC
Ciências Biológicas	Bacharelado e Licenciatura Instituto de Biologia - INBIO
Enfermagem	Faculdade de Medicina - FAMED
Medicina	Faculdade de Medicina - FAMED

Nutrição	Faculdade de Medicina - FAMED
Odontologia	Faculdade de Odontologia - FOUFU
Psicologia	Instituto de Psicologia - IP
Saúde	Escola Técnica de Saúde-ESTES

Fonte: A autora.

Cabe aos docentes da universidade informar/indicar ao Sisbi/UFU as obras mais utilizadas em determinado curso/disciplina, para haver a aquisição e suprir a demanda de obras para os estudos dos discentes e pesquisadores da UFU, mas isso tem não ocorrido, sobretudo, com relação aos docentes dos cursos do *Campus* Umuarama, devido ao fato de existir uma baixa demanda de obras sobre a temática racial no acervo da BSUMU, como é possível observar nos Quadros 3 e 4 expostos anteriormente.

A baixa demanda e o provável desinteresse dos docentes em repassar as informações/indicações para o Sisbi/UFU, que poderiam contribuir com a melhoria do acervo e a ampliação na quantidade de obras atinentes à temática racial, podem ser explicadas por dois prováveis fatores: o tema não tem sido trabalhado nos planos curriculares de ensino dos cursos de graduação do *Campus* Umuarama; e há o fato de os PPCs não valorizarem, em sua composição, o diálogo racial e a não inserção da temática nas práticas pedagógicas de forma geral.

Diante disso, inferimos que a falta de cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, leva os discentes do referido *Campus* e dos cursos ali oferecidos a não procurarem obras referentes às temáticas raciais na BSUMU e, tampouco, as que estão presentes na BCMON. Além das dificuldades de deslocamento, o provável desconhecimento e a ausência de incentivo inviabilizam as solicitações das obras, bem como prováveis sugestões referentes à temática aos docentes que, nesse caso, poderiam compor o acervo do Sisbi/UFU e, mais especificamente, a BSUMU.

Os quadros 3 e 4 demonstram que as obras não são antigas, ao passo que as mais recentes sobre a temática racial pesquisada, que compõem o acervo físico do Sisbi/UFU, são de 2021, ou seja, elas foram incorporadas ao acervo há pouco tempo. Todavia, acreditamos que se trata de um quantitativo relativamente baixo, em virtude da importância do tema e, nos últimos dois anos, talvez pudessem também ter sido realizadas novas aquisições para o acervo físico. Reiteramos ainda que a aquisição de novos materiais ocorre de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC, a demanda de utilização e a solicitação dos docentes da UFU ao

Sisbi, em que o material informacional pode ser adquirido por meio de compras, doações e/ou permutas.

Em relação à quantidade de uso das obras apresentadas em ambos os quadros, podemos observar que a frequência de empréstimo da maior parte foi baixa, e algumas delas nunca chegaram a ser emprestadas. Apesar de a maioria estar alocada na BCMON, os discentes deste e de outros *campi* da UFU podem solicitá-las para leituras e estudos, mas isso não ocorre de fato, o que novamente nos leva a indagar: existe um grande desconhecimento, por parte dos acadêmicos, sobre a existência dessas obras? Ou não há motivação para adquiri-las, pois não têm sido trabalhadas as questões raciais na prática pedagógica dos docentes, seja em fichas de disciplinas ou pesquisas dos estudantes? A possível falta destas ações não incentiva o uso das obras existentes no acervo físico pelos discentes e pesquisadores e, conseqüentemente, inibe a expansão do acervo de materiais concernentes ao tema.

No tocante ao “acervo digital” do Sisbi/UFU, podemos destacar as principais plataformas de busca presentes no *website* da biblioteca, como a MB, o EDS e o RI. A primeira delas, como dito alhures, abarca livros digitais e é constituída por mais de 10 mil títulos acadêmicos que abrangem todas as áreas do conhecimento. Há relevantes contribuições na disponibilização desse acervo para a comunidade acadêmica, pois a tecnologia permite reunir e acessar uma grande quantidade de informação técnica e científica em apenas um ambiente virtual (Universidade Federal de Uberlândia, 2022b).

Assim, com o intuito de quantificar os livros eletrônicos presentes na plataforma MB e sobre as relações étnico-raciais, fizemos o levantamento constante no Quadro 6:

**Quadro 6 - Obras do acervo digital das bibliotecas UFU - MB - Temática 1: “Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)”**

<b>E-BOOKS - MINHA BIBLIOTECA (MB) - Temática 1: “Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)”</b>			
<b>TÍTULO DA OBRA</b>	<b>AUTOR/ANO</b>	<b>CURSO/ ASSUNTO RELACIONADOS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Direito à diversidade	Ferraz, Carolina Valença. 2015	Apenas assunto: 1. MB Jurídica 2. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788522496532">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788522496532</a>
Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais	Miranda, Shirley Aparecida de 2010	Curso de Psicologia Assuntos: Educação - Aspectos sociais, Educação multicultural, Discriminação na educação, Programas de ação afirmativa - Brasil, Inclusão social, Movimentos sociais, Educação rural - Brasil	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582178157">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582178157</a>
Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas	Gomes, Nilma Lino. 2010	Curso de Psicologia Assuntos: 1. MB Pedagógica 2. MB Sociais aplicadas 3. MB Medicina	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582178164">multichttps://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582178164</a>
Estudos culturais e antropológicos	Barroso, Priscila Farfan. 2018	Apenas assunto: 1. MB Medicina 2. MB Sociais aplicadas 3. MB Saúde 4. MB Exatas 5. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788595027862">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788595027862</a>
Formação continuada de docentes da educação básica: contribuições da formação por área de concentração (LASEB)	Paulo Henrique de Queiroz Nogueira; Vanessa Sena Tomaz (Orgs.). 2018	Apenas Assunto: 1. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551302408">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551302408</a>
Metodologia do ensino de história	Carla Renata Antunes de Souza Gomes; Diulli Adriene Lopes Trindade; Márcia Cristina Furtado Ecoten (Orgs). 2016	Apenas assunto: 1. MB Sociais aplicadas 2. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788595020016">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788595020016</a>
Relações sociais e a vida coletiva: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais	Ana Mercês Bahia Bock; Odair Furtado; Maria de Lourdes	Apenas assunto: 1. MB Saúde 2. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/97886587958279">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/97886587958279</a>

	Trassi Teixeira. 2021		
Um olhar além das fronteiras - educação e relações raciais	Gomes, Nilma Lino. 2007	Apenas assunto: 1. MB Pedagógica 2. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551302309">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551302309</a>
Educação para a diversidade no ensino de ciências e biologia	Vezzani, Renata de Macedo. 2021	Apenas assunto: 1. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786589881896">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786589881896</a>
Formação continuada de docentes da educação básica construindo e reconstruindo conhecimentos na prática pedagógica (LASEB)	Elza Vidal de Castro (Org.). 2018	Curso de Ciências Biológicas - Ituiutaba Assunto: 1. MB Pedagógica	<a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551302934/pageid/4">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551302934/pageid/4</a>

Fonte: A autora.

**Quadro 7 - Obras do acervo digital das bibliotecas UFU - MB - Temática 2: “Cultura Afro-brasileira e Indígena”**

<b>E-BOOKS - MINHA BIBLIOTECA (MB) - Temática 2: “Cultura Afro-brasileira e Indígena”</b>			
<b>TÍTULO DA OBRA</b>	<b>AUTOR/ANO</b>	<b>CURSO/ ASSUNTO RELACIONADOS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico	Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón (Orgs.). 2018	Curso de Psicologia Assuntos: 1. MB Sociais aplicadas 2. MB Jurídica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551303382">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551303382</a>
Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas	Brandão, Sílvia Figueiredo (Org.). 2018	Apenas assunto: 1. MB Letras & artes	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788580393248">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788580393248</a>
Farofa, uma alegria popular	Sedlmayer, Sabrina. 2020	Apenas assunto: 1. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786588239988">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786588239988</a>
Lendas e fábulas do folclore brasileiro, v.1	Carrasco, Walcyr. 2009	Apenas assunto: 1. MB Letras & artes	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788520452325">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788520452325</a>
Lendas e fábulas do folclore brasileiro, v.2	Carrasco, Walcyr. 2009	Apenas assunto: 1. MB Letras & artes	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788520451991">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788520451991</a>
Lendas e fábulas do folclore brasileiro, v.3	Carrasco, Walcyr. 2009	Apenas assunto: 1. MB Letras & artes	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788520451991">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788520451991</a>

Literatura e subjetividade: Coleção A Reflexão e a Prática no Ensino Médio	Cano, Márcio Rogério de Oliveira. 2016	Apenas assuntos: 1. MB Pedagógica 2. MB Sociais aplicadas 3. MB Letras & artes	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788521209607">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788521209607</a>
Literatura infantil juvenil: diálogos Brasil-África	Cagneti, Sueli de Souza. 2013	Apenas assunto: 1. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582179307">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582179307</a>
Literaturas africanas em língua portuguesa	Forli, Cristina Arena. 2017	Apenas assunto: 1. MB Letras & artes	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788595021075">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788595021075</a>
Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra / 2. ed.	Gomes, Nilma Lino. 2007	Apenas assunto: 1. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551302316">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551302316</a>
Ética empresarial: política de responsabilidade social em 5 dimensões: sustentabilidade, respeito à multiculturalidade, aprendizado contínuo, inovação, governança corporativa	Santos, Fernando de Almeida. 2014	Apenas assuntos: 1. MB Sociais aplicadas 2. MB Exatas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788522494576">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788522494576</a>
Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas	Vieira, Silvia Rodrigues (Org.). 2018	Apenas assuntos: 1. MB Letras & artes 2. MB Pedagógica 3. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788580393354">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788580393354</a>
A cabana do Pai Tomás	Stowe, Harriet Beecher. 2016	Apenas assunto: 1. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788520457115">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788520457115</a>
Dicionário de história da África: séculos VII a XVI	Lopes, Nei Macedo; José Rivair. 2017	Apenas assuntos: 1. MB Sociais aplicadas 2. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551302200">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551302200</a>
Bantos, malês e identidade negra / 4. ed., rev., atual	Lopes, Nei. 2021	Apenas assunto: 1. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786559280407">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786559280407</a>
Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano / 9. ed.	Piovesan, Flavia. 2018	Apenas assuntos: 1. MB Medicina 2. MB Sociais aplicadas 3. MB Saúde	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788553610198">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788553610198</a>
História e patrimônio cultural	Souza, Ana Carolina Machado de [et al.]. 2021	Apenas assunto: 1. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786556902319">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786556902319</a>
Proteção internacional dos direitos humanos: análise do sistema africano	Ferberbaum, Marina. 2012	Apenas assunto: 1. MB Jurídica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788502152144">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788502152144</a>

Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal	Oliva, Anderson Ribeiro [et al.], (Orgs.). 2019	Apenas assunto: 1. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551304877">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551304877</a>
Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização	Cooper, Frederick. 2016	Apenas assuntos: 1. MB Pedagógica 2. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9789724419749">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9789724419749</a>
História do Brasil Império	Freitas, Eduardo Pacheco [et al.]. 2020	Apenas assunto: 1. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786556900124">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786556900124</a>
Estudos de literatura: análise da narrativa em suas diversas manifestações	Vilhagra, Leonardo Teixeira de Freitas Ribeiro [et al.]. 2021	Apenas assunto: 1. MB Letras & artes	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786556900407">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9786556900407</a>
História do mundo contemporâneo, 4 ed.	Lowe, Norman. 2015	Apenas assunto: 1. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788563899163">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788563899163</a>
A construção do Brasil	Couto, Jorge. 2011	Apenas assunto: 1. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/978-85-309-4946-4">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/978-85-309-4946-4</a>
Antropologia: uma introdução / 8. ed.	Marconi, Marina de Andrade. 2019	Apenas assuntos: 1. MB Medicina 2. MB Pedagógica 3. MB Jurídica 4. MB Saúde 5. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788597022681">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788597022681</a>
Ensino (d)e história indígena	Wittmann, Luisa Tombini. 2015	Apenas assuntos: 1. MB Sociais aplicadas 2. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582174265">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582174265</a>
Fulni-ô sato saathatise: a fala dos Fulni-ô = Fulni-ô's speech	Sá, Elvis Ferreira de [et al.], (Orgs.) 2018	Apenas assuntos: 1. MB Letras & artes 2. MB Pedagógica 3. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788580393590">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788580393590</a>
Histórias e culturas indígenas na educação básica	Silva, Giovani José da. 2018	Apenas assuntos: 1. MB Sociais aplicadas 2. MB Pedagógica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551303214">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551303214</a>
Trilhas literárias indígenas: para a sala de aula	Cagneti, Sueli de Souza. 2015	Apenas assuntos: 1. MB Letras & artes 2. MB Pedagógica 3. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582174180">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788582174180</a>
Representações do outro	Lara, Gláucia Muniz Proença; Limberti, Rita de Cássia Pacheco. 2016	Apenas assuntos: 1. MB Letras & artes 2. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551300299">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabiblioteca/9788551300299</a>

Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque	Thiel, Janice Cristine. 2012	Apenas assuntos: 1. MB Letras & artes 2. MB Pedagógica 3. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9788582172391">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9788582172391</a>
Os direitos dos povos indígenas	Barbieri, Samia Roges Jordy. 2021	Apenas assunto: 1. MB Jurídica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9786556273594">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9786556273594</a>
Mulheres, direito e protagonismo cultural	Soares, Inês Virgínia (Coord.) [et al.]. 2022	Apenas assunto: 1. MB Sociais aplicadas	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9786556277233">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9786556277233</a>
Wong Fundamentos de enfermagem pediátrica	Wilson, David Rodgers, Cheryl C. 2018	Apenas assuntos: 1. MB Medicina 2. MB Saúde	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9788595150478">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9788595150478</a>
Direitos humanos e democracia inclusiva	Mattos Neto, Antonio José de. 2012	Apenas assuntos: 1. MB Sociais aplicadas 2. MB Jurídica	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9788502175792">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9788502175792</a>
Política indigenista de saúde no Brasil. v.55. (Coleção questões da nossa época)	Palheta, Rosiane Pinheiro. 2015	Apenas assuntos: 1. MB Medicina 2. MB Saúde	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9788524923807">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9788524923807</a>
Português como língua não materna	Simões, Josefina Lopes [et al.]. 2012	Apenas assunto: 1. MB Letras & artes	<a href="https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9786556903125">https://www.sistemas.ufu.br/biblioteca-gateway/minhabibliotec/a/9786556903125</a>

Fonte: A autora.

Os Quadros 6 e 7 nos mostram as obras disponíveis sobre as temáticas raciais no acervo da plataforma MB, a qual é disponibilizada aos usuários por meio de assinatura anual realizada pelo Sisbi/UFU e contribui com os estudos da comunidade acadêmica. O acesso a essa plataforma pode ser realizado através do login com e-mail institucional e sua respectiva senha.

É perceptível que a universidade tem realizado aportes financeiros para disponibilizar aos universitários os materiais bibliográficos que os permitam aprofundar seus conhecimentos, o que também contempla as questões raciais.

Tendo em vista a importância da temática nesse âmbito e as facilidades de leitura ou pesquisa trazidas pela referida plataforma digital, perguntamos: os discentes da UFU têm procurado *e-books* do acervo digital sobre a temática? Esse e outros questionamentos pretendemos elucidar no próximo subitem.

### 6.3 A temática das relações étnico-raciais no contexto de utilização dos acervos do Sisbi/UFU

Com o intuito de responder ao segundo objetivo específico deste estudo, realizamos neste subitem uma análise das obras referentes às temáticas 1 e 2 dos acervos físico e digital, mais utilizadas, elencadas nos quadros do subitem anterior. Aqui, buscamos averiguar o ano em que foram adquiridas para o Sisbi/UFU; o perfil do usuário que as utilizou, ou seja, se são discentes dos cursos de graduação ou pós-graduação ou, ainda, servidores (técnicos e docentes); e quando foram emprestadas de fato.

Buscamos *a priori* trazer tais informações referentes ao acervo físico, utilizando como padrão a frequência de utilização nos Quadros 3 e 4, a partir de cinco vezes, como demonstram os Quadros 8 e 9:

**Quadro 8 - Perfil do usuário das obras mais utilizadas do acervo físico das bibliotecas UFU - Temática 1: “Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)”**

PERFIL DO USUÁRIO - OBRAS FÍSICAS - TEMÁTICA 1			
TÍTULO DAS OBRAS MAIS UTILIZADAS	ANO DE AQUISIÇÃO	CURSOS (PERFIL DO USUÁRIO)	PERÍODO QUE A OBRA FOI EMPRESTADA
A Lei nº 10.639/2003: pesquisas e debates (2014)	2016	Graduação em História Doutorado em Educação	2018 2017
De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil (2003)	2011	Doutorado em História Graduação em Serviço Social	2016
Educação e diversidade na Amazônia (2015)	2016	Graduação em Filosofia	2022
Estudos étnico-raciais (2009)	2011	Técnico Administrativo Ativo Mestrado em Direito Público	2017 2015
Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais (2006)	2007	Graduação em Odontologia, Graduação em Engenharia Química; Graduação em Geografia; Graduação em Educação, Graduação - curso não identificado; Doutorado em Educação	2018 2017 2015 2013 2011 2009
Relações étnico-raciais e educação no Brasil (2011)	2014	Graduação presencial - curso não identificado Doutorado em Educação	2017 2016 2015

Relações étnico-raciais em contexto escolar: fundamentos, representações e ações (2011)	2015	Curso de Mestrado em Geografia	2019 2018 2017
Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo (2015)	2016	Graduação em de Pedagogia Doutorado em Educação	2017 2018

Fonte: A autora.

**Quadro 9 - Perfil do usuário das obras mais utilizadas do acervo físico das bibliotecas UFU - Temática 2: “Cultura Afro-brasileira e Indígena”**

PERFIL DO USUÁRIO - OBRAS FÍSICAS - TEMÁTICA 2			
TÍTULO	ANO DE AQUISIÇÃO	CURSOS (PERFIL DO USUÁRIO)	PERÍODO QUE A OBRA FOI EMPRESTADA
Educar para a convivência na diversidade: desafio à formação de professores (2009)	2011	Mestrado em Educação Graduação em Pedagogia - Ituiutaba	2020 2019 2018
Literatura e cultura afro-brasileira e indígena (2013)	2017	Mestrado em Estudos Literários	2018
Músicas africanas e indígenas no Brasil (2006)	2007	Graduação em Matemática Graduação em Ciências Sociais Graduação presencial - curso não identificado	2015 2013 2007
A musicológica Kamayurá: para uma antropologia da comunicação no Alto-Xingu, 2. ed., (1999)	2003	Docente Ativo - BCMON	2014 2015
A África está em nós: história e cultura afro-brasileira (2006)	2008	Graduação em Serviço Social Graduação em Geografia - Ituiutaba Graduação em Biologia Graduação presencial - curso não identificado - BSPON	2019 2013 2012 2010
A matriz africana no mundo (2008)	2016	Mestrado em Matemática	2023 2022
Artes do corpo: memória afro-brasileira (2004)	2011	Graduação em Visuais Graduação em Letras	2019 2018 2013
Cultura afro-brasileira na escola: o congado em sala de aula (2009)	2009	Graduação em Pedagogia - Uberlândia Doutorado em Educação Graduação em Música Graduação presencial - curso não identificado - BCMON Graduação em História - Uberlândia Graduação em Pedagogia	2019 2018 2015 2014 2010 2010 2010

		Graduação presencial - curso não identificado - BCMON	
Educação, história e cultura da África e afro-brasileira: teorias e experiências (2008)	2009	Mestrado em Artes Cênicas Mestrado em Artes Graduação em História Graduação em Filosofia Graduação em História Técnico Administrativo Ativo Doutorado em Educação	2019 2017 2016 2015 2013 2012 2010
Literatura, história e cultura afro-brasileira e africana: memória, identidade, ensino e construções literárias: volume 1 (2013)	2016	Mestrado em História Docente Ativo - BCMON	2019 2017 2016
Literatura, história e cultura afro-brasileira e africana: memória, identidade, ensino e construções literárias, V. 2 (2013)	2016	Técnico Administrativo Ativo Graduação em Letras Doutorado em Letras	2019 2017
Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica (2008)	2016	Técnico Administrativo Ativo Técnico Administrativo Ativo	2022 2016
O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras (2000)	2005	Mestrado em História Graduação em Ciências Sociais Curso de Gestão da Informação	2019 2017 2016
O mundo de pernas para o ar = a capoeira no Brasil / 2. ed. (2000)	2001	Graduação em História - Uberlândia Graduação em Ciências Sociais Graduação em História - Uberlândia Mestrado - curso não identificado Graduação em História - Uberlândia Mestrado em História Graduação em Dança Docente Ativo	2023 2022 2021 2019 2017 2015 2013 2012 2010
O que há de África em nós (2013)	2019	ESEBA GERAL ESEBA GERAL Técnico Administrativo Ativo	2023 2019 2019
Territórios: artistas afrodescendentes no acervo da Pinacoteca = Territories: afro-descendant artists in the Pinacoteca's Collection (2016)	2016	Graduação em Artes Visuais	2021 2020

Fonte: A autora.

Nos Quadros 8 e 9 consta o perfil dos usuários que utilizaram as obras físicas

quantitativamente mais acessadas – discentes dos cursos de graduação da UFU –, seguidos em menor quantidade pelos alunos da pós-graduação e, mais raramente, servidores (técnicos e docentes). Pudemos observar que alguns usuários são de cursos presentes no *Campus* Umuarama, como Biologia e Odontologia; porém, a maioria permanece sendo referente aos cursos ofertados no *Campus* Santa Mônica e da área de ciências humanas. Contudo, nos surpreendeu ver que também se fizeram presentes alguns usuários dos cursos da área de ciências exatas, como Engenharia e Matemática, além daqueles de áreas multidisciplinares, como Gestão da Informação. Isso vem nos desvelar que em algum momento as questões raciais foram trabalhadas nesses cursos, levando os discentes a procurarem essas obras para aprofundar seus conhecimentos.

Todavia, as obras que outrora tiveram um número maior de uso, já tem tempo que não são mais emprestadas aos usuários, como podemos ver em ambos os quadros e temáticas acima, exceto as obras “Educação e diversidade na Amazônia”, emprestada mais recentemente em 2022 (Quadro 8); “A matriz africana no mundo” e “Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica”, em 2023 e 2022 (Quadro 9) – as demais foram emprestadas somente em 2020 e anos anteriores. Aqui deduzimos que a utilização das obras físicas pesquisadas diminuiu a cada ano, o que nos leva à seguinte indagação: Por que isso tem ocorrido? Será em virtude das TDICs que permitiram maior acesso às plataformas de livros digitais, o que influenciou o resultado ora obtido?

Em uma tentativa de aproximação à resposta para tais indagações, realizamos também um levantamento quantitativo de uso das obras do acervo digital do Sisbi/UFU, mais especificamente na plataforma de *e-books* (MB), nas temáticas 1 e 2, como demonstrado nos Quadros 10 e 11:

**Quadro 10 - Frequência de utilização das obras do acervo digital - Minha Biblioteca (MB) das bibliotecas UFU - Temática 1: “Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)”**

<b>EBOOKS - MINHA BIBLIOTECA (MB)</b> <b>TEMÁTICA 1: “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (OU ETNICORRACIAIS)”</b>			
<b>TÍTULO DA OBRA</b>	<b>ISBN</b>	<b>QUANTIDADE DE USUÁRIOS QUE ACESSARAM ESTA OBRA</b>	<b>ANO DE AQUISIÇÃO</b>
Direito à diversidade	978-85-224-9652- 5	2	2022
Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais	978-85-7526-491-1	5	2022

Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas	978-85-7526-513-0	3	2022
Estudos culturais e antropológicos	978-85-9502-786-2	9	2022
Formação continuada de docentes da educação básica: contribuições da formação por área de concentração (LASEB)	978-85-513-0239-2	2	2022
Metodologia do ensino de história	978-85-9502-001-6	1	2022
Relações sociais e a vida coletiva: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais	978-65-87958-27-9	3	2022
Um olhar além das fronteiras - educação e relações raciais	978-85-513-0230-9	2	2022
Educação para a diversidade no ensino de ciências e biologia	978-65-89881-89-6	2	2022
Formação continuada de docentes da educação básica: construindo e reconstruindo conhecimentos na prática pedagógica (LASEB)	978-85-513-0281-1	1	2022

Fonte: A autora.

**Quadro 11 - Frequência de utilização das obras do acervo digital - Minha Biblioteca (MB) das bibliotecas UFU - Temática 2: “Cultura Afro-brasileira e Indígena”**

<b>EBOOKS - MINHA BIBLIOTECA (MB) TEMÁTICA 2: “CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA”</b>			
<b>TÍTULO DA OBRA</b>	<b>ISBN</b>	<b>QUANTIDADE DE USUÁRIOS QUE ACESSARAM ESTA OBRA</b>	<b>ANO DE AQUISIÇÃO</b>
Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico	978-85-513-0337-5	6	2022
Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas	978-85-8039-324	1	2022
Farofa, uma alegria popular	978-65-5928-000-1	1	2022
Lendas e fábulas do folclore brasileiro, v.1	978-85-204-5232-5	2	2022
Lendas e fábulas do folclore brasileiro, v.2	978-85-204-5232-5	2	2022
Lendas e fábulas do folclore brasileiro, v.3	978-85-204-5191-5	1	2022

Literatura e subjetividade: Coleção A Reflexão e a Prática no Ensino Médio	978-85-212-0960-7	2	2022
Literatura infantil juvenil: diálogos Brasil-África	978-85-8217-282-7	2	2022
Literaturas africanas em língua portuguesa	978-85-9502-107-5	1	2022
Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra / 2. ed.	978-85-513-0231-6	3	2022
Ética empresarial: política de responsabilidade social em 5 dimensões: sustentabilidade, respeito à multiculturalidade, aprendizado contínuo, inovação, governança corporativa / Fernando de Almeida Santos.	978-85-224-9453-8	1	2022
Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas	978-85-8039-335-4	1	2022
A cabana do Pai Tomás	978-85-2045-711-5	1	2022
Dicionário de história da África: séculos VII a XVI	978-85-513-0220-0	5	2022
Bantos, malês e identidade negra / 4. ed., rev., atual.	978-65-5928-039-1	1	2022
Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano / 9. ed.	9788553610198	3	2022
História e patrimônio cultural	978-65-5690-231-9	4	2022
Proteção internacional dos direitos humanos: análise do sistema africano	978-85-02-15214-4	1	2022
Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasil, Portugal	978-85-513-0485-3	1	2022
Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização	978-972-44-1974-9	Não encontrado	2022
História do Brasil Império	978-65-5690-012-4	3	2022
Estudos de literatura: análise da narrativa em suas diversas manifestações	978-65-5690-040-7	2	2022
História do mundo contemporâneo	978-1-4039-3982-1	6	2022
A construção do Brasil	978-85-309-3586-3	1	2022

Antropologia: uma introdução / 8. ed.	978-85-97-02267-4	2	2022
Ensino (d)e história indígena	978-85-8217-427-2	3	2022
Fulni-ô sato saathatise: a fala dos Fulni-ô = Fulni-ô's speech	978-85-8039-359-0	1	2022
Histórias e culturas indígenas na educação básica	978-85-513-0324-5	2	2022
Trilhas literárias indígenas: para a sala de aula	978-85-8217-417-3	1	2022
Representações do outro	978-85-513-0028-2	1	2022
Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque	978-85-65381-21-5	1	2022
Os direitos dos povos indígenas	978-65-5627-343-3	1	2022
Mulheres, direito e protagonismo cultural	978-65-5627-723-3	1	2022
Wong Fundamentos de enfermagem pediátrica	978-85-352-8867-4	7	2022
Direitos humanos e democracia inclusiva	978-85-02-17579-2	1	2022
Política indigenista de saúde no Brasil. v.55. (Coleção questões da nossa época)	978-85-249-2380-7	1	2022
Português como língua não materna	978-65-5690-312-5	1	2022

Fonte: A autora.

No Quadro 10, relativo à temática 1 – “Estudos culturais e antropológicos” –, mesmo sem abordar diretamente a temática racial, se sobressaiu em relação ao número de usuários que acessaram essa obra, com um total de nove, está relacionada a assuntos como medicina, ciências sociais aplicadas, exatas e pedagogia; seguida do título “Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais”, com cinco acessos, relaciona-se com o curso de psicologia e aos assuntos de educação - aspectos sociais, educação multicultural, discriminação na educação, programas de ação afirmativa/Brasil, inclusão social, movimentos sociais, educação rural/Brasil – estes últimos, inclusive, foram descritos anteriormente no Quadro 6. Cumpre afirmar que as demais obras, apesar de relevantes, apresentaram um quantitativo bem inferior de acesso.

Por sua vez, no Quadro 11, referente à temática 2, o título “Wong Fundamentos de enfermagem pediátrica”, se destacou com sete acessos de usuários, é relativo aos assuntos de

medicina e saúde que, nesse contexto, realizam uma breve discussão acerca do tema racial; na sequência, há os títulos “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico”, com seis acessos e atinente ao curso de psicologia e aos assuntos de ciências sociais aplicadas e jurídica, e “História do mundo contemporâneo”, também com a mesma quantidade de acessos e concernente às ciências sociais aplicadas – esses cursos/assuntos foram descritos anteriormente no Quadro 7.

Para chegar aos dados quantitativos de acessos, foi necessário obter o número ISBN<sup>11</sup> de cada *e-book*. Contudo, não foi possível saber o perfil dos usuários das obras digitais que se sobressaíram de fato, ou seja, se a pessoa é da graduação ou da pós-graduação, pois, apesar dos esforços da coordenação da Diinf/Sisbi/UFU que gere a plataforma de *e-books* MB, o *Vital Source Engagement Dashboard*, programa gerenciador da MB, não nos forneceu tais dados. Pudemos apurar também, por intermédio do referido departamento, que as obras constantes no acervo digital foram adquiridas a partir de junho de 2022, tendo em vista que o contrato de assinatura para utilização da plataforma entrou em vigência a partir de maio deste mesmo ano. Todavia, ela é bastante versátil, por ser atualizada à medida em que novas obras são incorporadas ao acervo.

No acervo digital, foi possível encontrar uma quantidade maior de obras relacionadas aos cursos de graduação do *Campus* Umuarama da UFU, em detrimento ao acervo físico – inclusive, algumas delas se destacaram entre as mais acessadas. Entretanto, o número de usuários que acessaram esses *e-books*, é relativamente baixo, tendo em vista a importância do tema e a facilidade de acesso, os quais são disponibilizados de forma gratuita a toda a comunidade acadêmica. Esperávamos um número de acessos mais elevado em relação aos encontrados nos quadros acima, pois uma vez que as obras físicas sobre a temática racial, em sua maioria, não obtiveram um quantitativo relevante de empréstimos.

Esse quantitativo de acessos tão baixo é preocupante, pois ao se tratar de uma plataforma digital que gera conhecimento, havia uma expectativa maior em relação aos *e-books*, acreditando que se destacariam com uma demanda muito maior de uso pelos acadêmicos, e infelizmente não é o que tem ocorrido, em especial, quanto ao uso dos relacionados com a temática racial. Ressaltamos que nesta plataforma não é necessário fazer o cadastro na biblioteca da UFU, apenas com o e-mail institucional discentes, docentes e servidores podem acessar os *e-books*, e em qualquer dispositivo que possui acesso à internet.

---

<sup>11</sup> “International Standard Book Number System (ISBN), ou Número Padrão Internacional de Livro, é um código de 13 dígitos que serve como identificador internacional único para publicações monográficas” (International ISBN Agency, 2011, p. 3).

Averiguamos, através da DIINF, que em toda a rede de bibliotecas UFU há um quantitativo total de 51.603 cadastros “ativos” de usuários; estes se distribuem conforme o Quadro 12:

**Quadro 12 - Quantitativo de usuários “ativos” das bibliotecas UFU**

<b>Biblioteca</b>	<b>Usuários Ativos</b>
BCMON	31860
BSESB	1025
BSFIS	888
BSGLO	979
BSHCU	1
BSMTC	1816
BSPAT	667
BSPON	4383
BSUMU	9984
<b>TOTAL</b>	<b>51.603</b>

O quadro anterior nos mostra que a BCMON e a BSUMU se destacam em relação à quantidade de usuários cadastrados. Diante de um universo tão extenso de usuários, percebemos que os acervos físicos e digitais referentes à temática racial, aqui pesquisada, poderiam ser melhor aproveitados, mas infelizmente ocorre o oposto, pois vemos, explicitada nos quadros anteriores, uma pouquíssima procura por esses materiais.

Esse cenário nos permite afirmar que os discentes não têm sido motivados a utilizar as obras físicas do acervo físico e também as que estão presentes na plataforma MB. Essa motivação poderia ser realizada de duas formas: por meio da divulgação pelo SISBI/UFU, e isso pudemos verificar que frequentemente é realizado através do *site* oficial das bibliotecas UFU, das redes sociais do SISBI/UFU; e através da publicação de serviços e eventos, inclusive aqueles voltados para as relações étnico-raciais, além de apresentações sobre os serviços ofertados pela biblioteca, que são realizados todo início de semestre para os alunos ingressantes, e alguns eventos, que também são divulgados no *site* oficial de comunicação da

UFU. Outra motivação, ainda mais fundamental, seria através dos docentes, que ao trabalharem a temática em suas disciplinas e nas práticas pedagógicas, poderiam incentivar uma utilização maior e mais frequente dessas obras. Diante do exposto nesta investigação, inferimos que isso não tem ocorrido, fazendo com que não haja uma valorização do investimento que o SISBI/UFU tem realizado para aprimorar e auxiliar os estudos e pesquisas acadêmicas.

#### **6.4 A temática racial no âmbito da produção acadêmica da UFU**

Com o intuito de elucidar o terceiro objetivo específico deste trabalho, realizamos um levantamento bibliográfico na plataforma EDS e no RI/UFU. Nesse sentido, analisamos se a temática das relações étnico-raciais tem sido abordada na produção acadêmica da instituição universitária.

Primeiramente, fizemos a busca na plataforma EDS da EBSCO – Discovery Service, disponibilizada pelo Sisbi/UFU, por meio de assinatura anual, para utilização dos usuários. Nesta, pode-se realizar uma busca integrada em toda a plataforma, em que o tema ou a palavra-chave pesquisada retorna todas as possibilidades de materiais disponíveis e, integra as fontes institucionais como Sapere – Acervo UFU, Ducere – RI e Legere – Portal de Periódicos UFU, além da plataforma de eBooks (EBSCO), plataformas de bases de dados assinadas pelo Sisbi e Portal de Periódicos da Capes. Dessa forma, é possível trazer os conteúdos acadêmicos mais relevantes e confiáveis, com a interoperabilidade<sup>12</sup> entre plataformas, sendo possível realizar um refinamento dos resultados por data de publicação, tipo de documento, assunto, editor, título da revista, idioma, fonte de pesquisa, entre outros.

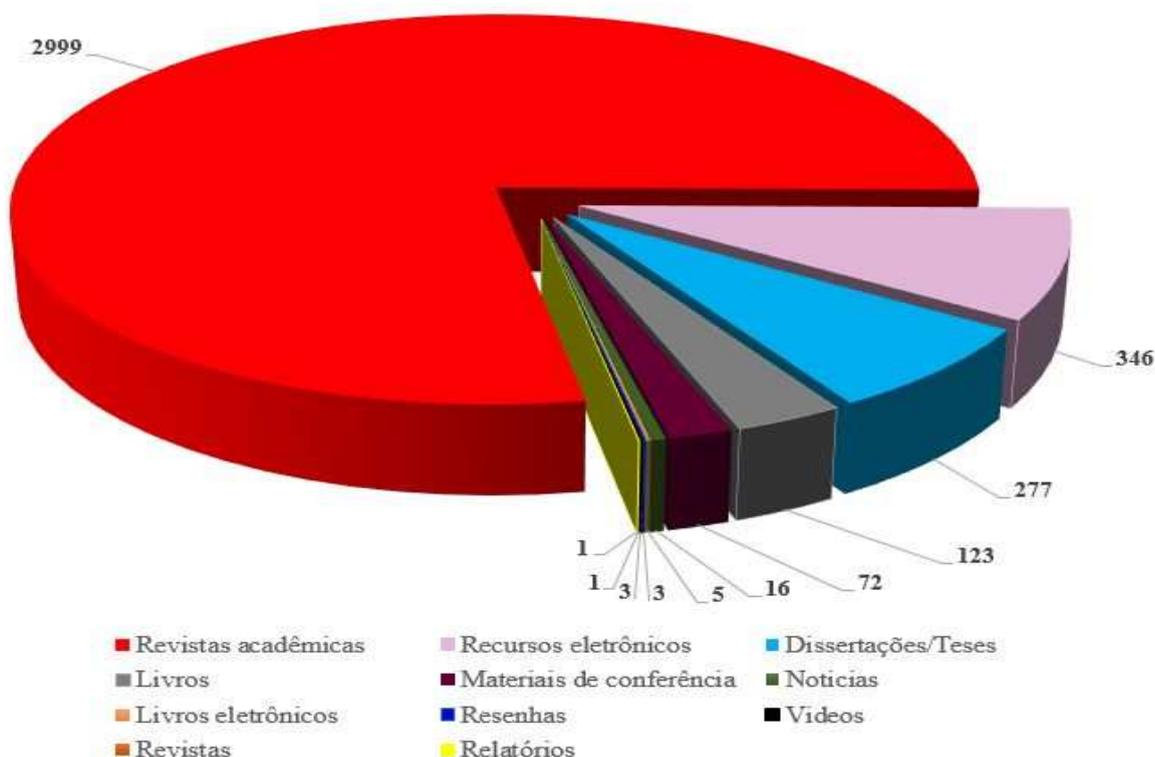
Assim, a primeira busca realizada no EDS foi com a temática 1, conforme a palavra-chave *Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)* no campo de pesquisa *integrada*. Obtivemos 8.757 resultados, utilizamos algumas opções de filtros como o período compreendido de 2017 a 2022, o operador booleano *OR* - recupera os resultados que contém um termo “OU” o outro e as aspas - atuam como elementos filtradores, aprimorando e refinando a busca. Para obter maior êxito, colocamos em formato de sentença: (“Relações étnico-raciais” OR “étnicorraciais”). Assim, foi possível o retorno de 5.342 - esse quantitativo é composto de vários tipos de materiais informacionais, como demonstrado no Gráfico 1:

---

<sup>12</sup> “A interoperabilidade é uma propriedade de dois ou mais sistemas interagirem e trocarem dados, baseados em métodos definidos, com a finalidade de obterem os resultados esperados” (Mucheroni; Silva, 2011, p. 5).

**Gráfico 1 - Acervo digital - Serviço de Descoberta (EDS) - Temática 1: *Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)* - período: 2017-2022**

**QUANTITATIVO DE MATERIAL INFORMACIONAL - EDS**  
 Temática 1: *Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)*



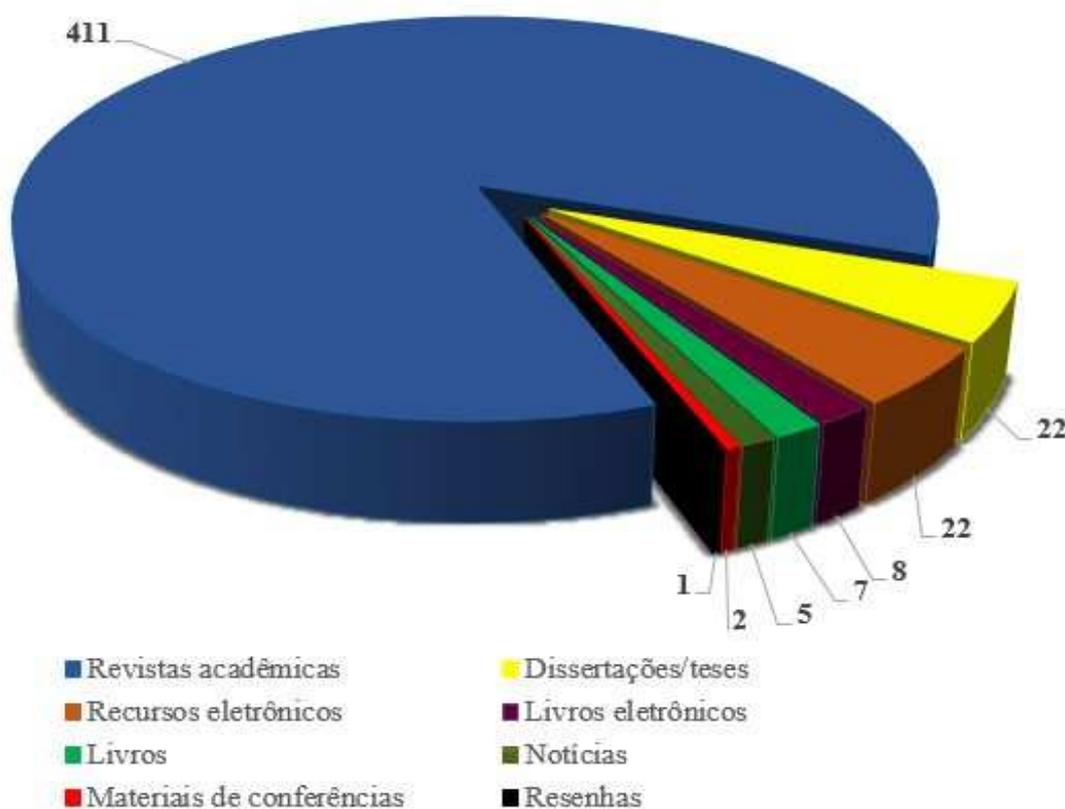
Fonte: A autora.

Diante dos resultados encontrados nessa plataforma de busca integrada, sobressaem-se as revistas acadêmicas, seguidas dos recursos eletrônicos, teses e dissertações, além de outros materiais que aparecem em quantidades menores, mas não são menos significativos, pois abordam conteúdos relacionados à temática racial. Como explicitado nas sentenças de buscas gerais, aplicamos a palavra-chave central “relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)”, a fim de mapear obras, periódicos e outros materiais (in)formativos sobre o tema, e o recorte é referente ao período dos últimos cinco anos.

Ainda na plataforma EDS, foi realizada uma segunda busca com a temática 2, por meio da palavra-chave: *Cultura Afro-Brasileira e Indígena*, retornou um total de 1.647 resultados, aplicarmos as mesmas opções de filtros ao buscar a temática 1 e também assentamos em formato de sentença de busca: ("Cultura Afro-Brasileira" AND "Indígena"), regressou 615 - esse quantitativo representa materiais diversificados, como demonstrado no Gráfico 2:

**Gráfico 2 - Acervo digital - Serviço de Descoberta (EDS) - Temática 2: *Cultura Afro-Brasileira e Indígena* - período: 2017-2022**

**QUANTITATIVO DE MATERIAL INFORMACIONAL - EDS**  
 Temática 2: *Cultura Afro-Brasileira e Indígena*



Fonte: A autora.

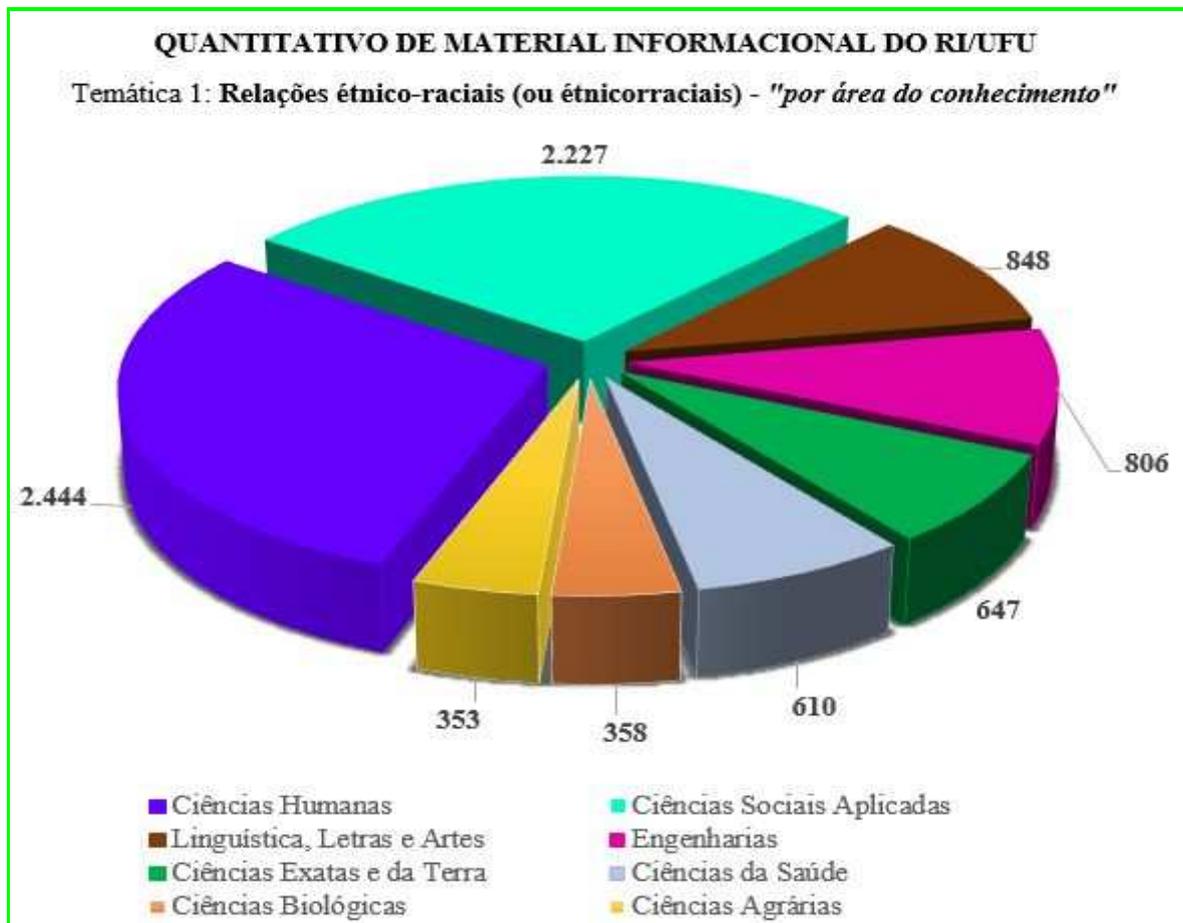
Nessa busca também se destacaram as revistas acadêmicas, seguidas por teses, dissertações e recursos eletrônicos como maior quantidade de material informacional encontrado na plataforma de busca EDS, os demais materiais se encontram menos expressivos, porém são consideráveis em conformidade com a temática cultura afro-brasileira e indígena nos últimos cinco anos.

Outra importante plataforma de busca é o Repositório Institucional (RI/UFU), cuja finalidade “é armazenar, preservar e disseminar a memória institucional, o que contribui com a legislação de acesso aberto à informação e proporciona maior visibilidade às produções científicas, técnicas, culturais, artísticas, administrativas e tecnológicas da instituição” (Universidade Federal de Uberlândia, 2022c, p.1).

Nessa ferramenta, é possível buscar palavras-chaves, título ou autor e, filtrar por assuntos/área, período de publicação, faculdades e institutos, entre outros critérios. Assim,

efetuamos um levantamento dos trabalhos relacionados à temática racial no RI, em que primeiramente buscamos pela palavra-chave: *Relações étnico-raciais (ou etnicorraciais)* no campo geral, que busca os materiais disponíveis em todos os anos e áreas do conhecimento. Retornou-se um quantitativo de 14.507 resultados. Posteriormente, colocamos em formato de sentença com o operador booleano *OR*, para maior refinamento: (Relações étnico-raciais OR etnicorraciais), e utilizamos como filtro de busca o ano de publicação de 2017 a 2022, em que um total de 8.141 foram obtidos nesse contexto, não sendo especificado exatamente o tipo de material, o que pode contemplar teses, dissertações, TCCs, livros ou capítulos de livros, memorial descritivo, periódicos, relatórios de pesquisa e trabalho de eventos, produzidos no âmbito da universidade, indexados no repositório nos últimos cinco anos. Aqui, focamos em algumas áreas específicas do conhecimento como: ciências humanas; ciências sociais aplicadas; linguística, letras e artes; engenharias; ciências exatas e da terra; ciências da saúde; ciências biológicas e ciências agrárias, que possuem produções relacionadas ao tema racial, como demonstra o Gráfico 3:

**Gráfico 3 - Material informacional do RI/UFU - Temática 1: Relações étnico-raciais (ou étnicorraciais) - "por área do conhecimento" - período: 2017-2022**



Fonte: A autora.

No que tange ao acervo eletrônico do RI, o tipo de material informacional encontrado em maior quantidade corresponde à área de ciências humanas. Isso demonstra uma quantidade maior de produção intelectual do campo científico na temática racial nesta área do conhecimento, o que explicita a preocupação com o segmento e permite propor importantes discussões que visam desenvolver conhecimentos científicos que beneficiem a sociedade, ao combater o racismo dentro e fora das instituições de ensino, além de buscar a diversidade, o respeito à inclusão e a democracia.

Em uma segunda busca no RI, a partir dos resultados anteriores, inserimos a sentença no campo de busca avançada e aplicamos mais um filtro: as aspas, que permitiram refiná-la um pouco mais: ("Relações étnico-raciais" OR "étnicorraciais"). Logramos a quantidade 200 resultados, também conforme o período dos últimos cinco anos. Assim, dez principais trabalhos entre teses, dissertações e TCCs foram selecionados por meio de leituras dos títulos, resumos e conclusões, os quais se relacionavam de forma mais direta com a EREER direcionadas ao contexto da Lei n. 10.639/2003 e à esfera educacional.

Essas obras foram elencadas em formato de quadro individual para cada trabalho selecionado, com destaque a alguns aspectos relevantes à análise. Pesquisamos tais materiais conforme o período de 2017 a 2022, o que abrange um recorte dos últimos cinco anos, para promover uma melhor compreensão acerca da produção científica acadêmica sobre a temática racial (teses, dissertações e TCCs). Contudo, optamos por inserir os quadros individuais nos apêndices desta investigação e elaborar um “quadro-resumo” neste momento, para os abordar de forma mais generalista:

**Quadro 13 - Resumo geral da seleção das Teses, Dissertações e TCCs do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”**

TÍTULO	ANO
1 - A Lei n. 10.639/2003 e a formação inicial de professores/as de química: um estudo com discentes do ICENP-UFU	2021
2 - As tramas do racismo à brasileira: o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas instituições escolares de Itapagipe/MG (2003-2006)	2017
3 - História da educação de negros em Uberlândia: memórias, dilemas e resistências (1950-1970)	2019
4 - NEABI/IFTM <i>Campus</i> Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais	2022
5 - O ensino de história e da cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais: um estudo na educação de jovens e adultos (CESEC, Uberlândia, MG, Brasil)	2022
6 - Políticas étnico-raciais e discriminação: reflexões sobre o colorismo no Brasil	2021
7 - Políticas públicas: ações afirmativas para a população negra. Uberlândia. 1980/2016	2017
8 - Racismo e preconceito racial na formação em Educação Física: o que dizem os estudantes negros?	2019
9 - Relações étnico-raciais na alfabetização científica: Contextos do livro didático de ciências no ensino fundamental	2021
10 - Uma História das Práticas Educacionais Antirracistas em Ituiutaba no século XX: culturas escolares ensinando o Brasil e a África	2018

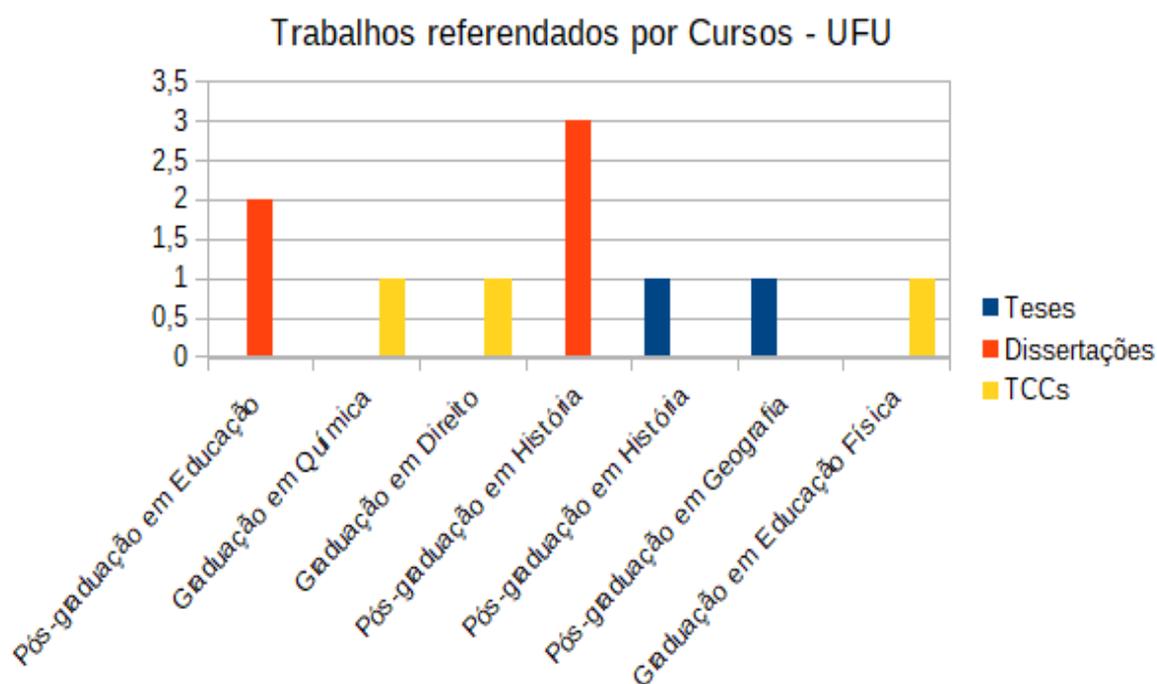
Fonte: A autora.

Conforme os trabalhos pesquisados no RI/UFU acerca da temática, pudemos verificar que eles estão vinculados a três cursos de graduação e a quatro programas de pós-graduação da universidade, os quais são demonstrados no Gráfico 4. Averiguamos ainda que tais cursos e programas são ofertados no *Campus* Santa Mônica, exceto um, que se encontra no *Campus*

Educação Física da UFU.

Podemos perceber que a produção acadêmica referente à temática racial tem sido produzida, em sua maioria, pelos cursos ofertados no *Campus* Santa Mônica, sendo a maior parte da área de ciências humanas. Porém, nos surpreendeu encontrarmos também alguns trabalhos da área de exatas, como do cursos de Química, em que consideramos a minoria ou a exceção. Contudo, independentemente da área do conhecimento, a produção acadêmica proveniente dos cursos presentes neste *Campus* se sobressai largamente em relação aos cursos do *Campus* Umuarama da UFU, como bem demonstra o Gráfico 4 :

**Gráfico 4 - Trabalhos do Quadro 13 - Resumo geral da seleção de Teses, Dissertações e TCCs do RI/UFU, “por curso”**



Fonte: A autora.

Nos trabalhos pesquisados no RI/UFU e destacados anteriormente no Quadro 13, verificamos que todos pretendem salientar a importância das relações étnico-raciais abordadas como foco principal em cada investigação. Eles partem da premissa de que o preconceito, a discriminação e a intolerância racial ainda existem na contemporaneidade e que o racismo tem sido uma das principais causas das desigualdades sociais e educacionais no país, com ênfase na necessidade de buscar caminhos para extingui-lo em diversos setores da sociedade.

Apesar de não ser o foco desse trabalho, percebemos que a inserção da temática racial nos estudos advém do interesse de um grupo de docentes-pesquisadores que atuam com a temática em detrimento aos que não possuem familiaridade com o tema e, constroem o diálogo universitário por meio de conhecimentos pensados a partir de uma matriz linear que não oportuniza outros olhares às temáticas pesquisadas. Isso reflete, sobretudo, na sala de aula da graduação.

Por um lado, salientamos que as questões raciais, ao serem abordadas nas pesquisas produzidas no âmbito da UFU, podem abrir novas expectativas que, ao mesmo tempo, podem promover a visibilidade positiva ou a negação da importância do tema para a compreensão da nossa realidade social, cultural, histórica, política e de produção científica. Esse fator perpassa a produção do conhecimento de modo geral, quando se define o conhecimento linear e hierarquizante como único caminho. Por outro lado, os recursos tecnológicos de acesso à informação, por mais que tenha havido a difusão nos últimos anos, não garantem que as pessoas busquem informações acerca da questão racial, pois não depende do acervo, seja ele digital ou físico, e sim do incentivo de conhecer, refletir e acessar conhecimentos e inseri-los no bojo da formação acadêmica e humana.

## 7 CONSIDERAÇÕES

Trabalhos analisados no presente estudo indicam que a luta contra o racismo tem sido protagonizada pelo movimento negro organizado há muito tempo. No contexto histórico brasileiro, a luta antirracista provoca reivindicações voltadas ao conhecimento e à valorização das relações étnicas e raciais, do mesmo modo que, na atualidade, solicita das autoridades governamentais o reconhecimento da identidade étnico-racial, da cultura e dos direitos da população negra e afrodescendente, como demonstram os trabalhos de Barbosa (2017), Resende (2022), Santos (2017), Silva (2021) e Souza (2019).

Barbosa (2017, p. 57) enfatiza que o movimento negro conquistou, por meio de suas reivindicações, o papel nas políticas públicas quando o governo criou a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR) em 2015, em que a “população negra pode conquistar um ministério que tinha como objetivo igualdade racial, apesar de posteriormente ocorrer a junção da mesma em um único ministério o MMIRDH”, além de outras conquistas ao longo das décadas anteriores, como a Lei n. 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, e a Lei n. 12.711/2012, que trata sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, como referenciado neste trabalho e salientado por Resende (2022, p. 110).

Dentre as conquistas obtidas pela população negra brasileira, a Lei n. 10.639/2003 se sobressai em 99% dos trabalhos analisados, a qual passou a instituir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo do ensino básico. Os autores salientam o reconhecimento da histórica luta no país do movimento negro, cujas conquistas se caracterizaram como as principais nuances do campo da educação brasileira, onde o movimento percebia a discriminação e o racismo no sistema educacional do país, como afirma Santos (2005). Reflexos desse processo se encontram arraigados, mantêm a inferiorização dos negros e a (re)produção da discriminação racial inclusive na esfera educacional do ensino brasileiro e aparecem nitidamente nas análises produzidas neste estudo, em que a temática racial é pouco valorizada, incentivada, estudada e discutida na produção de conhecimentos na graduação e pós-graduação, apesar de ser validada pelo arcabouço jurídico normativo nacional.

Somente a criação de leis ainda não é suficiente para minimizar o racismo e as desigualdades percebidas como latentes no âmbito da educação básica e superior brasileira. Como sustenta Silva (2021, p. 36), é preciso “pensar em processos formativos para a educação das Relações étnico-raciais que contemplem os preceitos estabelecidos pela Lei n.

10.639/2003”. Sendo assim, deve-se torná-la presente nas práticas pedagógicas para ocorrer as mudanças na coletividade, pois a base educacional é um dos principais caminhos para trabalhar as maiores transformações e formar sujeitos conscientes e antirracistas.

Porém, ao pensarmos em práticas pedagógicas que cumpram os objetivos supracitados, devemos abordar a relevância dos processos de formação, nos quais nos deparamos com a formação continuada de professores que precisam, de forma constante, se capacitar para implementar as práticas da EREER no campo educacional. Para tal formação, Barbosa (2017) e Silva (2021) salientam que tal educação se apresenta de forma insatisfatória, tendo em vista a resistência de algumas instituições de ensino em implementar a formação continuada e capacitar os docentes para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, como estabelece a Lei n. 10.639/2003.

Canen e Xavier (2011) compreendem que a formação continuada de professores no campo das relações étnico-raciais possui um papel relevante, pois muitos docentes não obtiveram tal conhecimento de forma mais específica durante a formação inicial. Assim, “preparar professores para refletirem e trabalharem com a diversidade cultural no contexto escolar significa abrir espaços que permitam a transformação da escola em um local em que as diferentes identidades são respeitadas e valorizadas” (Canen; Xavier, 2011, p. 2), principalmente a formação da identidade negra.

Percebemos que a formação continuada de professores pode se aliar à democratização da EREER nos espaços educacionais, em especial nas universidades, podendo ser relida como uma ação afirmativa que busca implementar as diretrizes da Lei n. 10.639/2003, necessária para o ambiente educacional de ensino básico e acadêmico. Gomes (2012) manifesta que a Lei n. 10.639/2003, como política pública colaboradora da produção do conhecimento sobre a EREER, é capaz de promover transformações na sociedade, ao conscientizar os indivíduos e referendar o desenvolvimento de uma educação antirracista.

Contudo, é sabido que o combate ao racismo advém, sobretudo, do conhecimento transmitido pelos profissionais da educação, os quais podem desconstruir preconceitos e estereótipos relacionados ao povo negro, como corrobora Longo (2016). Dessa maneira, pretende-se reconhecer e trabalhar a diversidade e a multiculturalidade das diferentes raças e etnias existentes em nosso país para, então, superar as diferenças educacionais e construir uma sociedade brasileira igualitária e democrática.

Com essa perspectiva de construção, a Lei n. 10.639/2003 trouxe a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino do Brasil e, com isso, permitiu a busca de formas para ressignificar e valorizar a cultura africana e suas

matrizes que contribuíram para constituir a formação da diversidade cultural do nosso país. Para instruir a implantação de tal aparato legislativo, o MEC criou as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Raciais por meio do Parecer CNE/CP n. 3/2004 e da Resolução CNE/CP n. 1/2004, que apresenta as diretrizes para a implantação da lei na educação superior. A prática docente tem atuação fundamental na execução de tal iniciativa, ao contribuir para a quebra de ideologias e a construção de uma nova imagem do povo negro que faça emergir o reconhecimento e a valorização, como salienta Barbosa (2015).

No âmbito educacional, podemos observar o importante papel dos docentes na transmissão do conhecimento ressignificador e de combate ao racismo no país. Por isso, reiteramos que, para a disseminação do conhecimento antirracista, ações precisam ser realizadas de fato, sem permanecer ao nível de portarias e resoluções ou não acompanhar a sua efetivação nos espaços formativos.

Talvez, a alternativa de incentivo ao exercício de combate à universalidade do conhecimento pelo viés europeu perpassa a formação continuada de professores que prioriza a desconstrução da colonialidade, ao descortinar olhares acerca do tema e propiciar o entendimento das políticas afirmativas. A partir desse arcabouço legal, deve-se reinvidicar ações contundentes para minimizar o preconceito e a discriminação racial, tendo em vista o grande reflexo na vida dos discentes, por contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e democráticos. Instituições de ensino precisam investir vigorosamente na formação continuada de professores para o ensino se tornar eficiente. Ainda na contemporaneidade, há docentes despreparados ou mesmo inseguros para incorporar o assunto em seus planejamentos e praticar o que determina a Lei n. 10.639/2003, como salientam os autores de algumas obras pesquisadas e expostas na seção 5 deste trabalho.

Além da formação continuada para os docentes, são necessários outros “subsídios” para a ERER ser trabalhada e alcançar seus objetivos. Entre eles destacamos as obras bibliográficas (físicas ou digitais) que contemplam as relações étnico-raciais, pois poderão proporcionar um conhecimento aprofundado ao discente, docente ou pesquisador. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias se sobressaem na promoção de conhecimentos, em que dispõem importantes obras que abordam a temática e os serviços ofertados gratuitamente aos acadêmicos que podem contribuir com a aquisição de informações e aprendizado de temáticas específicas, como a que apresentamos na presente pesquisa.

Diante do levantamento bibliográfico explicitado neste trabalho e das análises quanti-qualitativas realizadas, podemos considerar que o acervo referente à temática das relações étnico-raciais existentes no ambiente físico e digital do Sisbi/UFU possuem materiais

que podem auxiliar os estudos dos acadêmicos. Porém, o quantitativo ainda é limitado e está mais relacionado aos cursos de graduação e pós-graduação do *Campus* Santa Mônica e, devido a isso, as obras que abordam a temática possuem maior concentração na BCMON.

Pelos dados observados nos Quadros 3 e 4, existe uma deficiência de bibliografias acerca da temática relacionadas com os cursos de graduação do *Campus* Umuarama. Isso se deve ao fato de não haver maior demanda de solicitação de aquisições dessas obras para compor o acervo da BSUMU sobre o tema, o que nos leva a inferir que os docentes dos cursos do referido *Campus* não têm dado a devida atenção para a EREER em suas práticas pedagógicas. Tal situação nos leva a inquirir do seguinte modo: a temática racial não tem sido inserida nos currículos/fichas de disciplinas e, tampouco, trabalhada nos planos de ensino e nas práticas pedagógicas dos cursos do *Campus* Umuarama da UFU, como orientam as diretrizes curriculares? As respostas para essa indagação somente seriam possíveis em um estudo futuro, com o intuito de analisar, de forma mais aprofundada, as fichas de disciplinas dos cursos ofertados neste *Campus*.

Vemos então que, embora a UFU, por meio do Neab, realize ações afirmativas direcionadas à equidade racial no âmbito acadêmico, a EREER tem sido implantada de forma morosa e ineficaz nos planos de ensino da UFU. Entendemos que vários cursos ainda não contemplam a temática em suas disciplinas, como possivelmente os cursos de graduação do *Campus* Umuarama, mesmo ao serem instruídos por uma lei relevante como a n. 10.639/2003.

Entretanto, a UFU, por intermédio do Neab e da Diepafro, tem contribuído para a formação inicial e continuada de professores sobre a temática étnico-racial nos espaços internos e externos da instituição, ao atuar também nos ensinamentos básico e superior. Apesar disso, ainda há muito a ser feito para os docentes se preparem adequadamente para aplicar uma EREER de qualidade, erradicar o preconceito e a discriminação no ambiente universitário e fazer com que a igualdade racial nesse meio se torne verdadeiramente uma realidade de fato.

Como difusor de formações de combate ao racismo no âmbito da UFU, o Neab não retira da universidade a responsabilidade de criação de uma política institucional antirracista, com acompanhamento e cobrança do cumprimento da legislação no tocante à inserção da temática racial nos cursos de graduação e pós-graduação. Aqui, algumas conquistas merecem destaque, como a reserva de vagas nos concursos públicos e editais de bolsistas, a iniciação científica, os programas de incentivo à docência, entre outros. Mesmo assim, ainda percebemos certa displicência institucional em fazer cumprir a legislação específica, criar

políticas internas de combate ao racismo e estabelecer a prática do olhar antirracista em todas as instâncias de educação superior da UFU.

Destarte, ter ou não acervo temático não garante o cumprimento legal dos aspectos juridicamente estabelecidos pela LDB, mas pode ser um aliado para assegurar direitos com a inserção do tema nas disciplinas, no incentivo e na ampliação do uso cotidiano do acervo racial, além de um diálogo profícuo da biblioteca com os cursos de graduação e pós-graduação, a gestão superior, a Diepafro e o Neab. Isso pode ocorrer com a parceria para consolidar uma educação equânime, antirracista e que realmente produza a diferença na formação profissional e humana dos estudantes da instituição analisada.

Essa parceria supracitada já tem se concretizado entre as bibliotecas UFU e as coordenações dos cursos. Na BSUMU, por exemplo, todo início de semestre é enviado um convite às coordenações dos cursos ofertados no *Campus* Umuarama, para os ingressantes poderem conhecer melhor a biblioteca e todos os serviços disponíveis aos usuários. Assim, na semana de recepção dos ingressantes, um representante da biblioteca da BSUMU se dirige até o auditório, onde ocorrem as programações e eventos, para fazer essa apresentação para os cursos que aceitaram o convite. Além disso, alguns representantes dos diretórios acadêmicos de alguns cursos levam grupos de ingressantes para um *tour* de conhecimento no espaço da biblioteca, onde passam a conhecer os serviços oferecidos.

Outra ação criada pelo SISBI/UFU desde o ano de 2021 é a Comissão de Cultura e Diversidade (CCDBIB), que tem por objetivo o planejamento, a promoção, o auxílio e a projeção de ações culturais no ambiente das Bibliotecas UFU, considerando o caráter plural, artístico-cultural e a diversidade, a partir da interação entre professores, técnicos, estudantes e o público externo à UFU (Universidade Federal de Uberlândia, 2023b), em que se contempla, também, a temática racial. E há, ainda, a Comissão de Comissão de Competência em Informação (CCIBIB), que tem por objetivo produzir competências, através de treinamentos, capacitações, oficinas e criações de conteúdos disponibilizadas para toda a comunidade acadêmica da universidade e para a comunidade externa à UFU, contribuindo também com as ações de capacitação interna do Sisbi/UFU (Universidade Federal de Uberlândia, 2023c). Tais ações e eventos são sempre divulgados no *site* oficial das bibliotecas UFU e nas redes sociais.

Contudo, ainda que os discentes possuam esse conhecimento em relação às bibliotecas, seu uso somente se efetivará a partir do incentivo docente, por meio das indicações das obras que são trabalhadas em sala de aula e da busca na biblioteca, o que despertará os discentes para realizarem seus estudos neste espaço.

Percebemos, ao analisar, nesta investigação, o levantamento das obras físicas e digitais, que isso não tem ocorrido, e um dos fatores que contribui para este cenário é o uso das tecnologias, constantemente realizado em salas de aulas, de modo que os docentes, ao trabalharem suas disciplinas, optam por disponibilizar os materiais em formato digital, estes, em sua maioria, não são buscados nas plataformas digitais da biblioteca, não incentivando os acadêmicos a utilizarem-na também, fazendo com que o investimento que a biblioteca faz para promover o auxílio no conhecimento dos acadêmicos não seja valorizado.

Portanto, cabe ao corpo docente a conscientização de que existe a informação e que os acessos são disponibilizados na rede de bibliotecas da universidade, e a sensibilidade para inserir esses materiais em suas fichas de disciplinas e as práticas pedagógicas, de forma geral, que se caracteriza como base de todo um processo formativo de cidadãos conscientes, críticos e antirracistas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 5-20, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000100001>

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/59tmSkhj3wzhwrCrdgC4cvx/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 20 ago. 2022.

ALCÂNTARA, Francisca Lunara Cunha; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias na cidade de Juazeiro do Norte-CE. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 3, n. 2, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17474>

Acesso em: 29 jun. 2023.

ALVES, Marta Mariano. **Negros(as) e a luta por reconhecimento na universidade: o núcleo de estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.

Disponível em:

[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS\\_d18b89345756a36a60062e83b85d1f91](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_d18b89345756a36a60062e83b85d1f91). Acesso

em: 04 out. 2021.

ANDRADE, Rosane Maria Nunes. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação-o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e memória**, Assis, v. 4, n. 2, p. 17-34, 2009.

Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41>

Acesso em: 30 jun. 2023.

AQUINO, Mirian Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, [s.l.], v. 6, n. 2, 2013. Disponível em:

<http://eprints.rclis.org/23224/1/Pr%C3%A1ticas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9tnico-racial.pdf>. Acesso em 24 set. 2022.

ASANTE<sup>1</sup>, Molefi Kete. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia. **Ensaio Filosóficos**, [s.l.], v. XIV, dez. 2016. Disponível em:

[http://ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo14/02\\_ASANTE\\_Ensaio\\_Filosoficos\\_Volume\\_XIV.pdf](http://ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo14/02_ASANTE_Ensaio_Filosoficos_Volume_XIV.pdf). Acesso em: 30 jun. 2023.

BARBOSA, Pedro. O Debate sobre a adoção de política de cotas sociais e raciais na UFU. Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da UFU. SIMPÓSIO DE INTERNACIONAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO TEMPO PRESENTE. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009. Disponível em:

<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CC09.pdf>

Acesso em: 14 out. 2022.

BARBOSA, Luciene Cecília. Educação para as Relações Étnico-Raciais: um caminho possível para a desconstrução de estereótipos e preconceitos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 14, n. 168, p. 17-26, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27347>. Acesso em: 25 fev. 23.

BARBOSA, Maria Rita de Jesus. **As tramas do racismo à brasileira**: o ensino da história e cultura afro-brasileira nas instituições escolares de Itapagipe/MG (2003-2006). 198 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.289> Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18766> Acesso em: 25 nov. 22.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm) Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura Afro-brasileira, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm) Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em:

<https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, SECADI, 2013.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192)

Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010**.

Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizados pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em:

[http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria\\_sisu\\_diario.pdf](http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf)

Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Guia de orientação para a criação e implementação de Órgãos, Conselhos e Planos de Promoção da Igualdade Racial**.

Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. 103 p. Disponível em:

[https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/seppir/Guia\\_de\\_criacao\\_de\\_orgao\\_cosnelhos\\_e\\_planos\\_de\\_promocao\\_da\\_igualdade\\_racial.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/seppir/Guia_de_criacao_de_orgao_cosnelhos_e_planos_de_promocao_da_igualdade_racial.pdf)

Acesso em: 15 out. 2022.

CANEN, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 641-661, set.-dez, Rio de Janeiro: RJ, 2011. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300007>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qfNqJ3GxNDJTwG5kbXZw8Rs/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 20 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Parecer CNE/CP nº 3/2004, aprovado em 10 de março de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Parecer CNE/CP Nº: 10/2017**.

Proposta de alteração do Art. 22, da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Relator: Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, DF: CNE, 2017. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=65121-pcp010-17-pdf&category\\_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=65121-pcp010-17-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192)

Acesso em: 25 out. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>  
Acesso em: 28 out. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192)  
Acesso em: 30 out. 2022.

**CONSELHO Universitário da UFU decide pela extinção do PAAES**. Uberlândia, 2012. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/11/conselho-universitario-d-a-ufu-decide-pela-extincao-do-paaes.html>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CORREA, Cynthia Harumi Watanabe *et al.* Portal de Periódicos da CAPES: um misto de solução financeira e inovação. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 127–145, 2008. DOI: <https://doi.org/10.20396/rbi.v7i1.8648960>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648960>. Acesso em: 13 jun. 2023.

COSTA, Isabel Marinho da *et al.* **Concepções de Mediação pedagógica**: a análise de conteúdo a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD (2000-2010). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4767/1/arquivototal.pdf>  
Acesso em: 13 jun. 2023.

CUNHA, Paulo de Assis da *et al.* Gestão orientada por resultados: o caso da Biblioteca da UFU. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1-20. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22633>. Acesso em 24 set. 2022.

DUARTE, Allan Coelho. **A constitucionalidade das políticas de ações afirmativas**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-147-a-constitucionalidade-das-politicas-de-acoes-afirmativas#:~:text=A%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%20podem%20ser%20entendidas,tempo%20e%20acabaram%20por%20prejudicar>. Acesso em: 25 out. 2022.

ELISIO, Régis Rodrigues. **Políticas de ações afirmativas e os estudantes cotistas da Universidade Federal de Uberlândia**. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23400>  
Acesso em: 19 out. 2022.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva; SILVA, Nilce da. Formação inicial de professores com base na Lei 10639/03 na USP: demanda e resistência. **Cadernos de Pós-Graduação – Educação**, São Paulo, v. 6, p. 13-21, 2007. Disponível em:

[http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/II\\_Sem\\_Inter/ARQUIVO%20CGP%205.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/II_Sem_Inter/ARQUIVO%20CGP%205.pdf). Acesso em: 25 jun. 2022.

FRANÇA, Maira Nani. **Gestão em bibliotecas universitárias públicas**: um enfoque tecnológico. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2015.234>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17474>. Acesso em: 25 set. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

GOMES, Maria Aldair *et al.* **Programas seriados de Ingresso da UFU**: entre o ideal e o real. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13800/1/ProgramasSeriadosIngressos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Por uma cidadania intercultural. **Presença pedagógica**, [s.l.], v. 14, n. 84, nov./dez., 2008.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [s.l.], v. 27, n. 1, 2011. Disponível em: <file:///D:/Users/viviane/Downloads/19971-Texto%20do%20artigo-72431-1-10-20110421.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), v. 12, n.1, p. 98-109, jan./abr., 2012. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod\\_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; KATRIB, Cairo Mohamed Ibrahim. Pós-colonialismo, relações étnico-raciais e universidade. **Motricidades**: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 135-148, maio/ago., 2018. <https://doi.org/10.29181/2594-6463-2018-v2-n2-p135-148>. Disponível em: [file:///D:/Users/viviane/Downloads/31-153-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Users/viviane/Downloads/31-153-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 25 fev. 2023.

INTERNATIONAL ISBN AGENCY. **Manual do Usuário ISBN**: edição internacional. 6. ed. London: International ISBN Agency, 2011.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; SANTOS, Tadeu Pereira dos. Cenário de uma Educação Étnico-Racial em movimento para o Século XXI: ações afirmativas ou medidas

compensatórias?. **Em tempos de Histórias**, Brasília: DF, v. 1, n. 36, p. 290-309, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/emtempos.v1i36.30822>. Disponível em: [file:///D:/Users/viviane/Downloads/artur\\_costa,+17\\_Dossi%C3%AA\\_Cairo+e+Tadeu.pdf](file:///D:/Users/viviane/Downloads/artur_costa,+17_Dossi%C3%AA_Cairo+e+Tadeu.pdf) Acesso em: 24 fev. 2023.

KERN, Lucas Martins. A biblioteca universitária e a pandemia do novo coronavírus: reflexões e perspectivas. **RevIU: Revista Informação & Universidade**, São Paulo, v. 2, p. 1 21, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu/article/view/30/36>. Acesso em: 27 set. 2021.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Brasília: DF, 2009.

Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Q6CyB8PhRH4C&oi=fnd&pg=PT6&dq=LEITE,+Fernando+C%C3%A9sar+Lima.+Como+gerenciar+e+ampliar+a+visibilidade+d+a+informa%C3%A7%C3%A3o+cient%C3%ADfica+brasileira:+reposit%C3%B3rios+institucionais+de+acesso+aberto&ots=-yhw0ABZBD&sig=cF20dH1rytZWCoR6VCYQ43tuoSE#v=onepage&q=LEITE%2C%20Fernando%20C%C3%A9sar%20Lima.%20Como%20gerencia r%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient% C3%ADfca%20brasileira%3A%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20de%20acesso %20aberto&f=false>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LONGO, Isis Souza. Negro é a raiz da liberdade: as leis 10.639/03 e 11.645/08 e a práxis libertadora na desconstrução de estereótipos dos livros didáticos. **Revista de Educação do Cogeime**, [s.l.], v. 25, n. 49, p. 45-60, jul./dez., 2016. DOI:

<https://doi.org/10.15599/2358-9299/cogeime.v25n49p45-60>. Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/501> Acesso em: 20 fev. 2023.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. Disponível em:

[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61219682/Lakatos\\_e\\_Marconi\\_-\\_Tecnica\\_de\\_pesquisa\\_20191114-31612-di2isl.pdf?1573775085=&response-content-disposition=inline%3B+filenam e%3DM\\_ARINA\\_DE\\_ANDR\\_AD\\_E\\_MARCONI\\_EVA\\_M\\_ARIA.pdf&Expires=1676866893&Signature=Vwhw86AJ~jl7-7evMcleHpVT3YcVhXbwKqP3X-k8C8fAWULzKdZEs6K~~yRkEXsKPLdPPLR9NuBBPSphTFL~YhgtX5g0V7s4HaE6f6~OXqGoZj0-EKkuwFf~zs8kT3jGfIJY0TlBwj5PZ5MSA7FcvoFTF9djSXcntNz-JIyT9Q96UZOVUjhv1lvHj1bZZx6dNq7IwLYhjE4j9vC3npQAZkZkx~gQnczcWm8IxxlZY9wu5jF52Kq1UFujfXTAw~8E1DqFPVnp2TeSroL0ssOheWLKjC9V8NMATdFxSP406K1NdKdPqzAqFlk1GS8P-3IsYKiV1U3qOIkrlgiS M0rtlg\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61219682/Lakatos_e_Marconi_-_Tecnica_de_pesquisa_20191114-31612-di2isl.pdf?1573775085=&response-content-disposition=inline%3B+filenam e%3DM_ARINA_DE_ANDR_AD_E_MARCONI_EVA_M_ARIA.pdf&Expires=1676866893&Signature=Vwhw86AJ~jl7-7evMcleHpVT3YcVhXbwKqP3X-k8C8fAWULzKdZEs6K~~yRkEXsKPLdPPLR9NuBBPSphTFL~YhgtX5g0V7s4HaE6f6~OXqGoZj0-EKkuwFf~zs8kT3jGfIJY0TlBwj5PZ5MSA7FcvoFTF9djSXcntNz-JIyT9Q96UZOVUjhv1lvHj1bZZx6dNq7IwLYhjE4j9vC3npQAZkZkx~gQnczcWm8IxxlZY9wu5jF52Kq1UFujfXTAw~8E1DqFPVnp2TeSroL0ssOheWLKjC9V8NMATdFxSP406K1NdKdPqzAqFlk1GS8P-3IsYKiV1U3qOIkrlgiS M0rtlg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)

Acesso em: 20 fev. 2023.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 23, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230098>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VW9YBNPcKcfrnqtyMCMcVxm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04 out. 2021.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes *et al.* **Metodologia científica teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019.

Disponível em:

<https://portais.univasf.edu.br/dacc/noticias/livro-univasf/metodologia-cientifica-teoria-e-aplicacao-na-educacao-a-distancia.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MUCHERONI, Marcos Luiz; SILVA, José Fernando Modesto da. A interoperabilidade dos sistemas de informação sob o enfoque da análise sintática e semântica de dados na web.

**PontodeAcesso**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 3-18, 2011. DOI:

<https://doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v5i1.3622>. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3622>. Acesso em: 25 mai. 23.

MUNANGA, Kabengele. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói, EDUFF-RJ, 1998. p. 43-5.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 4, n. 2, p.

31-43, 2001. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v4i2.515>. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/703/70311216002.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022

NITAHARA, A. **Pela primeira vez, negros são maioria no ensino superior público**. [S.l.], 2019. Portal: Agência Brasil. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>. Acesso em: 23 set. 2022.

OLIVEIRA, Zeli Alvim de. **Saberes e Práticas Avaliativas no Ensino de História: o impacto dos processos seletivos (PAIES E VESTIBULAR/UFU) e do ENEM na avaliação da aprendizagem no Ensino Médio**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14001/1/ZAoliveiraDISS1PRT.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA em Debate**, [s.l.], 2012. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto\\_nacional\\_em/artigos/desigualdade\\_educacionais\\_eja.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/desigualdade_educacionais_eja.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.

PAULA, M. H.; FALEIROS FELÍCIO, C. Os impactos da Lei n. 10.639/2003 nos cursos de licenciatura em Letras da Universidade Federal de Catalão. **Em Tempo de Histórias**, Brasília: DF, v. 1, n. 36, p. 348-369, jan./jun., 2020. DOI:

<https://doi.org/10.26512/emtempos.v1i36.31783>. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31783>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RESENDE, Maria Joana Costa Muniz de. **O ensino de história e da cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais: um estudo na educação de jovens e adultos (Cesec, Uberlândia, MG, Brasil)**. 175 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5014>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34917>. Acesso em: 24 fev. 2023.

RODRIGUES FILHO, Guimes Rodrigues. **Portaria R N 502-2014**: Relatório resumido de apresentação do NEAB-UFU (2006-2014). Uberlândia: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, 2014. Disponível em:  
[http://www.neab.ufu.br/sites/neab.ufu.br/files/Relat%C3%B3rio\\_NEAB-2006-2014.pdf](http://www.neab.ufu.br/sites/neab.ufu.br/files/Relat%C3%B3rio_NEAB-2006-2014.pdf).  
 Acesso em: 29 jul. 2022.

SANTANA, Tiago Evangelista. **Políticas étnico raciais e discriminação**: reflexões sobre o colorismo no Brasil. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em:  
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32323>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, Sales Augusto dos *et al.* A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10, n. 03, p. 21-37, Brasília: Ministério da Educação/SECAD. 2005.  
 Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod\\_forum/intro/sales\\_santos\\_mov\\_negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod_forum/intro/sales_santos_mov_negro.pdf). Acesso em: 23 dez. 2022.

SANTOS, Vanilda Honória dos; DOMINGUES, Elzimar Maria. Trajetória histórica de implementação da lei Federal 10.639/03 no âmbito da universidade Federal de Uberlândia: algumas considerações. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, Ano XVIII, n. 23, 2016. DOI:  
<https://doi.org/10.14393/OT2016aXIII.n.23.9-35>. Disponível em:  
<https://seer.ufu.br/index.php/olharetilhas/article/view/35414>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SILVA, Gabriela Fernanda Adevides da. **A Lei n. 10.639/2003 e a formação inicial de professores/as de Química**: um estudo com discentes do ICENP-UFU. 2021. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32232>. Acesso em: 28 set. 2022.

SILVA, Isabel Cristina da Costa. **Políticas para o ingresso de pessoas negras ao ensino superior na universidade Federal de Uberlândia (2003-2015)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **CNE Relatório de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**. Portal: Geledés, [s.l.], 2006. Disponível em:  
<https://www.geledes.org.br/cne-relatorio-de-petronilha-beatriz-goncalves-e-silva/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e *et al.* **Educação e Ações Afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, DF: INEP, 2003. Disponível em:  
[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao\\_acoes\\_afirmativas.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf)  
 Acesso em: 22 jul. 2022.  
<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2012.711%2F2012,educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos>.

SOARES, Luíza Mandela Silva. **População negra e ensino superior**: debates sobre o sistema de cotas raciais nas universidades. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2014. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2139611](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2139611)  
Acesso em: 05 out. 2021.

SOUZA, Alexandre Bianchi de. **História da educação de negros em Uberlândia**: memórias, dilemas e resistências (1950-1970). 2019. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.971>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24956>  
Acesso em: 28 jun. 23.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Apresentação RI UFU**. Uberlândia: UFU, 2022c. Portal. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/static/sobre/apresentacao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação. **Resolução n. 04/2003**. Aprova o Edital e as Normas do PAIES – Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior – 1a, 2a e 3a etapas da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2003. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONGRAD-2003-4.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação. **Resolução n. 21/2010**. Dá nova redação a itens do Edital do Processo Seletivo para as vagas de graduação da Universidade Federal de Uberlândia – 2011-1. Uberlândia: UFU, 2010. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONGRAD-2010-21.pdf>  
Acesso em: 15 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação. **Resolução n° 09/2012**. Define sobre a seleção de candidatos para provimento das vagas iniciais em cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal de Uberlândia, por meio dos processos seletivos para ingresso no 1° e 2° semestres letivos de 2013. Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONGRAD-2012-9.pdf>  
Acesso em: 15 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação. **Resolução n° 04/2014**. Estabelece a inclusão de conteúdos e atividades curriculares concernentes à Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos Projetos Pedagógicos da Educação Básica, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: UFU, 2014. Disponível em: [http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao\\_no\\_04.2014\\_do\\_conselho\\_de\\_graduacao.pdf](http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_no_04.2014_do_conselho_de_graduacao.pdf). Acesso em: 17 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação. **Resolução SEI n° 12/2018**. Aprova regulamento que estabelece os critérios a serem aplicados pela Comissão de Heteroidentificação dos candidatos Pretos, Pardos e Indígenas (PPIs) nos processos seletivos de ingresso na Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2018a. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONGRAD-2018-12.pdf>

Acesso em: 17 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Ata da 4a reunião/2003 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia.**

Uberlândia: UFU, 2003. Disponível em:

<http://www.reitoria.ufu.br/Atas/ataCONSUN-2003-4.pdf>

Acesso em: 24 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Portaria R nº. 0277, de 17/03/2006.** Nomeia membros da Coordenação Executiva do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN). Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em:

[https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/jp-148-30mar2006\\_0.pdf](https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/jp-148-30mar2006_0.pdf)

Acesso em: 21 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Resolução n. 19/2008.** Extingue o Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior – PAIES da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: UFU, 2008a.

Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2008-19.pdf>

Acesso em: 24 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Resolução Nº 20/2008.** Institui o Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior – PAAES da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: UFU. 2008b.

Disponível em:

[http://www.ingresso.ufu.br/sites/default/files/anexos/seriados/paaes/Resolucao\\_20\\_2008\\_cria\\_PAAES.PDF](http://www.ingresso.ufu.br/sites/default/files/anexos/seriados/paaes/Resolucao_20_2008_cria_PAAES.PDF). Acesso em: 30 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Resolução n. 25/2012.** Dispõe sobre a aplicação da Lei n. 12.711, de 29/8/2012, e demais condições estabelecidas pelo Decreto no 7.824 e pela Portaria Normativa do Ministério da Educação no 18/2012, na Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2012-25.pdf>

Acesso em: 27 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Resolução SEI nº 13/2018.** Estabelece a Política de Educação das Relações Étnico Raciais da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2018b. Disponível em:

<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2018-13.pdf>

Acesso em: 16 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Diretoria de Estudos e Pesquisas Afrorraciais (Diepafro).** Uberlândia: UFU, 2020a. Portal.

Disponível em: <http://www.diepafro.ufu.br/>

Acesso em 23 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Núcleo de estudos afro-brasileiros - NEAB.** Portal. Uberlândia, 2021, Disponível em: <http://www.neab.ufu.br/>

Acesso em: 18 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Portaria 1.132, de 20 de outubro de 2010**. Inclui no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, atividades e conteúdos relacionados com a Educação das Relações Étnico-Raciais. Uberlândia: UFU, 2010. Disponível em: [http://www.ufu.br/sites/www.ufu.br/files/Portaria\\_113210.pdf](http://www.ufu.br/sites/www.ufu.br/files/Portaria_113210.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Portaria normativa n. 4, de 6 de abril de 2018**. Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Uberlândia: UFU, 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9714349/do1-2018-04-10-portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9714349/do1-2018-04-10-portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345). Acesso em: 15 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Regimento do Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior**, PAIES. Pró-Reitoria de Ensino. Uberlândia, MG: julho. 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistema de Bibliotecas. **Bibliotecas UFU: Infraestrutura Contextualização Sistema de Bibliotecas**. Uberlândia: UFU, 2023a. Portal. Disponível em: [https://bibliotecas.ufu.br/sites/bibliotecas.ufu.br/files/media/documento/5.9.00\\_bibliotecas\\_infraestrutura\\_-\\_contextualizacao.pdf](https://bibliotecas.ufu.br/sites/bibliotecas.ufu.br/files/media/documento/5.9.00_bibliotecas_infraestrutura_-_contextualizacao.pdf). Acesso em: 25 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistemas de Bibliotecas - SISBI. **Consulta ao catálogo on-line (SophiA)**. Uberlândia: UFU, 2022a. Portal. Disponível em: <https://bibliotecas.ufu.br/servicos/consulta-ao-catalogo-line-sophia>. Acesso em: 24 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Sistemas de Bibliotecas – SISBI**, 2020b. Portal. Disponível em: <https://ufu.br/unidades-organizacionais/sistemas-de-bibliotecas-sisbi>. Acesso em: 20 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistemas de Bibliotecas – SISBI. **Comissão de Cultura e Diversidade (CCDBIB)**. Uberlândia: UFU, 2023b. Portal. Disponível em: <https://ufu.br/unidades-organizacionais/sistemas-de-bibliotecas-sisbi>. Acesso em: 01 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistemas de Bibliotecas – SISBI. **Comissão de Competência em Informação (CCIBIB)**. Uberlândia: UFU, 2023c. Portal. Disponível em: <https://ufu.br/unidades-organizacionais/sistemas-de-bibliotecas-sisbi>. Acesso em: 01 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistemas de Bibliotecas - SISBI. **Plataforma de livros digitais “Minha Biblioteca”**. Uberlândia: UFU, 2022b. Portal. Disponível em: <https://bibliotecas.ufu.br/acontece/2022/11/plataforma-de-livros-digitais-minha-biblioteca>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VILLAYERDE, Adão *et al.* **Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação em ciências**. 1ª ed., v. 1, Curitiba: Editora Bagai, 2021. Disponível em:

[https://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5Qaf3huUsNeRRXaDjoPhE9C0ZwsLjHnXg3HsVlusgaDLKdSjMAMnSRzDhz2abhcctzeIDs1176AU4aBZN9EBQMqLGX3FxihzCofKDRWEnF3nhdfd-cxwd7bYrJ62msCqR-StTYqqe88qnPQeR-YI2cIdKJbJKHSyyYiTfxtE4-vu\\_zTBH\\_FJH8ZplWFtErHskJ0MdCcP7pHkP6Spb8bcJHaYJPhN8146U6Eq9kUZKouR9\\_EJFKHg4yuQV9XNdOTxQHTY\\_OScTECuze1VUg2q3oG3-xcm3oZdDw5NxYCaHIYRY4OWvAk](https://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5Qaf3huUsNeRRXaDjoPhE9C0ZwsLjHnXg3HsVlusgaDLKdSjMAMnSRzDhz2abhcctzeIDs1176AU4aBZN9EBQMqLGX3FxihzCofKDRWEnF3nhdfd-cxwd7bYrJ62msCqR-StTYqqe88qnPQeR-YI2cIdKJbJKHSyyYiTfxtE4-vu_zTBH_FJH8ZplWFtErHskJ0MdCcP7pHkP6Spb8bcJHaYJPhN8146U6Eq9kUZKouR9_EJFKHg4yuQV9XNdOTxQHTY_OScTECuze1VUg2q3oG3-xcm3oZdDw5NxYCaHIYRY4OWvAk). Acesso em: 20 fev. 2023.

VINE, Rita. Google Scholar. **Journal of the Medical Library Association**, [s.l.], v. 94, n. 1, p. 97-99, jan., 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1324783/>. Acesso em: 13 jun. 23.

WEISSMANN, Lisette. Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 jan. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. [S.l.]: Editora Bookman, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Humberto-Costa/publication/348787968\\_Case\\_Study\\_-\\_Planning\\_and\\_Methods/links/60106a5b92851c2d4df68616/Case-Study-Planning-and-Method\\_s.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Humberto-Costa/publication/348787968_Case_Study_-_Planning_and_Methods/links/60106a5b92851c2d4df68616/Case-Study-Planning-and-Method_s.pdf). Acesso em: 20 mai. 23.

**APÊNDICE A – Trabalho de Conclusão de Curso selecionado do RI/UFU - Temática:  
“Relações étnico-raciais”**

<b>1 - Título: A Lei n. 10.639/2003 e a formação inicial de professores/as de química: um estudo com discentes do ICENP-UFU</b>	
<b>Autor:</b>	Silva, Gabriela Fernanda Adevides da
<b>Curso:</b>	Graduação em Química (Ituiutaba / Pontal)
<b>Data de publicação:</b>	2021
<b>Tipo de material:</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32232">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32232</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Neste trabalho a autora buscou analisar a área da formação de professores/as de Química para a educação das relações étnico-raciais, objetivando expor as concepções de futuros/as professores/as de Química do ICENP/UFU a respeito do que é estabelecido pela Lei 10639/03 (p. 13).
<b>Conclusão:</b>	Após a análise das entrevistas com oito discentes do ICENP/UFU, a autora concluiu que as concepções dos licenciandos/das apontam para a necessidade de se pensar na urgente reformulação dos currículos de formação docente inicial e de associar isso aos esforços já consolidados de formação continuada. É possível perceber ainda que apesar de se sentirem pouco preparados para trabalhar com essas questões na sala de aula, os/as participantes entendem a importância da Lei 10639/03 e compreendem que é necessário inserir essa temática nas aulas de química. As manifestações dos/das licenciandos/as revelaram ainda que existem lacunas formativas que precisam ser superadas objetivando melhor prepará-los/las para efetivar a Lei 10639/03 nas aulas de química, e para a autora é possível perceber que a existência da Lei por si só não é suficiente para garantir a efetivação de práticas formativas alinhadas aos seus preceitos, sendo necessário um trabalho intenso de órgãos gestores e dos/das professores/as formadores/as (p. 05 e 36).

**APÊNDICE B – Dissertação selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”**

<b>2 - Título: As tramas do racismo à brasileira: o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas instituições escolares de Itapagipe/MG (2003-2006)</b>	
<b>Autor:</b>	Barbosa, Maria Rita de Jesus
<b>Curso:</b>	Programa de Pós-graduação em História
<b>Data de publicação:</b>	2017
<b>Tipo de material:</b>	Dissertação
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.289">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.289</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	No presente trabalho Barbosa aborda o racismo a partir da análise do processo de implementação, da Lei n.º 10.639/03, tendo como campo de pesquisa duas escolas públicas de Ensino Fundamental da cidade de Itapagipe/MG, objetivando analisar e compreender historicamente os discursos construídos em torno da marginalização do negro e da população afrodescendente, assim como a continuidade do racismo, observado nas relações cotidianas dentro das escolas (p. 9).
<b>Conclusão:</b>	Após a leitura de diversas fontes bibliográficas e aplicação de questionários aos professores e alunos e entrevistas com funcionários das escolas, a autora percebeu que ao longo de sua pesquisa muitos sujeitos envolvidos diretamente no processo educacional desconhecem a Lei, o que torna mais ímprobo sua aplicabilidade nas escolas. A realidade encontrada nas escolas pesquisadas da cidade de Itapagipe, me faz considerar que a implementação da Lei n.º 11.645/08 está distante de acontecer. Ações como, a reformulação dos projetos políticos pedagógicos das escolas, a inclusão nos currículos de conteúdos demandados pela Lei, cursos de capacitação para os professores, talvez, possam contribuir para a inclusão de conteúdos que apontem as contribuições dos negros no patrimônio cultural, político e social para o desenvolvimento da sociedade brasileira e a superação de posturas racistas de alguns professores (p.121 e 174).

**APÊNDICE C – Dissertação 2, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”**

<b>3 - Título: História da educação de negros em Uberlândia: memórias, dilemas e resistências (1950-1970)</b>	
<b>Autor:</b>	Souza, Alexandre Bianchi de
<b>Curso:</b>	Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado
<b>Data de publicação:</b>	2019
<b>Tipo de material:</b>	Dissertação
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24956">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24956</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Souza pretendeu compreender como ocorreu o processo de escolarização dos negros que estudaram em escolas urbanas ou rurais de Uberlândia e região, com o objetivo de compreender como se deram as experiências escolares dos negros que estudaram em instituições escolares (urbanas ou rurais) de educação no município de Uberlândia e região ou que atuaram em prol do desenvolvimento social e cultural do município no período de 1950 a 1970 (p. 15 e 24).
<b>Conclusão:</b>	O autor concluiu que todos os entrevistados enfrentaram situações adversas durante o processo de escolarização como, por exemplo, o trabalho precoce ou infantil. Verificamos que alguns dos entrevistados foram vítimas de preconceitos ou mesmo de racismo provocando fuga da escola com abandono e atraso na escolarização, o que acentuava a desigualdade de competição no mercado de trabalho entre brancos e negros. Salienta que a educação dos negros ao longo da história do Brasil foi marcada por injustiças sociais, e neste contexto marcado por graves problemas sociais que os negros se organizaram e foram protagonistas na construção de sua própria história: uniram-se em associações e prestavam a assistência necessária as pessoas que precisavam e muitas crianças e adolescentes das regiões mais carentes, periféricas ou mesmo rurais foram alfabetizadas com base na solidariedade social (p. 134).

**APÊNDICE D – Tese selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”**

<b>4 - Título: NEABI/IFTM <i>Campus</i> Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais</b>	
<b>Autor:</b>	Silva, Rosa Maria da
<b>Curso:</b>	Programa de Pós-graduação em Geografia - Doutorado
<b>Data de publicação:</b>	2022
<b>Tipo de material:</b>	Tese
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35494">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35494</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Silva se propôs neste estudo analisar o conteúdo sobre as relações étnicas raciais no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), no <i>Campus</i> Uberaba, no período que compreende os anos 2019 a 2021, verificando a aplicação prática da Lei 10.639/2003, por meio das ações realizadas por seu do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena (NEABI), com o objetivo principal de identificar e descrever quais ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) colaboraram para a aplicação de uma educação para as relações étnico-raciais (p. 15).
<b>Conclusão:</b>	Silva constatou que ao verificar a aplicação desta lei no IFTM <i>Campus</i> Uberaba, por meio das ações e atividades realizadas pelo NEABI, o Núcleo tem realizado ações e atividades que promovem o debate e a sensibilização da comunidade acadêmica para a temática do racismo, contribuindo para o fomento de uma educação antirracista nessa instituição, e apesar dos poucos recursos, o Núcleo realizou seis atividades presenciais no ano de 2019. Contudo, falta-lhe aporte financeiro, físico e de pessoal. A autora verificou que as inúmeras dificuldades encontradas fazem parte de um sistema estrutural e institucional de racismo e que o racismo estrutural atua para minimizar a questão do debate sobre o racismo em todas as esferas sociais e, conseqüentemente, na educação, onde os núcleos são criados nas instituições de governo como órgãos para o combate ao racismo, mas os aportes disponibilizados são insuficientes para seu pleno desenvolvimento (p. 135).

**APÊNDICE E – Dissertação 3, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”**

<b>5 - Título: O ensino de história e da cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais: um estudo na educação de jovens e adultos (CESEC, Uberlândia, MG, Brasil)</b>	
<b>Autor:</b>	Resende, Maria Joana Costa Muniz de
<b>Curso:</b>	Programa de Pós-graduação em História
<b>Data de publicação:</b>	2022
<b>Tipo de material:</b>	Dissertação
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34917">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34917</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Resende aborda em seu trabalho a temática a História da África e cultura afro-brasileira na perspectiva das relações étnico-raciais, com fazendo um estudo e análise documental sobre o ensino de história e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e, em particular, em Minas Gerais, incluindo a análise de leis antirracistas, em especial a Lei 10.639/2003. Além disso, realizou uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando questionários via web e produzindo também um curso digital disponibilizado em um ambiente virtual de aprendizagem para que o estudante possa acessá-lo de qualquer dispositivo conectado à internet e possa interagir com o conhecimento ali disponibilizado (p. 9 e 43).
<b>Conclusão:</b>	A autora constatou que vários são os fatores contribuíram para invisibilizar e inferiorizar as pessoas negras que durante séculos foram escravizadas e que mesmo após a abolição da escravatura o olhar depreciativo sobre essas pessoas ainda é frequente. Por isto é tão importante debater sobre a identidade negra de forma positiva na escola e fora dela, para que a população negra se sinta valorizada e possa ter orgulho de seu pertencimento étnico. Esperamos que o estudo deste módulo lhe inspire e o estimule a ir além. Combater o racismo e tornar o Brasil uma sociedade mais justa e democrática é responsabilidade de todos nós (p. 174).

**APÊNDICE F – Trabalho de Conclusão de Curso 2, selecionado do RI/UFU - Temática:  
“Relações étnico-raciais”**

<b>6 - Título: Políticas étnico-raciais e discriminação: reflexões sobre o colorismo no Brasil</b>	
<b>Autor:</b>	Santana, Tiago Evangelista
<b>Curso:</b>	Graduação em Direito
<b>Data de publicação:</b>	2021
<b>Tipo de material:</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32323">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32323</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Santana propôs neste trabalho analisar como as políticas étnico raciais contribuem para a superação do colorismo, fazendo uma pesquisa bibliográfica da dinâmica racial da sociedade brasileira e as práticas discriminatórias, efetuando também considerações sobre a Lei de Cotas e a observância da possibilidade da existência de um “tribunal racial” (2021, p. 03).
<b>Conclusão:</b>	O autor observou que foi a manutenção do privilégio branco pautado no mito da democracia racial, que continua a excluir a população negra e impedi-la de ascender socialmente, pois mesmo após o fim do sistema escravagista, não houve a construção de uma identidade brasileira, o racismo se aderiu às instituições e à memória coletiva, se tornando institucional e estrutural. Tal sistema de discriminação, acabou por fazer emergir um movimento negro orgulhoso da cor de sua pele e militante na luta de seus direitos, onde a Lei de Cotas desponta como uma importante conquista, juntamente com as bancas de heteroidentificação, conclui-se que as políticas afirmativas devem ser uma medida transitória e urgente, com o objetivo de acelerar o processo de inclusão da população negra e desconstruir a estrutura racista do cenário brasileiro (p. 22).

**APÊNDICE G – Tese 2, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”**

<b>7 - Título: Políticas públicas: ações afirmativas para a população negra. Uberlândia. 1980/2016</b>	
<b>Autor:</b>	Santos, Janaina Jácome dos
<b>Curso:</b>	Programa de Pós-graduação em História - Doutorado
<b>Data de publicação:</b>	2017
<b>Tipo de material:</b>	Tese
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20620">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20620</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Esse trabalho acadêmico tem como foco refletir como as políticas públicas de ação afirmativa são construídas e implementadas na cidade de Uberlândia, entre os anos de 1980 a 2016. O mesmo buscou analisar o papel do Estado e dos movimentos negros no processo que levou a criação e implementação dessas leis, partindo do pressuposto que as ações afirmativas não são benfeitorias advindas do governo, mas ao contrário, elas são o resultado das lutas de movimentos sociais (p. 11)
<b>Conclusão:</b>	A autora concluiu que nem sempre a criação de leis e decretos promovem mudanças estruturais na sociedade vigente, ou mesmo mudanças ideológicas e conceituais, entretanto, não se pode ignorar o fato de que elas são uma conquista, o resultado de muitas lutas e embates sociais. O trabalho procurou mesclar a conjuntura nacional com a local, na tentativa de demonstrar que o movimento negro se faz unido em busca de um ideal comum, independente do lugar físico ocupado, a luta é sempre no sentido de diminuir o preconceito, o racismo, a discriminação e a desigualdade racial. A autora percebe que a cidade de Uberlândia se destaca, pois os debates sobre a questão racial se fazem presentes antes mesmo da efetivação da política nacional, ressaltando sobre o artigo 165 presente na Lei Orgânica Municipal de 1990, que traz a obrigatoriedade do ensino cultura afro-brasileira nas escolas municipais, antecessor à lei 10.639/2003 (pág. 162).

**APÊNDICE H – Trabalho de Conclusão de Curso 3, selecionado do RI/UFU - Temática:  
“Relações étnico-raciais”**

<b>8 - Título: Racismo e preconceito racial na formação em Educação Física: o que dizem os estudantes negros?</b>	
<b>Autor:</b>	Oliveira, Aline Cristina Simão de
<b>Curso:</b>	Graduação em Educação Física
<b>Data de publicação:</b>	2019
<b>Tipo de material:</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28299">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28299</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Oliveira buscou neste trabalho investigar a incidência de racismo e preconceito racial durante o processo de formação inicial em Educação Física, nas três habilitações que, atualmente, são ofertadas pela Universidade Federal de Uberlândia (Licenciatura/Bacharelado, Bacharelado e Licenciatura), com o objetivo de compreender as conceituações de racismo e preconceito racial a partir da produção científica da área das relações etnicorraciais; traçar o perfil social de estudantes que se autodeclararam como negros/as; identificar a percepção de estudantes sobre racismo e preconceito racial e por último compreender de que maneira estudantes negros/as lidam com o racismo e o preconceito racial durante o processo de formação inicial (p. 7 e 12).
<b>Conclusão:</b>	A autora concluiu que em relação à percepção de racismo e preconceito racial por parte dos estudantes, foi possível identificar que a maioria dos entrevistados (nove), relataram que nunca sofreram ou presenciaram algo desta magnitude. Talvez, a percepção de tal fato por estes entrevistados tenha passado por vezes despercebido ou ainda não foi dada devida atenção a situação. Porém, identificou que cinco entrevistados que se viram diante tal ocorrência, e no tocante de vivenciarem tal circunstância, dois estudantes se manifestaram, e ainda, um entrevistado apresentou uma reação frente tal exposição, no momento de vivência no estágio curricular, onde pode ensinar à criança a respeitar o que é tido como “diferente”. Já no contexto dos entrevistados presenciarem formas de racismo/preconceito racial, a autora identificou que dois estudantes se sensibilizaram perante a situação, prestando apoio e, em um caso específico, expôs o proferidor das ofensas. A partir destes fatos, podemos perceber o quão é necessário compreender tais questões para que seja possível um diálogo, uma vez que os campos de atuações são amplos, ou seja, ultrapassam o espaço formal (âmbito escolar) e espaço não formal (academias, clubes, etc.). O professor/profissional de Educação Física, precisa estar preparado para quando surgir estas situações, saber lidar da melhor maneira possível (p. 38).

**APÊNDICE I – Dissertação 4, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”**

<b>9 - Título: Relações étnico-raciais na alfabetização científica: Contextos do livro didático de ciências no ensino fundamental</b>	
<b>Autor:</b>	Silva, Brunna Alves da
<b>Curso:</b>	Programa de Pós-graduação em Educação
<b>Data de publicação:</b>	2021
<b>Tipo de material:</b>	Dissertação
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34120">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34120</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Silva abordou neste trabalho uma análise sobre as contribuições e os limites do livro didático de Ciências para se trabalhar em perspectiva emancipatória em prol de uma educação antirracista e teve como objetivo apresentar uma discussão aprofundada sobre as relações étnico-raciais a partir de uma análise contextual e imagética da coleção didática Teláris referente ao componente curricular de Ciências. Realizou-se um levantamento bibliográfico na plataforma SciELO sobre o tema como forma de caracterizar o cenário de produções referentes à temática, o qual nos forneceu subsídios para compreender as relações étnico-raciais no campo da educação (p. 19).
<b>Conclusão:</b>	Após a apresentação de uma avaliação individual dos quatro volumes e caracterização geral da coleção didática Teláris, a autora analisou e propôs uma contranarrativa, a qual além de denunciar o racismo estrutural permitiu avançar na interpretação dos dados e no aprofundamento da compreensão de suas principais implicações à alfabetização científica. Concluiu afirmando que nos próprios livros didáticos, de que as questões raciais são vistas como um simples detalhe a ser resolvido através de uma distribuição de representações ilustrativas da diversidade étnica da população brasileira, muitas vezes sem uma reflexão quanto ao que estão de fato significando, e que diante disso, é preciso refletir, sobre qual ótica iremos encarar o tempo e espaço em que estamos presentes e pelo que lutamos (p. 129).

**APÊNDICE J – Dissertação 5, selecionada do RI/UFU - Temática: “Relações étnico-raciais”**

<b>10 - Título: Uma História das Práticas Educacionais Antirracistas em Ituiutaba no século XX: culturas escolares ensinando o Brasil e a África</b>	
<b>Autor:</b>	Oliveira, Viviane Pereira Ribeiro
<b>Curso:</b>	Programa de Pós-graduação em História - Mestrado
<b>Data de publicação:</b>	2018
<b>Tipo de material:</b>	Dissertação
<b>Instituição:</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>Endereço eletrônico:</b>	<a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22314">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22314</a>
<b>Leitura do trabalho:</b>	Para realizar a presente tabulação foram feitas leituras deste trabalho, destacando as partes da Introdução e Conclusão.
<b>Introdução:</b>	Oliveira teve como objeto de estudo as práticas educacionais antirracistas, analisando as práticas educativas em espaços escolares e não escolares e os desafios que lei 10639/03 a cidade de Ituiutaba, analisando a possibilidade de uma educação antirracista e de valorização da história e culturas das populações negras, que antecede a legislação federal, destacando as descontinuidades e incertezas relativas à implementação de projetos e os seus efeitos positivos, e identificar como a Lei tem sido implementada na prática escolar, além de colocar em discussão o papel do Estado na construção da cidadania (p. 10).
<b>Conclusão:</b>	A autora verificou que práticas educativas antirracistas e valorativas da cultura negra e africana foram uma realidade implementada por professoras negras que procuraram colocar em prática em espaços escolares e não escolares. As entrevistas com as professoras de História demonstraram que a implementação do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana não é uma realidade nas escolas em que trabalharam, mas que acontecem ações isoladas por parte de professoras que têm consciência que é necessário trabalhar essa temática. A própria cultura escolar de não reconhecer o racismo como um problema a ser superado nas escolas tem impedido que a legislação federal seja reconhecida e efetivada na prática. Os estudantes têm dificuldade de se reconhecerem na história ensinada e tendem a olhar com preconceito a cultura africana e afro-brasileira (p. 151).